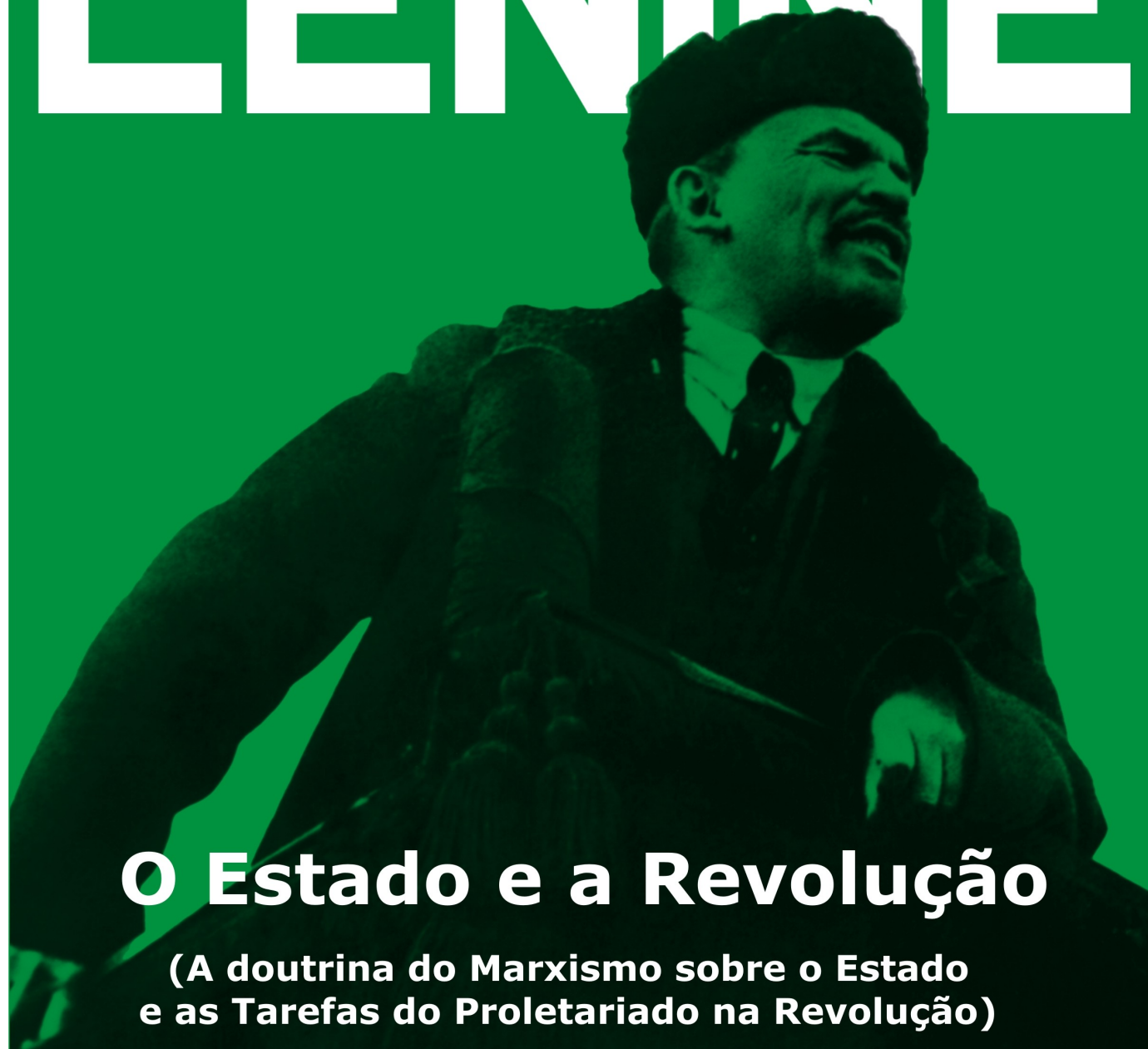


VLADIMIR ILITCH

LENINE



O Estado e a Revolução

(A doutrina do Marxismo sobre o Estado
e as Tarefas do Proletariado na Revolução)

(Setembro 1917)

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 

O Estado e a Revolução

A doutrina do Marxismo sobre o Estado
e as Tarefas do Proletariado na Revolução¹

Vladimir Ilitch Lénine
1917

Escrito em Agosto-Setembro de 1917;
O posfácio à 1ª Edição em 30 Novembro de 1917
O §3 do capítulo II, antes de 17 Dezembro de 1918
Publicado em brochura em 1918
em Petrogrado na editora Jizn i Znánie

Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I.Lénine
Edição em Português da Editorial Avante, 1977, t2, pp 219-305
Traduzido das O. Completas de V.I.Lénine 5ª Ed. russo t.33 pp 1-120

1 O Livro “O Estado e a Revolução. A Doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução” foi escrito por Lénine na clandestinidade em Agosto-Setembro de 1917, quando se ocultava das perseguições do Governo Provisório burguês.

Lénine, nos últimos anos de emigração, estudou com especial atenção o problema do carácter do poder de Estado proletário. No segundo semestre de 1916 expressou a ideia de que era necessário refutar as deturpações da doutrina de Marx sobre o Estado contidas nas obras de K. Kaustski e de outros oportunistas da social-democracia internacional. «Agora – escreveu Lénine a A. G. Chliápnikov – coloca-se na ordem do dia não só prosseguir a linha referendada por nós (contra o tsarismo, etc.) nas nossas resoluções e no folheto ... mas também depurá-las dos absurdos e confusões da negação da democracia (incluindo o desarmamento, a negação da autodeterminação, a negação “em geral”, errada teoricamente, da defesa da pátria, as vacilações quanto ao papel e ao significado do Estado geral, etc.)».

No segundo semestre de 1916 N. I. Bukhárine defendeu numa série de artigos opiniões antimarxistas e semi-anarquistas acerca do Estado e da ditadura do proletariado. No artigo “*A Internacional da Juventude*”, publicado em Dezembro de 1916, Lénine criticou duramente a posição de Bukhárine e prometeu escrever um artigo pormenorizado sobre a atitude do marxismo em relação ao Estado. Numa carta datada de 4 (17) de Fevereiro de 1917, Lénine informou Alexandra Kollontai de que estava a finalizar a reparação das notas referentes a esse problema. As notas estavam reunidas num caderno a que deu o título “*O Marxismo acerca do Estado*”. O caderno continha citações de obras de Marx e Engels, assim como extratos de livros e artigos de Kaustsky, Pannekoek e Bernstein, com observações críticas, conclusões e sintetizações de Lénine. Os materiais reunidos por Lénine serviram de base ao seu livro “*O Estado e a Revolução*”.

O livro, segundo o plano original de Lénine, seria constituído por sete capítulos, mas o sétimo capítulo, intitulado “*A Experiência das revoluções russas de 1905 a 1917*” não chegou a ser escrito. Conservaram-se os planos pormenorizados deste capítulo e da “*Conclusão*”.

O “*Estado e a Revolução*” foi publicado após a Revolução Socialista de Outubro, em 1918. Na segunda edição da obra, publicada em 1919, o autor incluiu no segundo capítulo o novo subcapítulo “*Como Marx colocava a questão em 1852*”.

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A questão do Estado adquire actualmente uma importância particular tanto no aspecto teórico como no aspecto político prático. A guerra imperialista acelerou e acentuou extraordinariamente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa opressão das massas trabalhadoras pelo Estado, que se funde cada vez mais estreitamente com as uniões onnipotentes de capitalistas, torna-se cada vez mais monstruosa. Os países avançados transformam-se - falamos da sua «retaguarda» - em presídios militares para os operários.

Os horrores e as calamidades inauditas da guerra que se prolonga tornam a situação das massas insuportável, aumentam a sua indignação. A revolução proletária internacional amadurece visivelmente. A questão da sua atitude em relação ao Estado adquire uma importância prática.

Os elementos de oportunismo acumulados durante décadas de desenvolvimento relativamente pacífico criaram a corrente do social-chauvinismo dominante nos partidos socialistas oficiais de todo o mundo. Esta corrente (Plekhánov, Potressov, Brechkovskaia, Rubanovitch, depois, sob uma forma um pouco velada, os senhores Tseretéli, Tchernov e C.^a na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros na Alemanha; Renaudel, Guesde, Vandervelde na França e na Bélgica; Hyndman e os fabianos em Inglaterra, etc., etc.), socialismo em palavras, chauvinismo de facto, caracteriza-se por uma adaptação vil e lacaiesca dos «chefes do socialismo» aos interesses não só da «sua» burguesia nacional mas precisamente do «seu» Estado, porque a maioria das chamadas grandes potências exploram e escravizam há muito toda uma série de povos pequenos e fracos. E a guerra imperialista constitui exactamente uma guerra pela partilha e a redistribuição deste género de saque. A luta para libertar as massas trabalhadoras da influência da burguesia em geral, e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao «Estado».

Examinamos em primeiro lugar a doutrina de Marx e de Engels sobre o Estado, detendo-nos de modo particularmente pormenorizado nos aspectos desta doutrina que foram esquecidos ou submetidos a uma deturpação oportunista. Ocupar-nos-emos depois em especial do principal representante dessas deturpações, Karl Kautsky, o chefe mais conhecido da II Internacional (1889-1914), que sofreu uma bancarrota tão lamentável durante a guerra actual. Por fim, extrairemos os principais ensinamentos da experiência das revoluções russas de 1905 e especialmente de 1917. Esta última, visivelmente, termina actualmente (princípios de Agosto de 1917) a primeira fase do seu desenvolvimento, mas toda esta revolução em geral só pode ser compreendida como um dos elos na cadeia das revoluções proletárias socialistas provocadas pela guerra imperialista. A questão da atitude da revolução socialista do proletariado em relação ao Estado adquire, deste modo, não apenas uma importância política prática mas também uma importância da maior actualidade como questão do esclarecimento das massas sobre aquilo que terão que fazer num futuro próximo para a sua libertação do jugo do capital.

O Autor
Agosto de 1917.

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

A presente edição, a segunda, publica-se quase sem alterações. Acrescentou-se apenas o parágrafo 3 ao capítulo II.

O Autor
Moscovo. 17 de Dezembro de 1918.

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE DE CLASSES E O ESTADO

1. O ESTADO, PRODUTO DO CARÁCTER INCONCILIÁVEL DAS CONTRADIÇÕES DE CLASSE

Com a doutrina de Marx acontece hoje o que aconteceu mais de uma vez na história com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos chefes das classes oprimidas na sua luta pela libertação. As classes opressoras, durante a vida dos grandes revolucionários, retribuíram-nos com incessantes perseguições, acolhiam a sua doutrina com a fúria mais selvagem, com o ódio mais feroz, com as mais furibundas campanhas de mentiras e calúnias. Depois da sua morte tenta-se transformá-los em ícones inofensivos, canonizá-los, por assim dizer, conceder ao seu **nome** uma certa glória para «consolar» as classes oprimidas e para as enganar, castrando o **conteúdo** da doutrina revolucionária, embotando o seu gume revolucionário, vulgarizando-o. Neste «arranjo» do marxismo encontram-se agora a burguesia e os oportunistas dentro do movimento operário. Esquece-se, afasta-se, deturpa-se o lado revolucionário da doutrina, a sua alma revolucionária. Coloca-se em primeiro plano, glorifica-se, aquilo que é aceitável ou que parece aceitável para a burguesia. Todos os sociais-chauvinistas são hoje «marxistas» - não se riam! E cada vez mais frequentemente os sábios burgueses alemães, ainda ontem especialistas na destruição do marxismo, falam de um Marx «nacional-alemão», que teria educado as associações operárias tão admiravelmente organizadas para a condução da guerra de rapina!

Perante esta situação, perante esta difusão inaudita das deturpações do marxismo, a nossa tarefa consiste, antes de mais, em **restabelecer** a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Para isto é necessário apresentar toda uma série de longas citações das próprias obras de Marx e de Engels. Naturalmente, as longas citações tornarão a exposição pesada e não ajudarão de modo nenhum a dar-lhe um carácter popular. Mas é absolutamente impossível passar sem elas. Todas as passagens, ou pelo menos todas as decisivas, das obras de Marx e de Engels sobre a questão do Estado devem necessariamente ser apresentadas tão completamente quanto possível, a fim de que o leitor possa fazer uma ideia independente do conjunto das concepções dos fundadores do socialismo científico e do desenvolvimento dessas concepções, e também para que a sua deturpação pelo «kautskianismo» hoje dominante seja provada documentalment e demonstrada claramente.

Começemos pela obra mais divulgada de Friedrich Engels: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, que foi publicada em Estugarda em 1894 já em sexta edição. Seremos obrigados a traduzir as citações a partir de originais alemães, porque as traduções russas, apesar de muito numerosas, são, na maior parte, ou incompletas ou extremamente insatisfatórias.

«O Estado - diz Engels, fazendo o balanço da sua análise histórica - não é, portanto, de modo nenhum, um poder imposto de fora à sociedade; tão-pouco é “a realidade da ideia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como Hegel afirma. É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é impotente para banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses económicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado» (pp. 177-178 da 6ª edição alemã)².

² Ver F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (In Karl Marx / Friederich Engels, Werke, Bd. 21, S.165) Mais adiante Lênine cita esta mesma obra de F. Engels (Ibidem 165-168).

Encontra-se aqui expressa com toda a clareza a ideia básica do marxismo sobre a questão do papel histórico e do significado do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do **carácter inconciliável** das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objectivamente **não podem** ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

É precisamente neste ponto essencial e importantíssimo que começa a deturpação do marxismo, que segue duas linhas principais.

Por um lado, os ideólogos burgueses, e especialmente pequeno-burgueses - obrigados sob a pressão de factos históricos incontestáveis a reconhecer que o Estado existe apenas onde existem contradições de classe e luta de classes -, «corrigem» Marx de tal maneira que o Estado aparece como um órgão de **conciliação** de classes. Segundo Marx, o Estado não poderia nem surgir nem manter-se se a conciliação de classes fosse possível. Segundo os professores e publicistas pequeno-burgueses e filisteus - frequentemente com referências benevolentes a Marx! - o Estado precisamente concilia as classes. Segundo Marx, o Estado é um órgão de **dominação** de classe, um órgão de **opressão** de uma classe por outra, é a criação da «ordem» que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes. Segundo a opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra; moderar o conflito significa conciliar, e não tirar às classes oprimidas determinados meios e processos de luta pelo derrubamento dos opressores.

Por exemplo, todos os socialistas-revolucionários e mencheviques na revolução de 1917, quando a questão do significado e do papel do Estado se pôs precisamente em toda a sua grandeza, se pôs na prática, como uma questão de acção imediata e, além disso, acção de massas - todos caíram imediata e inteiramente na teoria pequeno-burguesa da «conciliação» das classes pelo «Estado». Inúmeras resoluções e artigos de políticos de ambos estes partidos estão completamente impregnados desta teoria pequeno-burguesa e filistina da «conciliação». Que o Estado é o órgão de dominação de uma determinada classe, que **não pode** ser conciliada com o seu antípoda (com a classe que lhe é oposta), isto a democracia pequeno-burguesa nunca poderá compreender. A atitude em relação ao Estado é uma das provas mais evidentes de que os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques não são de modo nenhum socialistas (o que nós, bolcheviques, sempre demonstrámos), mas democratas pequeno-burgueses com uma fraseologia quase-socialista.

Por outro lado, a deturpação «kautskiana» do marxismo é muito mais subtil. «Teoricamente» não se nega nem que o Estado seja um órgão de dominação de classe nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis. Mas perde-se de vista ou esbate-se o seguinte: se o Estado é o produto do carácter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que **«cada vez mais se aliena** da sociedade», então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta **mas também sem a destruição** do aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta «alienação». Esta conclusão, teoricamente clara por si mesma, foi tirada por Marx, como veremos mais adiante, com a mais completa precisão, na base da análise histórica concreta das tarefas da revolução. E é precisamente esta conclusão que Kautsky - mostrá-lo-emos em pormenor mais adiante na nossa exposição -... «esqueceu» e adulterou.

2. DESTACAMENTOS ESPECIAIS DE HOMENS ARMADOS, PRISÕES, ETC.

«Face à velha organização gentílica³ (de tribos ou de clãs) - prossegue Engels -, o Estado caracteriza-se em primeiro lugar pela divisão dos cidadãos segundo a região.»

Esta divisão parece-nos «natural», mas exigiu uma longa luta contra a velha organização por gens ou por tribos.

«... A segunda característica é a instituição de um poder público, o qual já não coincide directamente com a população que a si própria se organiza como força armada. Este poder público especial é necessário porque desde a divisão em classes se tornou impossível uma organização armada espontânea da população... este poder público existe em cada Estado; não consiste meramente de homens armados, mas também de apêndices materiais, prisões e instituições de coacção de toda a ordem, das quais a sociedade gentílica (de clãs) nada conheceu...»

Engels desenvolve a noção desta «força» que se chama Estado, força nascida da sociedade, mas que se coloca acima dela e cada vez mais se aliena dela. Em que consiste fundamentalmente esta força? Em destacamentos especiais de homens armados tendo à sua disposição prisões, etc.

Temos o direito de falar de destacamentos especiais de homens armados porque o poder público próprio de qualquer Estado «não coincide directamente» com a população armada, com a sua «organização armada espontânea».

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels procura chamar a atenção dos operários conscientes precisamente para aquilo que o filistinismo dominante apresenta como o menos digno de atenção, o mais habitual, consagrado por preconceitos não só tenazes mas, pode dizer-se, petrificados. O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado, mas - como poderia ser de outra maneira?

Do ponto de vista da imensa maioria dos europeus do final do século XIX, a quem Engels se dirigia e que não tinham vivido nem observado de perto uma única grande revolução, isto não podia ser de outra maneira. Para eles é completamente incompreensível o que é a «organização armada espontânea da população». À questão de por que surgiu a necessidade de destacamentos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), colocados acima da sociedade, que se alienam da sociedade, os filisteus europeus ocidentais e russos inclinam-se a responder com um par de frases copiadas de Spencer ou Mikhailovski, com uma referência à complexidade crescente da vida social, à diferenciação das funções, etc.

Tal referência parece «científica» e adormece admiravelmente o filisteu, obscurecendo o principal e fundamental: a divisão da sociedade em classes inconciliavelmente hostis.

Sem esta divisão, a «organização armada espontânea da população» distinguir-se-ia pela sua complexidade, pelo nível elevado da sua técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos armados de paus, ou da de homens primitivos ou da de homens associados na sociedade de clãs, mas tal organização seria possível.

3 **Organização gentílica da sociedade:** regime da comunidade primitiva ou primeira formação económica-social da história da humanidade. A colectividade gentílica era uma colectividade de consanguíneos, ligados por laços económicos e sociais. O regime gentílico atravessou dois períodos: o matriarcado e o patriarcado. Este último terminou com a transformação da sociedade primitiva numa sociedade dividida em classes e com o aparecimento do Estado. A propriedade social dos meios de produção e a distribuição igualitária dos produtos constituíam a base das relações de produção do regime primitivo e correspondiam, no fundamental, ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e ao carácter que assumiam naquela época.

Ela é impossível porque a sociedade da civilização está dividida em classes hostis e, além disso, inconciliavelmente hostis, cujo armamento «espontâneo» conduziria a uma luta armada entre elas. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, destacamentos especiais de homens armados, e cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos uma luta de classes descoberta, mostra-nos claramente como a classe dominante se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de homens armados que a servem, como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização deste género, capaz de servir não os exploradores, mas os explorados.

No raciocínio citado, Engels coloca em teoria exactamente a mesma questão que qualquer grande revolução coloca na prática, de modo patente e, além disso, à escala da acção de massas, isto é, a questão da inter-relação entre os destacamentos «especiais» de homens armados e a organização armada espontânea da população». Veremos como esta questão é concretamente ilustrada pela experiência das revoluções europeias e russas.

Mas voltemos à exposição de Engels.

Ele indica que, às vezes, em certas regiões da América do Norte, por exemplo, este poder público é fraco (trata-se de uma excepção muito rara na sociedade capitalista e daquelas partes da América do Norte no seu período pré-imperialista em que predominava o colono livre), mas que, falando em geral, se reforça:

«... Ele (o poder público) reforça-se, porém, na medida em que se agudizam os antagonismos de classe no seio do Estado e em que os Estados com fronteiras comuns se tornam maiores e mais populosos - olhemos apenas a nossa Europa de hoje, na qual a luta de classes e a concorrência de conquistas fizeram subir o poder público a um plano em que ele ameaça devorar toda a sociedade e mesmo o Estado ...»

Isto foi escrito não mais tarde do que o começo dos anos 90 do século passado. O último prefácio de Engels tem a data de 16 de Junho de 1891. Então a viragem para o imperialismo - tanto no sentido da dominação completa dos trusts, como no sentido da onnipotência dos maiores bancos, como no sentido de uma grandiosa política colonial, etc. - apenas começava ainda em França, e era ainda mais fraca na América do Norte e na Alemanha. Desde então, a «concorrência de conquistas» deu um gigantesco passo em frente, tanto mais que, no começo do segundo decénio do século XX, o globo terrestre estava definitivamente partilhado entre estes «conquistadores concorrentes», ou seja, as grandes potências saqueadoras. Os armamentos militares e navais cresceram incrivelmente desde então, e a guerra de rapina de 1914-1917 pela dominação sobre o mundo da Inglaterra ou da Alemanha, pela partilha do saque, levou o «devorar» de todas as forças da sociedade pelo poder de Estado rapace até à beira de uma catástrofe completa.

Engels soube indicar já em 1891 a «concorrência de conquistas» como um dos principais traços distintivos da política externa das grandes potências, e os canalhas do social-chauvinismo, em 1914-1917, quando precisamente esta concorrência, muitas vezes agravada, gerou a guerra imperialista, encobrem a salvaguarda dos interesses espoliadores da «sua» burguesia com frases sobre a «salvaguarda da pátria», sobre a «defesa da república e da revolução», etc.!

3. O ESTADO - INSTRUMENTO DE EXPLORAÇÃO DA CLASSE OPRIMIDA

Para manter um poder público especial, colocado acima da sociedade, são necessários impostos e uma dívida pública.

*«... Na posse do poder público e do direito de recolher os impostos - escreve Engels -, os funcionários ficam, como órgãos da sociedade, **acima** da sociedade. O livre respeito voluntário que era devido aos órgãos da constituição gentilícia não é bastante para eles, mesmo se o pudessem ter...» Criam-se leis especiais acerca da santidade e imunidade dos funcionários. «O polícia mais miserável ... tem mais “autoridade” do que todos os órgãos da sociedade gentilícia juntos; mas o príncipe mais poderoso e o maior estadista ou general da civilização bem podem invejar o mais humilde dirigente gentilício pelo respeito não forçado e incontestado que lhe é devido».*

Coloca-se aqui a questão da situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder de Estado. Indica-se como fundamental: o que é que os coloca **acima** da sociedade? Veremos como esta questão teórica foi resolvida na prática pela Comuna de Paris em 1871, e esbatida de modo reaccionário por Kautsky em 1912.

«...Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe, e como ele, porém, ao mesmo tempo, nasceu no meio do conflito destas classes, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, a qual por meio dele se torna também a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.» Não só os Estados antigo e feudal foram os órgãos da exploração dos escravos e dos servos mas também «o moderno Estado parlamentar é instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital. No entanto, ocorrem excepcionalmente períodos em que as classes em luta se mantêm uma à outra tão perto do equilíbrio que o poder de Estado, como mediador aparente, alcança momentaneamente uma certa autonomia face a ambas ...» Assim a monarquia absoluta dos sec. XVII e XVIII, o bonapartismo do primeiro e do segundo impérios em França, Bismarck na Alemanha.

Assim, acrescentaremos nós, o governo de Kérenski na Rússia republicana, depois de passar a perseguir o proletariado revolucionário num momento em que os Sovietes, devido à direcção dos democratas pequeno-burgueses, são **já** impotentes, e a burguesia não é **ainda** suficientemente forte para pura e simplesmente os dissolver.

Na república democrática - prossegue Engels - «a riqueza exerce o seu poder indirectamente, mas com tanto mais segurança», a saber: em primeiro lugar, por meio da «corrupção directa dos funcionários» (América), em segundo lugar por meio da «aliança de governo e Bolsa» (França e América).

Actualmente, o imperialismo e a dominação dos bancos «desenvolveram» até uma arte extraordinária ambos estes métodos de defender e pôr em prática a onnipotência da riqueza em quaisquer repúblicas democráticas. Se, por exemplo, logo nos primeiros meses da república democrática na Rússia, poder-se-ia dizer durante a lua-de-mel do casamento dos «socialistas» - dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques - com a burguesia no governo de coligação, o Sr. Paltchinski sabotou todas as medidas para domar os capitalistas e o seu banditismo, a sua pilhagem do tesouro por meio dos fornecimentos de guerra, se depois de ter saído do ministério o Sr. Paltchinski (substituído, naturalmente, por um outro Paltchinski, absolutamente igual) foi «premiado» pelos capitalistas com um lugarzinho com um vencimento de 120 000 rublos por ano, então o que é isto? corrupção directa ou indirecta? uma aliança do governo com os consórcios capitalistas, ou «apenas» relações amistosas? Que papel desempenham os Tchernov e os Tseretéli, os Avxentiev e os Skobolev? - São aliados «directos» dos milionários dilapidadores dos dinheiros públicos, ou apenas indirectos?

A onipotência da «riqueza» também **está mais segura** numa república democrática porque não depende de determinados defeitos do mecanismo político, do mau invólucro político do capitalismo. A república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado (através dos Paltchinski, dos Tchernov, dos Tseretéli e C.^a) deste invólucro, que é o melhor, alicerça o seu poder tão solidamente, tão seguramente, que **nenhuma** substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder.

É preciso notar ainda que Engels, com completa precisão, chama também ao sufrágio universal instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, tendo manifestamente em conta a longa experiência da social-democracia alemã, é

«o barómetro da maturidade da classe operária. Mais não pode ser, nem será nunca, no Estado de hoje».

Os democratas pequeno-burgueses semelhantes aos nossos socialistas--revolucionários e mencheviques, bem como os seus irmãos gémeos, todos os sociais-chauvinistas e oportunistas da Europa Ocidental, esperam precisamente «mais» do sufrágio universal. Eles próprios partilham e incutem no povo essa ideia falsa de que o sufrágio universal, «no Estado **de hoje**», é capaz de revelar realmente a vontade da maioria dos trabalhadores e assegurar que seja posta em prática.

Aqui podemos apenas assinalar esta ideia falsa, apenas indicar que a declaração absolutamente clara, precisa e concreta de Engels é deturpada a cada passo na propaganda e na agitação dos partidos socialistas «oficiais» (isto é, oportunistas). O esclarecimento pormenorizado de toda a falsidade da ideia que Engels repele aqui é dado mais adiante pela nossa exposição das concepções de Marx e de Engels acerca do Estado «**de hoje**».

O resumo geral das suas concepções, dá-o Engels na sua obra mais popular nas palavras seguintes:

«O Estado não vem, portanto, da eternidade. Houve sociedades que passaram sem ele, que não tinham qualquer noção do Estado e do poder de Estado. Numa determinada etapa do desenvolvimento económico, que esteve necessariamente ligada à cisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se, com esta cisão, uma necessidade. Aproximamo-nos agora, a passo rápido, de uma etapa de desenvolvimento da produção em que a existência destas classes não só deixou de ser uma necessidade como se torna um positivo obstáculo à produção. Elas cairão tão inevitavelmente como anteriormente nasceram. Com elas cai inevitavelmente o Estado. A sociedade que de novo organiza a produção sobre a base de uma associação livre e igual dos produtores remete a máquina de Estado inteirinha para onde então há-de ser o lugar dela: para o museu das antiguidades, para junto da roda de fiar e do machado de bronze.»

Não acontece frequentemente encontrar esta citação na literatura de agitação e de propaganda da social-democracia contemporânea. Mas, mesmo quando se encontra esta citação, ela é citada mais frequentemente como se se oficiasse inclinado perante um ícone, isto é, para uma expressão oficial de respeito por Engels, sem qualquer tentativa de reflectir sobre quão ampla e profunda deve ser a envergadura da revolução que implica esse «remeter a máquina de Estado inteirinha para o museu das antiguidades». Na maior parte dos casos, não se vê mesmo a compreensão daquilo a que Engels chamava máquina de Estado.

4. A «EXTINÇÃO» DO ESTADO E A REVOLUÇÃO VIOLENTA

As palavras de Engels sobre a «extinção» do Estado são tão amplamente conhecidas, são tão frequentemente citadas, mostram com tanto relevo em que consiste a essência da falsificação habitual do marxismo pelo oportunismo, que é necessário determo-nos pormenorizadamente nelas. Citaremos todo o raciocínio de onde são tiradas:

*«O proletariado toma o poder de Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, com isto, suprime-se a si próprio como proletariado, com isto suprime todas as diferenças de classes e antagonismos de classes, e com isto também o Estado como Estado. A sociedade anterior, que se movia em antagonismos de classes, precisava do Estado, isto é, de uma organização da respectiva classe exploradora para manutenção das suas condições exteriores de produção, nomeadamente, portanto, para a repressão violenta da classe explorada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente (escravidão, servidão feudal, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sùmula desta num corpo visível, mas era-o apenas na medida em que era o Estado daquela classe que representava ela própria, para o seu tempo, toda a sociedade: na Antiguidade o Estado dos cidadãos proprietários de escravos, na Idade Média da nobreza feudal, no nosso tempo da burguesia. Ao tornar-se, por fim, efectivamente, representante de toda a sociedade, a si próprio se torna supérfluo. Assim que deixa de haver uma classe social a manter na opressão, assim que são eliminados, a par do domínio de classe e da luta, fundada na anarquia da produção anteriormente existente, pela existência individual, também as colisões e excessos deles resultantes, já nada mais há a reprimir que torne necessária uma força especial para a repressão, um Estado. O primeiro acto em que o Estado surge realmente como representante de toda a sociedade - a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o seu último acto autónomo como Estado. A intervenção de um poder de Estado em relações sociais torna-se supérflua num domínio após outro, adormecendo, então, por si próprio. Em lugar do governo sobre pessoas surge a administração de coisas e a direcção dos processos de produção. O Estado não é “abolido”, **extingue-se**. Portanto, por aqui se há-de aferir a frase sobre o “Estado livre do povo”, tanto no que toca à sua justificação temporária de agitação como no que toca à sua definitiva insuficiência científica; por aqui, igualmente, se há-de aferir a reivindicação dos chamados anarquistas, segundo a qual o Estado devia ser abolido de hoje para amanhã» (Anti-Dühring, O Senhor Eugen Dühring Revoluciona a Ciência, pp. 301-303 da 3ª ed. Alemã)⁴.*

Pode dizer-se, sem receio de engano, que deste raciocínio de Engels, notável pela riqueza de pensamento, só se tornou verdadeiro património do pensamento socialista nos partidos socialistas contemporâneos que o Estado «se extingue», segundo Marx, diferentemente da doutrina anarquista da «abolição» do Estado. Truncar assim o marxismo significa reduzi-lo ao oportunismo, pois com tal «interpretação» fica apenas a ideia vaga de uma mudança lenta, uniforme, gradual, da ausência de saltos e tempestades, da ausência de revolução. A «extinção» do Estado, na concepção corrente, geralmente divulgada, de massas, se assim se pode dizer, significa indubitavelmente o esbatimento, se não a negação da revolução.

Mas, entretanto, semelhante «interpretação» é a mais grosseira deturpação do marxismo, vantajosa apenas para a burguesia, teoricamente baseada no esquecimento das mais importantes circunstâncias e considerações indicadas, por exemplo, no raciocínio «de resumo» de Engels por nós citado na íntegra.

4 F. Engels, *O Senho Eugen Dühring Revoluciona a Ciência (Anti-Dühring)*. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 20, S. 261-262). Mais adiante Lênine cita novamente esta obra de F. Engels (Ibidem, S. 171).

Primeiro. Logo ao princípio deste raciocínio, Engels diz que o proletariado, ao tomar o poder de Estado, «com isto suprime o Estado como Estado». «Não é costume» pensar no que isto significa. Habitualmente, isto ou é ignorado completamente ou considerado qualquer coisa como uma «fraqueza hegeliana» de Engels. Na realidade, essas palavras exprimem resumidamente a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais pormenorizadamente no lugar próprio. De facto, Engels fala aqui de «supressão» do Estado da **burguesia** pela revolução proletária, ao passo que as palavras sobre a «extinção» se referem aos resíduos do Estado **proletário, depois** da revolução socialista. O Estado burguês, segundo Engels, não «se extingue» mas «é **suprimido**» pelo proletariado na revolução. O que se extingue depois desta revolução é o Estado proletário, ou um semi-Estado.

Segundo. O Estado é uma «força especial para a repressão». Esta definição admirável e extremamente profunda de Engels é dada por ele aqui com a mais completa clareza. E daí resulta que a «força especial para a repressão» do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma «força especial para a repressão» da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a «supressão do Estado como Estado». É nisso que consiste o «acto» da tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade. É evidente por si mesmo que uma **tal** substituição de uma «força especial» (burguesa) por outra «força especial» (proletária) não pode de maneira nenhuma ter lugar sob a forma de «extinção».

Terceiro. Ao falar de «extinção» e, ainda com mais relevo e colorido, de «adormecimento», Engels refere-se de forma absolutamente clara e determinada à época **depois** «da tomada de posse dos meios de produção pelo Estado em nome de toda a sociedade», isto é, **depois** da revolução socialista. Todos sabemos que, nesse momento, a forma política do «Estado» é a democracia mais completa. Mas não vem à ideia de nenhum dos oportunistas que deturpam sem vergonha o marxismo que se trata aqui, conseqüentemente, em Engels, de «adormecimento» e de «extinção» da **democracia**. Isto parece muito estranho à primeira vista. Mas isto só é «ininteligível» para quem não tenha reflectido no facto de que a democracia é **também** um Estado e que, conseqüentemente, a democracia também desaparece quando desaparece o Estado. Só a revolução pode «suprimir» o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a democracia mais completa, apenas pode «extinguir-se».

Quarto. Ao formular a sua famosa tese: «O Estado extingue-se», Engels explica logo, de forma concreta, que esta tese é dirigida tanto contra os oportunistas como contra os anarquistas. Além disso, em Engels está colocada em primeiro lugar a conclusão da tese sobre a «extinção do Estado», que é dirigida contra os oportunistas.

Pode-se apostar que, em 10 000 pessoas que leram ou ouviram qualquer coisa da «extinção» do Estado, 9990 não sabem ou não se lembram em absoluto que Engels **não** dirigia **unicamente** contra os anarquistas as suas conclusões. E, das restantes dez pessoas, nove não sabem com certeza o que é o «Estado livre do povo» e porque é que no ataque a esta palavra de ordem está contido o ataque aos oportunistas. Assim se escreve a história! Assim se realiza a adaptação imperceptível da grande doutrina revolucionária ao filistinismo dominante. A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes repetida, banalizada, metida na cabeça da maneira mais simplista, adquiriu a solidez de um preconceito. E a conclusão contra os oportunistas foi obscurecida e «esquecida»!

O «Estado livre do povo» era uma reivindicação programática e uma palavra de ordem corrente dos sociais-democratas alemães dos anos 70. Nenhum conteúdo político, excepto uma descrição pequeno-burguesa e enfática do conceito de democracia, existe nesta palavra de ordem. Na medida em que nela se fazia legalmente alusão à república democrática, Engels estava pronto a «justificar» «temporariamente» esta palavra de ordem de um ponto de vista de agitação. Mas era uma palavra

de ordem oportunista, porque exprimia não apenas o embelezamento da democracia burguesa mas também a incompreensão da crítica socialista de todo o Estado em geral. Somos pela república democrática como melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática. Mais ainda. Qualquer Estado é uma «força especial para a repressão» da classe oprimida. Por isso, **qualquer** Estado **não é livre nem** do povo. Isto foi explicado muitas vezes por Marx e Engels aos seus camaradas de partido nos anos 70.⁵

Quinto. Naquela mesma obra de Engels, da qual todos recordam o raciocínio acerca da extinção do Estado, existe um raciocínio sobre a importância da revolução violenta. A apreciação histórica do seu papel transforma-se em Engels num verdadeiro panegírico da revolução violenta. Disto «ninguém se lembra», não é costume, nos partidos socialistas contemporâneos, falar, nem sequer pensar, na importância desta ideia, estas ideias não desempenham nenhum papel na propaganda e agitação quotidianas entre as massas. E, entretanto, estão indissolúvelmente ligadas à «extinção» do Estado, num todo harmonioso.

Eis o raciocínio de Engels:

«Que a violência, porém, ainda desempenha outro papel na história» (alem do de ser agente do mal), «um papel revolucionário, que ela, nas palavras de Marx, é a parteira de toda a velha sociedade que anda grávida com uma nova⁶, que ela é o instrumento com o qual o movimento social se realiza e quebra formas políticas petrificadas, mortas - sobre isto não há uma palavra do Senhor Dühring. Só com suspiros e gemidos admite a possibilidade de talvez vir a ser necessária a violência para o derrubamento da economia de exploração - infelizmente!, pois todo o uso de violência desmoraliza o que a usa. E isto em face do elevado ascenso moral e espiritual que era a consequência de toda a revolução triunfante! E isto na Alemanha, onde um choque violento, a que o povo pode vir a ser obrigado, teria pelo menos a vantagem de exterminar o servilismo que penetrou na consciência nacional a partir da humilhação da Guerra dos Trinta Anos⁷. E este modo de pensar de pregador, débil, sem seiva nem vigor, reivindica impôr-se ao partido mais revolucionário que a história conhece?» (p.193 da 3ª ed. alemã, fim do cap.4, parte II).

Como se pode unir numa mesma doutrina este panegírico da revolução violenta, insistentemente apresentado por Engels aos sociais-democratas alemães de 1878 a 1894, isto é, até à sua própria morte, e a teoria da «extinção» do Estado?

Habitualmente une-se um e outra com a ajuda do eclectismo, tomando arbitrariamente (ou para agradar aos detentores do poder), sem princípios ou de modo sofisticado, ora um ora outro argumento, e em 99 casos em 100, se não mais, avança-se para primeiro plano precisamente a «extinção». A dialéctica é substituída pelo eclectismo: este é o fenómeno mais habitual, mais difundido na literatura social-democrata oficial dos nossos dias em relação ao marxismo. Tal substituição, naturalmente, não é uma novidade: observou-se mesmo na história da filosofia grega clássica. Na adaptação do marxismo ao oportunismo, a adaptação da dialéctica ao eclectismo é a que engana as massas com maior facilidade, dá uma satisfação aparente, tem pretensamente em conta todos os

5 Lénine refere-se às obras de Karl Marx “*Crítica do Programa de Gotha*” (capítulo IV) e de F. Engels “*Anti-Dühring*”, e também à carta de F. Engels a A. Bebel de 18-28 de Março de 1875. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 19, 20, 34)

6 Ver Karl Marx, *O Capital*, t. I

7 **Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)**: guerra em que participou toda a Europa e foi consequência de uma agudização das contradições entre diversos grupos de Estados europeus e que tomou a forma de luta entre protestantes e católicos. Inicialmente a guerra caracterizou-se pela resistência contra as forças reaccionárias da Europa feudal e absolutista, mas mais tarde, especialmente a partir de 1635, traduziu-se numa série de invasões do território da Alemanha por Estados estrangeiros rivais. A guerra terminou em 1648 com a conclusão do Tratado de Vestefália, que confirmou o fraccionamento político da Alemanha.

aspectos do processo, todas as tendências do desenvolvimento, todas as influências contraditórias, etc., mas, na realidade, não dá nenhuma concepção integral e revolucionária do processo do desenvolvimento social.

Já dissemos acima, e mostraremos mais pormenorizadamente adiante na nossa exposição, que a doutrina de Marx e de Engels sobre a inevitabilidade da revolução violenta diz respeito ao Estado burguês. Ele **não pode** ser substituído pelo Estado proletário (pela ditadura do proletariado) pela via da «extinção», mas, regra geral, apenas pela revolução violenta. O panegírico que lhe consagra Engels, e que está plenamente de acordo com repetidas declarações de Marx - (recordemos o fim da *Miséria da Filosofia* e do *Manifesto Comunista* com a declaração orgulhosa e aberta da inevitabilidade da revolução violenta; recordemos a crítica do programa de Gotha⁸ de 1875, quase trinta anos depois, em que Marx flagela implacavelmente o oportunismo deste programa) - este panegírico não é de modo nenhum uma «paixão», não é de modo nenhum uma declamação nem uma tirada polémica. A necessidade de educar sistematicamente as massas **nesta** e precisamente nesta concepção da revolução violenta está na base de **toda** a doutrina de Marx e de Engels. A traição à sua doutrina pelas correntes social-chauvinista e kautskiana hoje dominantes exprime-se com especial relevo no esquecimento tanto por uns como por outros **desta** propaganda, desta agitação.

A substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem revolução violenta. A supressão do Estado proletário, isto é, a supressão de todo o Estado, é impossível a não ser pela via da «extinção».

Marx e Engels realizaram um desenvolvimento pormenorizado e concreto destas concepções, estudando cada situação revolucionária particular, analisando as lições da experiência de cada revolução particular. Passemos, pois, a esta parte da sua doutrina, sem dúvida a mais importante.

8 **Programa de Gotha:** programa do Partido Socialista Operário da Alemanha, aprovado em 1875 no Congresso realizado na cidade de Gotha que unificou os dois partidos socialistas alemães até então existentes na Alemanha: os eisenachianos (dirigidos por A. Bebel e por W. Liebknecht e influenciado ideologicamente por Marx e Engels) e os lassalianos. O Programa enfermava de ecletismo e era oportunista, já que os eisenachianos fizeram concessões aos lassalianos nas questões mais importantes e aceitaram as formulações destes. K. Marx, na sua obra “*Crítica ao Programa de Gotha*”, e F. Engels, na sua carta a A. Bebel de 18-28 de Março de 1875, submeteram o projecto do Programa de Gotha a uma crítica demolidora, considerando-o um considerável retrocesso em comparação com o programa eisenachiano de 1869.

CAPÍTULO II

O ESTADO E A REVOLUÇÃO. A EXPERIÊNCIA DOS ANOS 1848-1851

1. A VÉSPERA DA REVOLUÇÃO

As primeiras obras do marxismo maduro, a *Miséria da Filosofia* e o Manifesto Comunista, datam precisamente da véspera da revolução de 1848. Devido a esta circunstância, paralelamente à exposição das bases gerais do marxismo, temos aqui, em certa medida, um reflexo da situação revolucionária concreta de então. E, por isso, o mais racional seria, creio, analisar o que os autores dessas obras disseram acerca do Estado, imediatamente antes das suas conclusões da experiência dos anos 1848-1851.

«... *A classe operária - escreve Marx na Miséria da Filosofia - substituirá, no curso do desenvolvimento, a velha sociedade burguesa por uma associação que exclui as classes e o seu antagonismo, e deixará de haver um autêntico poder político, pois precisamente o poder político é a expressão oficial do antagonismo de classes no seio da sociedade burguesa*» (p. 182 da ed. alemã de 1885)⁹.

É instrutivo comparar com esta exposição geral da ideia do desaparecimento do Estado depois da supressão das classes a exposição que é dada no *Manifesto Comunista* escrito por Marx e Engels alguns meses depois, precisamente em Novembro de 1847:

«... *Enquanto traçamos as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos de perto a guerra civil, mais ou menos oculta no seio da sociedade existente até ao ponto em que estala abertamente uma revolução e o proletariado estabelece o seu domínio pelo derrube violento da burguesia ...*

«... *Já atrás vimos que o primeiro passo na revolução operária é a passagem*» (à letra: *elevação*) «*do proletariado a classe dominante, a luta pela democracia.*

«*O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a totalidade das forças produtivas*» (pp. 31 e 37 da 7ª edição alemã de 1906)¹⁰.

Vemos aqui a formulação de uma das ideias mais notáveis e mais importantes do marxismo na questão do Estado, precisamente a ideia da «ditadura do proletariado» (como começaram a dizer Marx e Engels após a Comuna de Paris), e em seguida uma definição extremamente interessante do Estado e que pertence também ao número das «palavras esquecidas» do marxismo. «***O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante.***»

Esta definição do Estado não só nunca foi explicada na literatura de propaganda e de agitação dominante dos partidos sociais-democratas oficiais. Mais ainda. Foi precisamente esquecida por ser absolutamente inconciliável com o reformismo, é uma bofetada na cara para os preconceitos oportunistas habituais e as ilusões filistinas quanto ao «desenvolvimento pacífico da democracia».

O proletariado precisa do Estado - isto repetem todos os oportunistas, sociais-chauvinistas e kautskianos, asseverando que é essa a doutrina de Marx, e «esquecendo-se» de acrescentar que, em primeiro lugar, segundo Marx, o proletariado só precisa de um Estado em extinção, isto é, constituído de modo a que comece imediatamente a extinguir-se e não possa deixar de se extinguir. E, em segundo lugar, os trabalhadores precisam de um «Estado», «isto é, o proletariado organizado como classe dominante».

9 K. Marx, *A Miséria da Filosofia*. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 4, s. 182)

10 K. Marx e F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista* (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 4, S. 473, 481).

O Estado é a organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer. Qual é então a classe que o proletariado deve reprimir? Naturalmente apenas a classe dos exploradores, isto é, a burguesia. Os trabalhadores precisam do Estado apenas para reprimir a resistência dos exploradores, e dirigir esta repressão, realizá-la na prática, só o proletariado está em condições de o fazer, como única classe revolucionária até ao fim, única classe capaz de unir todos os trabalhadores e explorados na luta contra a burguesia, no seu completo afastamento.

As classes exploradoras precisam do domínio político no interesse da manutenção da exploração, isto é, no interesse egoísta de uma minoria insignificante contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam do domínio político no interesse da completa supressão de toda a exploração, isto é, no interesse da imensa maioria do povo contra a minoria insignificante dos escravistas contemporâneos, isto é, os latifundiários e os capitalistas.

Os democratas pequeno-burgueses, esses pretensos socialistas que substituíam a luta de classes pelos sonhos de entendimento das classes, concebiam a própria transformação socialista de um modo sonhador, não sob a forma do derrubamento do domínio da classe exploradora, mas sob a forma da submissão pacífica da minoria à maioria que ganhou consciência das suas tarefas. Esta Utopia pequeno-burguesa, indissolúvelmente ligada ao reconhecimento de um Estado colocado acima das classes, conduzia na prática à traição dos interesses das classes trabalhadoras, como o mostrou, por exemplo, a história das revoluções francesas de 1848 e 1871, como o mostrou a experiência da participação «socialista» nos ministérios burgueses em Inglaterra, em França, em Itália e em outros países no fim do século XIX e no princípio do século XX¹¹.

Marx lutou durante toda a sua vida contra este socialismo pequeno-burguês ressuscitado hoje na Rússia pelos partidos dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques. Marx levou a doutrina da luta de classes de modo consequente até à doutrina do poder político, do Estado.

O derrubamento do domínio da burguesia só é possível pelo proletariado, como classe especial, cujas condições económicas de existência a preparam para este derrubamento, lhe dão a possibilidade e a força para o realizar. Ao mesmo tempo que a burguesia fracciona e pulveriza o campesinato e todas as camadas pequeno-burguesas, agrupa, une, organiza o proletariado. Só o proletariado - devido ao seu papel económico na grande produção - é capaz de ser o chefe de **todas** as massas trabalhadoras e exploradas que a burguesia explora, oprime e esmaga muitas vezes não menos mas mais fortemente que os proletários, mas que são incapazes de uma luta **independente** pela sua emancipação.

A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx à questão do Estado e da revolução socialista, conduz necessariamente ao reconhecimento do **domínio político** do proletariado, da sua ditadura, isto é, de um poder não partilhado com ninguém e que se apoia directamente na força armada das massas. O derrubamento da burguesia só pode ser realizado pela transformação do proletariado em **classe dominante** capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar para um novo regime de economia **todas** as massas trabalhadoras e exploradas.

11 No fim do século XIX e começo do século XX, os círculos dirigentes da burguesia de diversos países, pretendendo cindir o movimento operário e desviar o proletariado da luta revolucionária por meio de algumas cedências, recorreram à manobra de convidar alguns dirigentes reformistas dos partidos socialistas a participarem em governos burgueses reaccionários. Na Inglaterra, em 1892, John Burns foi eleito membro do Parlamento; na França, em 1889, entrou no Governo burguês de Waldeck-Rousseau o socialista Alexandre Etienne Millerand, que ajudou a burguesia na realização da sua política. A participação de Millerand no governo burguês reaccionário prejudicou muito o movimento operário da França. V.I. Lênine caracterizou o millerandismo como apostasia e revisionismo. Na Itália, no começo do século XX os socialistas Leonida Bissolati, Ivanoe Bonomi e outros manifestaram-se abertamente partidários da colaboração com o governo. Em 1912 foram expulsos do Partido Socialista. Durante a Primeira Guerra Mundial os dirigentes oportunistas de direita dos partidos sociais-democratas de diferentes países passaram abertamente para o lado do social-chauvinismo, participaram nos governos burgueses dos seus países e defenderam a sua política.

O proletariado necessita do poder de Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores como para **dirigir** a imensa massa da população, o campesinato, a pequena burguesia, os semi-proletários, na obra da organização da economia socialista.

Educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de **conduzir todo o povo** ao socialismo, de dirigir e de organizar uma nova ordem, de ser o educador, o dirigente e o chefe de todos os trabalhadores e explorados na obra da organização da sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia. Pelo contrário, o oportunismo hoje dominante educa no partido operário representantes dos trabalhadores mais bem pagos, que se desligam da massa, que se «arranjam» bastante bem sob o capitalismo, que vendem por um prato de lentilhas o seu direito de primogenitura, isto é, renunciam ao papel de chefe revolucionários do povo contra a burguesia.

«O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante» - esta teoria de Marx está indissolúvelmente ligada a toda a sua doutrina sobre o papel revolucionário do proletariado na história. O remate deste papel é a ditadura proletária, o domínio político do proletariado.

Mas se o proletariado precisa do Estado como organização **especial** da violência **contra** a burguesia, então daqui impõe-se por si uma conclusão: será concebível a criação de tal organização sem suprimir previamente, sem destruir a máquina do Estado que a burguesia criou **para si própria**? É a esta conclusão que conduz directamente o *Manifesto Comunista* e é desta conclusão que Marx fala quando faz o balanço da experiência da revolução de 1848-1851.

2. O BALANÇO DA REVOLUÇÃO

Quanto à questão do Estado, que é a que nos interessa, Marx faz o balanço da revolução de 1848-1851 no seguinte raciocínio da obra “**O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**”:

*«... Mas a revolução é profunda. Ela ainda vai na viagem pelo purgatório. Ela faz o que tem a fazer com método. Até 2 de Dezembro de 1851» (dia da realização do golpe de Estado de Louis Bonaparte) «tinha realizado metade da sua preparação, e agora realiza a outra metade. Ela começou por aperfeiçoar o poder parlamentar para o poder derrubar. Agora, que o conseguiu, aperfeiçoa o **poder executivo**, redu-lo à sua expressão mais pura, isola-o, contrapõe-no a si como único objecto de censura, **para concentrar contra ele todas as suas forças de destruição**» (sublinhado nosso). «E quando tiver completado esta segunda metade do seu trabalho preparatório, a Europa saltará do seu lugar e gritará com júbilo: Bem revolvido, velha toupeira! «Este poder executivo com a sua imensa organização burocrática e militar, com a sua máquina de Estado de múltiplos degraus e artificial, uma hoste de funcionários de meio milhão ao lado de um exército de outro meio milhão, este terrível corpo de parasitas que, como uma retina, envolve o corpo da sociedade francesa e lhe obstrui todos os poros, nasceu no tempo da monarquia absoluta, no declínio do sistema feudal que ele ajudou a acelerar.» A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização, «... mas ao mesmo tempo o volume, os atributos e os serventúrios do poder do governo. Napoleão completou esta máquina do Estado». A monarquia legítima e a monarquia de Julho «nada lhe acrescentaram a não ser uma maior divisão do trabalho ... «... A república parlamentar viu-se finalmente obrigada, na sua luta contra a revolução, a reforçar os meios e a centralização do poder do governo com medidas repressivas. **Todas as revoluções aperfeiçoaram esta máquina em vez de a quebrarem**» (sublinhado nosso). «Os partidos que alternaram na luta pelo domínio viam na posse deste imenso edifício do Estado o despojo principal do vencedor» (O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, pp. 98-99, 4ª ed., Hamburg, 1907)¹².*

12 K. Marx, “O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte” (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. (, S. 196-197). Mais adiante Lênine cita o prefácio de Engels à 4ª Edição desta obra (Ibidem, Bd. 21, S. 248-249).

Neste notável raciocínio, o marxismo dá um imenso passo em frente em comparação com o *Manifesto Comunista*. Aí a questão do Estado é ainda posta de uma maneira extremamente abstracta, nas noções e nos termos mais gerais. Aqui a questão é posta de maneira concreta e a conclusão é extraordinariamente precisa, definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores aperfeiçoaram a máquina do Estado, mas é preciso demoli-la, quebrá-la.

Esta conclusão é o principal, o fundamental na doutrina do marxismo sobre o Estado. E precisamente esta coisa fundamental não só foi completamente **esquecida** pelos partidos sociais-democratas oficiais dominantes mas francamente **deturpada** (como veremos mais adiante) pelo teórico mais destacado da II Internacional, K. Kautsky.

No *Manifesto Comunista* faz-se o balanço geral da história, que obriga a ver no Estado o órgão de dominação de classe e conduz à conclusão necessária de que o proletariado não pode derrubar a burguesia sem ter conquistado primeiro o poder político, sem ter alcançado a dominação política, sem ter transformado o Estado em «proletariado organizado como classe dominante», e que este Estado proletário começará a extinguir-se logo após a sua vitória, porque numa sociedade sem contradições de classe o Estado é desnecessário e impossível. Aqui não se coloca a questão de como deve ser, do ponto de vista do desenvolvimento histórico, esta substituição do Estado burguês pelo proletário.

Marx coloca e resolve precisamente esta questão em 1852. Fiel à sua filosofia do materialismo dialéctico, Marx toma como base a experiência histórica dos grandes anos da revolução - 1848-1851. Também aqui a doutrina de Marx, como sempre, é um **balanço da experiência** iluminado por uma profunda visão filosófica do mundo e um rico conhecimento da história.

A questão do Estado é posta de maneira concreta: como surgiu historicamente o Estado burguês, a máquina de Estado necessária à dominação da burguesia? quais as suas transformações, qual a sua evolução no decurso das revoluções burguesas e face às acções autónomas das classes oprimidas? quais as tarefas do proletariado em relação a esta máquina de Estado?

O poder de Estado centralizado, próprio da sociedade burguesa, surgiu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais características desta máquina de Estado são: o funcionalismo e o exército permanente. Nas obras de Marx e Engels fala-se repetidas vezes de como mil laços ligam estas instituições precisamente à burguesia. A experiência de cada operário ilustra esta ligação com uma evidência e um relevo extraordinário. A classe operária aprende a conhecer esta ligação na sua própria pele - eis porque capta tão facilmente e assimila tão solidamente a ciência da inevitabilidade desta ligação, ciência que os democratas pequeno-burgueses ou negam por ignorância e por leviandade, ou ainda mais leviandade reconhecem «em geral», esquecendo-se de tirar as conclusões práticas correspondentes.

O funcionalismo e o exército permanente são um «parasita» no corpo da sociedade burguesa, parasita gerado pelas contradições internas que dilaceram esta sociedade, mas precisamente um parasita que «obstrui» os poros vitais. O oportunismo kautskiano hoje dominante na social-democracia oficial considera que esta concepção do Estado como **um organismo parasitário** é um atributo particular e exclusivo do anarquismo. Evidentemente, esta deturpação do marxismo é extraordinariamente vantajosa para os filisteus que conduziram o socialismo à vergonha inaudita de justificar e embelezar a guerra imperialista por meio da aplicação a ela da noção de «defesa da pátria», mas tudo isto é uma deturpação incontestável.

O desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a consolidação deste aparelho burocrático e militar prosseguem através de todas as revoluções burguesas que a Europa viu muitas vezes desde o tempo da queda do feudalismo. Em particular, precisamente a pequena burguesia é atraída para o lado da

grande e é submetida a ela, em grau significativo, por meio deste aparelho, que dá às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, etc., lugarzinhos relativamente cómodos, tranquilos e honrosos, que colocam os seus possuidores **acima** do povo. Vede o que se passou na Rússia durante o meio ano que se seguiu a 27 de Fevereiro de 1917: os lugares de funcionários, que antes eram dados de preferência aos cem-negros, tornaram-se objecto de caça dos democratas-constitucionalistas, dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários. No fundo, não se pensava em quaisquer reformas sérias, procurando-se adiar-las «até à Assembleia Constituinte» - e adiar a Assembleia Constituinte pouco a pouco até ao fim da guerra! Mas para a partilha da presa, para a ocupação dos lugarzinhos de ministros, de vice-ministros, de governadores-gerais, etc., etc., não perderam tempo nem esperaram por qualquer Assembleia Constituinte! O jogo das combinações em relação à composição do governo era apenas, no fundo, a expressão desta distribuição e redistribuição da «presa» que se fazia tanto em cima como em baixo, em todo o país, em todas as administrações centrais e locais. O resultado, o resultado objectivo do meio ano de 27 de Fevereiro a 27 de Agosto de 1917 é incontestável: as reformas são adiadas, realizou-se a distribuição dos lugarzinhos burocráticos, e os «erros» da distribuição foram corrigidos com algumas redistribuições.

Mas, quanto mais se procede às «redistribuições» do aparelho burocrático entre os diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses (entre os democratas-constitucionalistas, os socialistas-revolucionários e os mencheviques, para tomar o exemplo russo), tanto mais claro se torna para as classes oprimidas, com o proletariado à cabeça, a sua hostilidade irredutível em relação a **toda** a sociedade burguesa. Daí a necessidade para todos os partidos burgueses, mesmo para os mais democráticos e «revolucionário-democráticos» entre eles, de reforçar a repressão contra o proletariado revolucionário, de consolidar o aparelho de repressão, isto é, a própria máquina de Estado. Tal curso dos acontecimentos obriga a revolução a «**concentrar todas as suas forças de destruição**» contra o poder de Estado, obriga a colocar a tarefa não de melhorar a máquina de Estado mas de **destruí-la, de suprimi-la**.

Não foram raciocínios lógicos, mas sim o desenvolvimento real dos acontecimentos, a experiência viva dos anos 1848-1851, que levaram a colocar assim a tarefa. Até que ponto Marx se atém estritamente à base factual da experiência histórica, vê-se pelo facto de que em 1852 não pôe ainda concretamente a questão de saber **pelo quê** substituir esta máquina de Estado que deve ser suprimida. A experiência não tinha ainda dado, então, materiais para tal questão, colocada pela história na ordem do dia mais tarde, em 1871. Em 1852 apenas se podia constatar, com a precisão da observação própria da história natural, que a revolução proletária **se aproximou** da tarefa de «concentrar todas as suas forças de destruição» contra o poder de Estado, da tarefa de «quebrar» a máquina de Estado.

Aqui pode surgir a questão de se é justo generalizar a experiência, as observações e as conclusões de Marx, transplanta-las para limites mais amplos do que a história de França durante três anos, 1848-1851? Para analisar esta questão, lembraremos em primeiro lugar uma observação de Engels, e passaremos depois aos factos.

«A França - escrevia Engels no prefácio à 3ª edição do 18 de Brumário - a França é o país em que as lutas históricas de classes foram sempre levadas, mais do que em qualquer outra parte, até à decisão final, o país em que, portanto, também as formas políticas em mudança, no seio das quais aquelas se movem e nas quais os seus resultados se resumem, estão marcadas com contornos mais precisos. Centro do feudalismo na Idade Média, país modelo da monarquia una de estados desde a Renascença, a França desmantelou o feudalismo na grande Revolução e fundou o domínio puro da burguesia com uma classicidade como em nenhum outro país europeu. E também a luta do proletariado em ascensão contra a burguesia dominante surge aqui numa forma aguda que é desconhecida em qualquer outra parte» (p. 4 na ed. de 1907).

A última observação envelheceu, na medida em que, a partir de 1871, começou uma interrupção na luta revolucionária do proletariado francês, embora esta interrupção, por mais longa que seja, não exclua de maneira nenhuma a possibilidade de que a França se revele, na revolução proletária do futuro, como o país clássico da luta de classes até ao fim decisivo.

Mas lancemos um olhar geral à história dos países avançados no fim do século XIX e no princípio do século XX. Veremos que esse mesmo processo se operou mais lentamente, sob formas mais variadas, numa arena muito mais ampla: por um lado, elaboração de um «poder parlamentar» tanto nos países republicanos (França, América, Suíça) como nos monárquicos (Inglaterra, Alemanha até certo ponto, Itália, países escandinavos, etc.); por outro lado, luta pelo poder entre os diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses que distribuíam e redistribuíam a presa dos lugarzinhos burocráticos, deixando imutáveis os fundamentos da ordem burguesa; finalmente, aperfeiçoamento e consolidação do «poder executivo», do seu aparelho burocrático e militar.

Não há dúvida alguma de que são estes os traços gerais de toda a evolução moderna dos Estados capitalistas em geral. Em três anos, 1848-1851, a França mostrou de uma forma rápida, brusca, concentrada, os mesmos processos de desenvolvimento que são próprios de todo o mundo capitalista.

E, em particular, o imperialismo, época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, mostra o reforço extraordinário da «máquina de Estado», o crescimento inaudito do seu aparelho burocrático e militar em ligação com o reforço da repressão contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos países republicanos mais livres.

A história mundial conduz agora inevitavelmente, numa escala incomparavelmente mais ampla do que em 1852, à «concentração de todas as forças» da revolução proletária para a «destruição» da máquina de Estado.

Pelo que a substituirá o proletariado ? A Comuna de Paris deu sobre isto o material mais instrutivo.

3. COMO MARX COLOCAVA A QUESTÃO EM 1852¹³

Mehring publicou em 1907, na revista *Neue Zeit*¹⁴ (XXV, 2, 164), extractos da carta de Marx a Weydemeyer de 5 de Março de 1852. Esta carta contém, entre outros, o seguinte raciocínio notável:

«Ora, no que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a luta que travam entre si. Já muito antes de mim historiógrafos burgueses tinham apresentado o desenvolvimento histórico desta luta das classes e economistas burgueses tinham apresentado a anatomia económica das mesmas. O que fiz de novo foi, 1.º, demonstrar que a existência das classes está meramente ligada a fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção; 2.º, que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3.º, que esta mesma ditadura constitui apenas a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes...»

Nestas palavras, Marx conseguiu exprimir com um relevo surpreendente, em primeiro lugar, a diferença principal e radical entre a sua doutrina e a doutrina dos pensadores avançados e mais profundos da burguesia e, em segundo lugar, a essência da sua doutrina acerca do Estado.

¹³ Acrescentado na 2ª Edição

¹⁴ *Die Neue Zeit (Tempo Novo)*: revista teórica do Partido Social-Democrata da Alemanha, publicou-se em Estugarda de 1883 a 1923.

O principal, na doutrina de Marx, é a luta de classes. Assim se diz e se escreve muito frequentemente. Mas é incorrecto. E desta incorrecção muitas vezes resulta uma deturpação oportunista do marxismo, a sua falsificação num espírito aceitável para a burguesia. Pois a doutrina da luta de classes foi criada **não** por Marx mas pela burguesia **antes** de Marx, e, falando em geral, é **aceitável** para a burguesia. Quem reconhece **unicamente** a luta de classes, esse ainda não é marxista, esse pode encontrar-se ainda dentro dos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa truncar o marxismo, deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que **alarga** o reconhecimento da luta de classes ate ao reconhecimento da **ditadura do proletariado**. Nisto consiste a diferença mais profunda entre o marxista e o vulgar pequeno (e também grande) burguês. É nesta pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão e o reconhecimento **efectivos** do marxismo. E não é de estranhar que, quando a história da Europa colocou a classe operária **na prática** perante esta questão, não só todos os oportunistas e reformistas mas também todos os «kautskianos» (pessoas que vacilam entre o reformismo e o marxismo) se tenham revelado lamentáveis filisteus e democratas pequeno-burgueses, que **negam** a ditadura do proletariado. A brochura de Kautsky **A Ditadura do Proletariado**, publicada em Agosto de 1918, isto é, muito tempo depois da primeira edição da presente obra, é um modelo de deturpação filistina do marxismo e da sua infame renegação **de facto**, simultaneamente com o seu reconhecimento hipócrita **em palavras** (ver a minha brochura: *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, Petrogrado e Moscovo, 1918).

O oportunismo contemporâneo, na pessoa do seu principal representante, o ex-marxista K. Kautsky, cai inteiramente dentro da caracterização da atitude burguesa em Marx, porque esse oportunismo limita o domínio do reconhecimento da luta de classes ao domínio das relações burguesas. (E dentro deste domínio, nos seus limites, não existe um único liberal instruído que se recuse a reconhecer «em princípio» a luta de classes!) O oportunismo **não estende** o reconhecimento da luta de classes precisamente até aquilo que é o essencial, até ao período de **transição** do capitalismo para o comunismo, até ao período do **derrubamento da burguesia** e da sua completa supressão. Na realidade, este período é inevitavelmente um período de uma luta de classes de um encarniçamento sem precedentes, sem precedentes na agudeza das suas formas. E, conseqüentemente, o Estado deste período deve necessariamente ser um Estado democrático **de uma maneira nova** (para os proletários e para os não possidentes em geral) e ditatorial **de uma maneira nova** (contra a burguesia).

Mais. A essência da doutrina de Marx acerca do Estado só foi assimilada pelos que compreenderam que a ditadura de **uma só** classe é necessária não só para qualquer sociedade de classes em geral, não só para o **proletariado** que derrubou a burguesia, mas também para a totalidade do **período histórico** que separa o capitalismo da «sociedade sem classes», do comunismo. As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente variadas, mas a sua essência é apenas uma: em última análise, todos estes Estados são, de uma maneira ou de outra, mas necessariamente, uma **ditadura da burguesia**. A transição do capitalismo para o comunismo não pode naturalmente deixar de dar uma enorme abundância e variedade de formas políticas, mas a sua essência será necessariamente uma só: **a ditadura do proletariado**.

CAPÍTULO III

O ESTADO E A REVOLUÇÃO. A EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS DE 1871. A ANÁLISE DE MARX

1. EM QUE CONSISTE O HEROÍSMO DA TENTATIVA DOS COMMUNARDS¹⁵:

É sabido que, alguns meses antes da Comuna, no Outono de 1870, Marx preveniu os operários parisienses, provando que a tentativa para derrubar o governo seria uma asneira inspirada pelo desespero¹⁶. Mas quando, em Março de 1871, se impôs aos operários a batalha decisiva, e eles a aceitaram, quando a insurreição se tornou um facto, Marx, apesar dos maus presságios, saudou com o maior entusiasmo a revolução proletária. Marx não se obstinou na condenação pedante de um movimento «extemporâneo», como o tristemente célebre renegado russo do marxismo Plekhánov, que em Novembro de 1905 escreveu encorajando a luta dos operários e dos camponeses, mas que, após Dezembro de 1905, gritava à maneira dos liberais: «não se devia ter pegado em armas.»

Marx, porém, não apenas se entusiasmou com o heroísmo dos communards, «que assaltavam o céu», segundo a sua expressão¹⁷. No movimento revolucionário das massas, se bem que ele não tivesse atingido o seu fim, via uma experiência histórica com uma importância imensa, um certo passo em frente da revolução proletária mundial, um passo prático mais importante do que centenas de programas e de raciocínios. Analisar esta experiência, tirar dela lições de tática, rever na base dela a sua teoria - eis como Marx colocou a sua tarefa.

A única «correção» que Marx julgou necessário fazer no *Manifesto Comunista* foi feita por ele na base da experiência revolucionária dos communards parisienses.

O último prefácio à nova edição alemã do *Manifesto Comunista*, assinado por ambos os seus autores, é datado de 24 de Junho de 1872. Neste prefácio os autores, Karl Marx e Friedrich Engels, dizem que o programa do *Manifesto Comunista* «está hoje, num passo ou noutro, obsoleto».

«... A Comuna, nomeadamente - prosseguem-, forneceu a prova de que “a classe operária não pode limitar-se a tomar conta da máquina de Estado que encontra montada e a pô-la em funcionamento para atingir os seus objectivos próprios”...»

As palavras desta citação postas duas vezes entre aspas foram tiradas pelos autores da obra de Marx “*A Guerra Civil em França*”.

Assim, Marx e Engels consideravam que uma das lições principais e fundamentais da Comuna de Paris tinha uma importância tão gigantesca que a introduziram como uma correção essencial ao *Manifesto Comunista*.

É extraordinariamente característico que precisamente esta correção essencial tenha sido deturpada pelos oportunistas, e nove décimos, se não noventa e nove centésimos, dos leitores do *Manifesto Comunista* ignoram certamente o seu sentido. Adiante falaremos pormenorizadamente desta deturpação, num capítulo especialmente consagrado às deturpações. Por agora bastará assinalar que

¹⁵ Participantes na Comuna de Paris de 1871 (N. Ed.)

¹⁶ Lênine refere-se ao Segundo Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana. A todos os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos, escrito por Marx de 6 a 9 de Setembro de 1870, em Londres. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 17, S.271).

¹⁷ Ver a carta de K. Marx a L. Kulgemann de 12 de Abril de 1871. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*. Bd. 33, S. 205).

a «compreensão» corrente, vulgar, da famosa máxima de Marx citada por nós consiste em que Marx teria sublinhado aqui a ideia de um desenvolvimento lento, em oposição à conquista do poder, e outras coisas semelhantes.

Na realidade, é **exactamente o contrário**. A ideia de Marx consiste em que a classe operária deve **quebrar, demolir** a «máquina de Estado que encontra montada» e não limitar-se simplesmente à sua conquista.

Em 12 de Abril de 1871, isto é, exactamente durante a Comuna, Marx escreveu a Kugelmann:

*«Se fores ver o último capítulo do meu 18 de Brumário verificarás que declaro que a próxima tentativa da revolução francesa será não já, como até aqui, passar a maquinaria burocrática e militar de umas mãos para outras mas **destruí-la**» (sublinhado de Marx; no original está zerbrechen), «e esta é a condição prévia de qualquer verdadeira revolução popular no continente. Esta é também a tentativa dos nossos heróicos camaradas de partido parisienses» (p. 709, Neue Zeit, XX, 1, 1901-1902). (As cartas de Marx a Kugelmann foram publicadas em russo não menos do que em duas edições, uma das quais sob a minha redacção e com um prefácio meu.)*

Nestas palavras: «destruir a maquinaria de Estado burocrática e militar», encerra-se, numa expressão curta, a principal lição do marxismo sobre a questão das tarefas do proletariado relativamente ao Estado na revolução. E precisamente esta lição não só foi absolutamente esquecida mas ainda francamente deturpada pela «interpretação» dominante, kautskiana do marxismo!

Quanto à referência de Marx ao *18 de Brumário*, citámos atrás na íntegra a passagem correspondente.

É interessante assinalar especialmente dois lugares no citado raciocínio de Marx. Em primeiro lugar, limita a sua conclusão ao continente. Isto era compreensível em 1871, quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista mas sem casta militar e, em grau significativo, sem burocracia. Por isso Marx excluía a Inglaterra, onde a revolução e até a revolução popular parecia, e era então possível, **sem** a condição prévia da destruição da «máquina de Estado que encontra montada».

Agora, em 1917, na época da primeira grande guerra imperialista, esta limitação de Marx já não é válida. Tanto a Inglaterra como a América, os maiores e os legítimos representantes em todo o mundo da «liberdade» anglo-saxónica no sentido da ausência de casta militar e de burocratismo, escorregaram completamente para o pântano lamacento e sangrento, comum a toda a Europa, das instituições burocrático-militares, que tudo subjagam, que tudo esmagam. Agora, tanto em Inglaterra como na América, «a condição prévia de qualquer verdadeira revolução popular» é a **demolição, a destruição** da «máquina de Estado que encontra montada» (preparada aí, de 1914 a 1917, até à perfeição «europeia», comum ao imperialismo).

Em segundo lugar, merece uma especial atenção a observação extraordinariamente profunda de Marx de que a destruição da máquina burocrática e militar de Estado é «a condição prévia de qualquer verdadeira revolução **popular**». Esta noção de revolução «popular» parece estranha na boca de Marx, e os plekhanovistas russos e os mencheviques, esses discípulos de Struve que desejam passar por marxistas, poderiam talvez declarar um «lapso» tal expressão em Marx. Eles reduziram o marxismo a uma deturpação tão miseravelmente liberal que, excepto a antítese: revolução burguesa e revolução proletária, nada existe para eles, e mesmo esta antítese é compreendida por eles de uma maneira extremamente morta.

Se tomarmos como exemplo as revoluções do século XX, teremos naturalmente que reconhecer que as revoluções portuguesa e turca são burguesas. Mas nem uma nem outra é «popular», pois a massa do povo, a sua imensa maioria, não intervém de uma forma visível, activa, autónoma, com as suas reivindicações económicas e políticas próprias, nem numa nem noutra destas revoluções. Pelo contrário, a revolução burguesa russa de 1905-1907, embora nela não tenha havido êxitos tão «brilhantes» como por vezes aconteceu nas revoluções portuguesa e turca, foi, indubitavelmente, uma revolução «verdadeiramente popular», porque a massa do povo, a sua maioria, as «camadas inferiores» mais profundas da sociedade, esmagadas pelo jugo e pela exploração, levantaram-se autonomamente, e deixaram em todo o curso da revolução a marca das **suas** reivindicações, das **suas** tentativas para construir à sua maneira uma sociedade nova no lugar da antiga, em destruição.

Na Europa de 1871, o proletariado não constituía a maioria do povo em nenhum país do continente. A revolução «popular» que arrasta verdadeiramente a maioria para o movimento só podia ser popular englobando tanto o proletariado como o campesinato. Ambas as classes constituíam então o «povo». Ambas as classes estão unidas porque a «máquina de Estado burocrática e militar» as oprime, as esmaga, as explora. **Quebrar** esta máquina, **demoli-la** - tal é verdadeiramente o interesse do «povo», da sua maioria, dos operários e da maioria dos camponeses, tal é a "condição prévia» da livre aliança dos camponeses pobres e dos proletários, e sem tal aliança a democracia é instável e a transformação socialista é impossível.

Era para esta aliança que, como é sabido, a Comuna de Paris abria caminho, não atingindo os fins devido a uma série de razões de carácter interno e externo.

Consequentemente, ao falar de uma «verdadeira revolução popular», Marx, sem esquecer de modo nenhum as particularidades da pequena burguesia (delas falou muito e frequentemente), tinha em conta, com o maior rigor, a efectiva correlação das classes na maioria dos Estados continentais da Europa em 1871. E, por outro lado, ele constatava que «quebrar» a máquina de Estado é exigido pelos interesses tanto dos operários como dos camponeses, os une e coloca perante eles a tarefa comum da eliminação do «parasita» e a sua substituição por algo de novo.

Pelo quê precisamente?

2. PELO QUE SUBSTITUIR A MÁQUINA DE ESTADO QUEBRADA?

A esta pergunta Marx dava em 1847, no *Manifesto Comunista*, uma resposta ainda completamente abstracta, ou melhor, uma resposta que indicava as tarefas mas não os meios para as resolver. Substitui-la pela «organização do proletariado como classe dominante», pela «luta pela democracia» - tal era a resposta do *Manifesto Comunista*.

Sem cair em utopias, Marx esperava da **experiência** do movimento de massas a resposta à questão de quais as formas concretas que tomaria esta organização do proletariado como classe dominante, de que maneira precisa esta organização se conciliaria com a mais completa e a mais consequente «luta pela democracia».

Marx, na *Guerra Civil em França*, submete a experiência da Comuna, por mais limitada que tenha sido, à análise mais atenta. Citemos as passagens mais importantes desta obra:

No século XIX desenvolveu-se, vindo da Idade Média, «o poder de Estado centralizado, com os seus órgãos omnipresentes - exército permanente, polícia, burocracia, clero, magistratura». Com o desenvolvimento do antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, «o poder de Estado foi adquirindo cada vez mais o carácter de um poder público para reprimir a classe operária, de uma máquina de dominação de classe. Depois de cada revolução que caracteriza um processo da luta de classes, o carácter puramente repressivo do poder de Estado apresenta-se cada vez mais abertamente». O poder de Estado torna-se, depois da revolução de 1848-1849, «o instrumento nacional da guerra do capital contra o trabalho». O segundo Império consolida isto. «O contrário directo do Império foi a Comuna.» «A Comuna foi a forma determinada» «de uma república que devia eliminar não apenas a forma monárquica da dominação de classe mas a própria dominação de classe...».

Em que consistia precisamente esta forma «determinada» de república proletária, socialista? Qual era o Estado que ela tinha começado a fundar?

«... O primeiro decreto da Comuna foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado...»

Esta reivindicação figura agora no programa de todos os partidos que querem chamar-se socialistas. Mas o que valem os seus programas, isso vê-se da melhor maneira pela conduta dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, que, de facto, recusaram, exactamente depois da revolução de 27 de Fevereiro, a realização desta reivindicação!

«... A Comuna constituiu-se a partir dos conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nas varias circunscricões de Paris. Estes eram responsáveis e amovíveis a cada momento. A sua maioria consistia naturalmente de operários ou de representantes reconhecidos da classe operária...

*... A polícia, até aí o instrumento do governo estatal, foi imediatamente privada de todos os seus atributos políticos e transformada no instrumento responsável e amovível a cada momento da Comuna ... Do mesmo modo os funcionários de todos os outros ramos administrativos ... A começar pelos membros da Comuna e daí para baixo, o serviço público tinha de ser exercido mediante um **salário operário**. Os direitos adquiridos e os dinheiros de representação dos altos dignitários desapareceram com os próprios dignitários... Uma vez eliminados o exército permanente e a polícia, os instrumentos do poder material do velho governo, a Comuna estabeleceu imediatamente como objectivo quebrar o instrumento de repressão espiritual, o poder dos padres ... Os funcionários judiciais perderam aquela aparente independência... daí em diante deviam ser eleitos, responsáveis e amovíveis ...»¹⁸*

Deste modo, a Comuna substituiu aparentemente a máquina de Estado quebrada «apenas» por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, plena elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários públicos. Mas na realidade este «apenas» significa a substituição gigantesca de umas instituições por instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui observa-se exactamente um dos casos de «transformação da quantidade em qualidade»: a democracia, realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, de Estado (= força especial para a repressão de uma classe determinada) em qualquer coisa que já não é, para falar propriamente, Estado.

18 K. Marx, *A Guerra Civil em França*. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 17, S. 336-339): Mais adiante, Lênine cita a mesma obra de Marx (ibidem, S. 341, 339-342).

Reprimir a burguesia e a sua resistência continua a ser necessário. Para a Comuna isto foi especialmente necessário, e uma das causas da sua derrota reside em que ela não o fez com suficiente decisão. Mas o órgão de repressão é aqui já a maioria da população e não a minoria, como tinha sido sempre tanto na escravatura, como na servidão, como na escravatura assalariada. E uma vez que é a **própria** maioria do povo que reprime os seus opressores, **já não é necessária** uma «força especial» para a repressão! É neste sentido que o Estado **começa a extinguir-se**. Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionalismo privilegiado, comando do exército permanente), a própria maioria pode realizar directamente isto, e, quanto mais a própria realização das funções do poder de Estado se tornar de todo o povo, menos necessário se torna esse poder.

A este respeito é particularmente notável uma medida da Comuna sublinhada por Marx: abolição de todos os dinheiros de representação, de todos os privilégios pecuniários dos funcionários, redução dos vencimentos de todos os funcionários do Estado ao nível do «**salário operário**». É aqui exactamente que se manifesta de modo mais evidente a **viragem** da democracia burguesa para a democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia das classes oprimidas, do Estado como «**força especial**» para a repressão de uma classe determinada, para a repressão dos opressores pela **força geral** da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é precisamente sobre este ponto, particularmente evidente e talvez o mais importante no que respeita à questão do Estado, que as lições de Marx são mais esquecidas! Os comentários populares - são inumeráveis - não falam disto. «É costume» silenciar isto como uma «ingenuidade» que fez a sua época - à maneira dos cristãos que, tendo chegado à situação de religião de Estado, «esqueceram» as «ingenuidades» do cristianismo primitivo com o seu espírito democrático revolucionário.

A redução da remuneração dos altos funcionários do Estado parece «simplesmente» uma reivindicação de um democratismo ingénuo, primitivo. Um dos «fundadores» do oportunismo moderno, o ex-social-democrata Ed. Bernstein, exercitou-se mais de uma vez a repetir os gracejos burgueses vulgares sobre o democratismo «primitivo». Como todos os oportunistas, como os kautskianos actuais, não compreendeu de modo nenhum que, em primeiro lugar, **é impossível** a transição do capitalismo para o socialismo sem um certo «regresso» ao democratismo «primitivo» (pois como passar de outro modo para a realização das funções do Estado pela maioria da população e por toda a população sem excepção?), e, em segundo lugar, que o «democratismo primitivo» na base do capitalismo e da cultura capitalista não é o democratismo primitivo dos tempos antigos ou pré-capitalistas. A cultura capitalista criou a grande produção, as fábricas, os caminhos-de-ferro, os correios, os telefones, etc. E, **nesta base**, a imensa maioria das funções do velho «poder de Estado» simplificou-se de tal maneira, e pode ser reduzida a operações de registo, de inscrição, de controlo tão simples, que estas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada, que estas funções podem perfeitamente ser realizadas pelo habitual «salário operário», que se pode (e se deve) tirar a estas funções qualquer sombra de privilégio, de «hierarquia».

A elegibilidade completa, a amovibilidade a **cada momento** de todos os funcionários públicos sem excepção, a redução dos seus vencimentos ao habitual «salário operário», estas medidas democráticas simples e «compreensíveis por si mesmas», unindo completamente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem ao mesmo tempo de ponte que conduz do capitalismo para o socialismo. Estas medidas dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo o seu sentido e importância em ligação com a realização ou a preparação da «expropriação dos expropriadores», isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social.

«A Comuna - escrevia Marx - fez da palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, governo barato, uma verdade ao suprimir as duas maiores fontes de despesas, o exército e o funcionalismo.»

Do campesinato, assim como de outras camadas da pequena burguesia, apenas uma insignificante minoria «sobe», «se torna alguém» no sentido burguês, isto é, se converte ou em pessoas abastadas, em burgueses, ou em funcionários privilegiados e com uma posição garantida. A imensa maioria do campesinato, em qualquer país capitalista em que exista campesinato (e estes países capitalistas são a maioria), é oprimida pelo governo e aspira a derrubá-lo, aspira a um governo «barato». **Só** o proletariado pode realizar isto, e, ao realizá-lo, dá ao mesmo tempo um passo para a reorganização socialista do Estado.

3. A SUPRESSÃO DO PARLAMENTARISMO

«A Comuna - escrevia Marx - devia ser não um corpo parlamentar mas um corpo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo ...

... Em vez de decidir, de três em três anos ou de seis em seis, que membro da classe dominante havia de representar e reprimir o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em Comunas como o voto individual serve a todos os outros patrões para escolherem operários, capatazes e contabilistas no seu negócio.»

Esta notável crítica do parlamentarismo, feita em 1871, também pertence agora, graças a dominação do social-chauvinismo e do oportunismo, ao número das «palavras esquecidas» do marxismo. Os ministros e os parlamentares de profissão, os traidores do proletariado e os socialistas «interesseiros» dos nossos dias deixaram inteiramente aos anarquistas a crítica do parlamentarismo e, nesta base espantosamente razoável, declararam «anarquista» **toda** a crítica ao parlamentarismo!! Não é de admirar que o proletariado dos países parlamentares «avançados», sentindo repugnância ao ver «socialistas» tais como os Scheidemann, David, Legien, Sembat, Renaudel, Henderson, Vandervelde, Stauning, Branting, Bissolati e C^a, tenha cada vez mais concedido as suas simpatias ao anarco-sindicalismo, embora este seja irmão gémeo do oportunismo.

Mas, para Marx, a dialéctica revolucionária nunca foi esta frase oca na moda, esta roca de criança que dela fizeram Plekhánov, Kautsky e outros. Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo devido à sua incapacidade para utilizar mesmo a «pocilga» do parlamentarismo burguês, sobretudo quando manifestamente não há uma situação revolucionária; mas soube também, ao mesmo tempo, fazer uma crítica verdadeiramente proletária e revolucionária do parlamentarismo.

Decidir uma vez em cada certo número de anos que membro da classe dominante reprimirá, esmagará o povo no parlamento, eis onde está a verdadeira essência do parlamentarismo burguês, não só nas monarquias constitucionais parlamentares mas também nas repúblicas mais democráticas.

Mas, se se põe a questão do Estado, se se considera o parlamentarismo como uma das instituições do Estado, do ponto de vista das tarefas do proletariado **neste** domínio, qual é pois o meio de sair do parlamentarismo? como se pode passar sem ele?

Somos forçados a dizer uma e outra vez: as lições de Marx, baseadas no estudo da Comuna, estão tão esquecidas que, para o «social-democrata» contemporâneo (lede: o traidor contemporâneo do socialismo), é simplesmente incompreensível outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reaccionária.

O meio para sair do parlamentarismo, naturalmente, não consiste na supressão das instituições representativas e da elegibilidade, mas na transformação das instituições representativas de lugares de charlatanice em instituições «de trabalho». «A Comuna devia ser não um corpo parlamentar mas um corpo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo.»

Uma instituição «não parlamentar mas de trabalho», isto atinge directamente os parlamentares contemporâneos e os «cãezinhos de colo» parlamentares da social-democracia! Olhai para qualquer país parlamentar, da América à Suíça, da França à Inglaterra, à Noruega, etc.: o verdadeiro trabalho «de Estado» faz-se nos bastidores, é executado pelos departamentos, pelas chancelarias, pelos estados-maiores. Nos parlamentos apenas se palra, com a finalidade especial de enganar a «gente simples». Isto é tão verdade que, mesmo na república russa, república democrático-burguesa, todos estes vícios do parlamentarismo se manifestaram imediatamente, mesmo antes de ter tido tempo para constituir um verdadeiro parlamento. Heróis do filistinismo apodrecido como os Skobelev e os Tseretéli, os Tchernov e os Avxentiev conseguiram apodrecer mesmo os Sovietes segundo o modelo do mais ignóbil parlamentarismo burguês, convertendo-os em ociosos lugares de charlatanice. Nos Sovietes, os senhores ministros «socialistas» enganam os mujiques crédulos com fraseologia e resoluções. No governo decorre uma dança permanente, por um lado, para fazer sentar à vez à volta do «tacho», dos lugarzinhos lucrativos e honrosos, o maior número possível de socialistas-revolucionários e de mencheviques, por outro lado, para «distrair a atenção» do povo. E nas chancelarias, nos estados-maiores, «faz-se» o trabalho «de Estado»!

O *Delo Naroda*, órgão do partido dirigente dos «socialistas-revolucionários», confessava recentemente num editorial, com a incomparável franqueza das pessoas da «boa sociedade», onde «todos» exercem a prostituição política, que mesmo nos ministérios pertencentes aos «socialistas» (desculpai a expressão), que mesmo neles todo o aparelho burocrático permanece no fundo o antigo, funciona à antiga e sabota com completa «liberdade» as iniciativas revolucionárias! Mas, mesmo que não existisse esta confissão, será que a história real da participação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques no governo não o demonstra? O que é aqui característico é apenas que, encontrando-se no ministério juntamente com os democratas-constitucionalistas, os senhores Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redactores do *Delo Naroda* percam tanto a vergonha que não se coíbam de contar em público como uma ninharia, sem corar, que «entre eles», nos ministérios, tudo continua à antiga!! Frase democrática revolucionária para enganar o tonto da aldeia e a morosidade burocrática para «agradar» aos capitalistas: eis a **essência** da «honesta» coligação.

A Comuna substitui o parlamentarismo venal e apodrecido da sociedade burguesa por instituições onde a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, porque os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios as suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios directamente perante os seus eleitores. As instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados, **não existe** aqui. Não podemos conceber uma democracia, mesmo uma democracia proletária, sem instituições representativas, mas podemos e **devemos** concebê-la sem parlamentarismo, se a crítica da sociedade burguesa não é para nós uma palavra oca, se a aspiração a derrubar a dominação da burguesia é a nossa aspiração séria e sincera e não uma frase «eleitoral» destinada a captar os votos dos operários, como para os mencheviques e os socialistas-revolucionários, como para os Scheidemann e os Legien, os Sembat e os Vandervelde.

É extremamente instrutivo que, ao falar das funções **daquele** funcionalismo de que tanto a Comuna como a democracia proletária precisam, Marx tome para comparação os empregados de «todos os outros patrões», isto é, uma empresa capitalista vulgar com «operários, capatazes e contabilistas».

Em Marx não existe um grão de utopismo, no sentido de ter inventado, imaginado, uma sociedade «nova». Não, ele estuda, como um processo de história natural, o **nascimento** da nova sociedade **a partir** da velha, as formas de passagem da segunda para a primeira. Toma a experiência real do movimento proletário de massas e esforça-se por tirar dela lições práticas. «Aprende» com a Comuna, como todos os grandes pensadores revolucionários não receram aprender com a experiência dos grandes movimentos da classe oprimida, nunca se referindo a eles com «sermões»

pedantes (à semelhança do «não se devia ter pegado em armas» de Plekhánov, ou o «uma classe deve auto-refrear-se» de Tseretéli).

Não se trata de suprimir de uma só vez, em todo o lado, até ao fim, o funcionalismo. Isso é uma utopia. Mas **quebrar** de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova, que permita gradualmente acabar com todo o funcionalismo, isto **não é** utopia, isto é a experiência da Comuna, isto é a tarefa imediata, directa, do proletariado revolucionário.

O capitalismo simplifica as funções da administração «estatal», permite pôr de parte a «hierarquização» e reduzir tudo a uma organização de proletários (como classe dominante) que contrata, em nome de toda a sociedade, «operários, capatazes e contabilistas».

Não somos utopistas. Não «sonhamos» com dispensar **imediatamente** toda a administração, toda a subordinação; estes sonhos anarquistas, baseados na incompreensão das tarefas da ditadura do proletariado, são fundamentalmente estranhos ao marxismo e só servem na realidade para protelar a revolução socialista até ao momento em que os homens sejam diferentes. Não, nós queremos a revolução socialista com homens como os de agora, que não poderão passar sem subordinação, sem controlo, sem «capatazes e contabilistas».

Mas é ao proletariado, vanguarda armada de todos os explorados e trabalhadores, que é preciso subordinar-se. Podemos e devemos, desde já, de hoje para amanhã, começar a substituir a «hierarquização» específica dos funcionários do Estado pelas simples funções dos «capatazes e contabilistas», funções que, já hoje, estão completamente ao alcance do nível de desenvolvimento dos cidadãos em geral e que podem ser perfeitamente executadas mediante o «salário operário».

Organizaremos a grande produção partindo do que já foi criado pelo capitalismo, **nós próprios**, os operários, apoiando-nos na nossa experiência operária, criando uma disciplina rigorosíssima, de ferro, apoiada pelo poder de Estado dos operários armados, reduziremos os funcionários públicos ao papel de simples executantes das nossas directivas, de «capatazes e contabilistas» (naturalmente com técnicos de todos os géneros e níveis) responsáveis, amovíveis e modestamente pagos - eis a **nossa** tarefa proletária, eis por onde podemos e devemos **começar** na realização da revolução proletária. Tal começo, na base da grande produção, conduz por si mesmo à «extinção» gradual de todo o funcionalismo, ao estabelecimento gradual de uma ordem - ordem sem aspas, ordem sem semelhança nenhuma com a escravatura assalariada - uma ordem em que as funções de fiscalização e de contabilidade, cada vez mais simplificadas, serão desempenhadas por todos, por turnos, tornar-se-ão depois um hábito e finalmente tornar-se-ão caducas como funções **especiais** de uma categoria especial de indivíduos.

Um espirituoso social-democrata alemão dos anos 70 do século passado chamou aos **correios** um modelo de empresa socialista. Isto é muito justo. Os correios são agora uma empresa organizada segundo o tipo do monopólio **capitalista** de Estado. O imperialismo transforma progressivamente todos os **trusts** em organizações de tipo semelhante. Acima dos «simples» trabalhadores, que estão sobrecarregados de trabalho e que passam fome, encontra-se aqui exactamente a mesma burocracia burguesa. Mas o mecanismo de gestão social aqui já está pronto. Derrubar os capitalistas, quebrar a resistência destes exploradores com a mão de ferro dos operários armados e demolir a máquina burocrática do Estado contemporâneo - e temos diante de nós um mecanismo de elevado equipamento técnico, liberto do «parasita» e que os próprios operários unidos podem perfeitamente pôr a funcionar contratando técnicos, capatazes, contabilistas, pagando o trabalho de todos eles, assim como o de **todos** os funcionários do «Estado» em geral, com um salário de operário. Tal é a tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os **trusts**, e que liberta os trabalhadores da exploração, tendo em conta a experiência já começada na prática (especialmente no domínio da construção do Estado) pela Comuna.

Toda a economia nacional organizada como os correios, de forma que os técnicos, os capatazes, os contabilistas, como **todos** os funcionários públicos, recebam um vencimento que não exceda um «salário operário», sob o controlo e a direcção do proletariado armado - eis o nosso fim imediato. Eis de que Estado, eis de que base económica temos necessidade. Eis o que trarão a supressão do parlamentarismo e a manutenção das instituições representativas - eis o que libertará as classes trabalhadoras da prostituição destas instituições pela burguesia.

4. A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DA NAÇÃO

«... Num breve esboço da organização nacional, que a Comuna não teve tempo para elaborar mais desenvolvidamente, diz-se expressamente que a Comuna devia ser... a forma política mesmo da aldeia mais pequena...» Pelas Comunas devia também ser eleita a «Delegação Nacional» em Paris.

«... As poucas mas importantes funções que depois ainda restavam a um governo central não deviam ser abolidas, como deliberadamente se falsificou, mas entregues a funcionários comunais, isto é, rigorosamente responsáveis...

... A unidade da nação não devia ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição Comunal; devia tornar-se uma realidade por meio da destruição daquele poder de Estado que se fazia passar pela encarnação desta unidade, mas que queria ser independente e superior face à nação, junto de cujos corpos ele era de facto apenas uma excrescência parasitária... Enquanto houvesse que amputar os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental, as suas funções justificadas deviam ser despidas de um poder que reivindicava estar acima da sociedade e devolvidas aos servidores responsáveis da sociedade.»

Até que ponto os oportunistas da social-democracia contemporânea não compreenderam - seria talvez mais certo dizer: não quiseram compreender - estes raciocínios de Marx, é o que mostra da melhor maneira o livro, famoso à maneira de Heróstrato, *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, do renegado Bernstein. Precisamente a propósito das palavras citadas de Marx, Bernstein escrevia que este programa, «pelo seu conteúdo político, revela, em todos os traços essenciais, a maior semelhança com o federalismo - de Proudhon ... Apesar de todas as outras divergências entre Marx e o “pequeno-burguês” Proudhon (Bernstein coloca a palavra “pequeno-burguês” entre aspas, as quais deviam ser, na opinião dele, irónicas), nestes pontos o curso do seu pensamento é tão próximo quanto possível». Naturalmente, prossegue Bernstein, a importância das municipalidades cresce, mas «parece-me duvidoso que a primeira tarefa da democracia seja esta abolição (Auflosung - literalmente: dissolução, decomposição) dos Estados contemporâneos e esta mudança completa (Umwandlung - transformação) da sua organização como a imaginam Marx e Proudhon - formação de uma assembleia nacional, de delegados das assembleias provinciais ou regionais, as quais, por seu turno, seriam compostas por delegados das comunas - de maneira que toda a forma anterior das representações nacionais desapareceria completamente» (Bernstein, *As Premissas*, pp. 134 e 136 da edição alemã de 1899).

Isto é simplesmente monstruoso: confundir as concepções de Marx sobre a «supressão do poder de Estado-parasita» com o federalismo de Proudhon! Mas isto não é casual, pois não vem sequer à ideia do oportunista que Marx não fala aqui de modo nenhum do federalismo em oposição ao centralismo, mas de quebrar a velha máquina de Estado burguesa existente em todos os países burgueses.

Só vem à ideia do oportunista aquilo que vê à sua volta, no meio de filistinismo pequeno-burguês e de estagnação «reformista», a saber: unicamente as «municipalidades»! Quanto à revolução do proletariado, o oportunista até desaprendeu de pensar nela!

Isto é ridículo. Mas é de notar que neste ponto não se tenha discutido com Bernstein. Muitos refutaram Bernstein - especialmente Plekhánov na literatura russa, Kautsky na europeia, mas **nem** um **nem** outro disseram alguma coisa acerca **desta** deturpação de Marx por Bernstein.

O oportunista desaprendeu tão bem de pensar revolucionariamente e de reflectir acerca da revolução que atribui «federalismo» a Marx, confundindo-o com o fundador do anarquismo, Proudhon. E Kautsky, e Plekhanov, que querem ser marxistas ortodoxos, defender a doutrina do marxismo revolucionário, calam-se acerca disto! Aqui reside uma das raízes desta extrema vulgarização das concepções sobre a diferença entre o marxismo e o anarquismo, que é característica tanto dos kautskianos como dos oportunistas, e de que ainda teremos que falar.

Nos citados raciocínios de Marx acerca da experiência da Comuna não há nenhum vestígio de federalismo. Marx coincide com Proudhon exactamente acerca de uma coisa que o oportunista Bernstein não vê. Marx diverge de Proudhon acerca de uma coisa na qual Bernstein vê a sua coincidência.

Marx coincide com Proudhon em que ambos defendem que se deve «quebrar» a máquina de Estado actual. Esta coincidência do marxismo com o anarquismo (tanto com Proudhon como com Bakúnine), nem os oportunistas, nem os kautskianos querem vê-la porque se afastaram do marxismo neste ponto.

Marx diverge quer de Proudhon quer de Bakúnine na questão do federalismo (não falando já da ditadura do proletariado). O federalismo é uma derivação de princípio das concepções pequeno-burguesas do anarquismo. Marx é centralista. E nos raciocínios que citamos dele não existe o menor desvio do centralismo. Só as pessoas cheias de uma filistina «fê supersticiosa» no Estado podem tomar a supressão da máquina de Estado burguesa pela supressão do centralismo!

Pois, se o proletariado e o campesinato pobre tomarem nas mãos o poder de Estado, se se organizarem com toda a liberdade em comunas e **unirem** a acção de todas as comunas para os ataques contra o capital, para destruir a resistência dos capitalistas, para restituir a **toda** a nação, a toda a sociedade, a propriedade privada dos caminhos-de-ferro, das fábricas, da terra, etc., não será isto centralismo? não será isto o centralismo democrático mais consequente? e, além disso, centralismo proletário?

A Bernstein simplesmente não pode entrar na cabeça que é possível um centralismo voluntário, uma união voluntária das comunas na nação, uma fusão voluntária das comunas proletárias com o fim de destruir a dominação burguesa e a máquina de Estado burguesa. Como todo o filisteu, Bernstein imagina o centralismo como uma coisa que só pode ser imposta e mantida de cima, apenas por meio do funcionalismo e da casta militar.

Marx sublinha intencionalmente, como que prevendo a possibilidade da deturpação das suas concepções, que constituem uma falsificação consciente as acusações à Comuna de que ela queria suprimir a unidade da nação, abolir o poder central. Marx emprega intencionalmente a expressão «organizar a unidade da nação» para contrapôr o centralismo consciente, democrático, proletário, ao burguês, militar, burocrático.

Mas... não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir. E os oportunistas da social-democracia actual não querem precisamente ouvir falar de suprimir o poder de Estado, de amputar o parasita.

5. A SUPRESSÃO DO ESTADO PARASITA

Já citámos as correspondentes palavras de Marx e devemos completá-las.

«... O destino habitual de novas criações históricas - escrevia Marx - é serem confundidas com contrapartidas de formas mais antigas e mesmo já caducas da vida social, às quais em certa medida se assemelham. Assim, esta nova Comuna, a qual quebra (bricht) o Estado moderno, tem sido vista como uma revivescência das comunas medievais ..., uma liga de pequenos Estados como Montesquieu e os girondinos¹⁹ a sonharam ..., como uma forma exagerada da velha luta contra a super-centralização ...

... A Constituição comunal teria, pelo contrário, devolvido ao corpo social todas as forças até aqui devoradas pelo “Estado” excrescência parasitária, o qual se alimenta da sociedade e tolhe o livre movimento desta. Só por esta acção ela teria posto em movimento o renascimento da França...

... Na realidade, porém, a Constituição Comunal teria colocado os produtores rurais sob a direcção espiritual das capitais distritais, e ter-lhes-ia assegurado nestas, nos operários urbanos, os defensores naturais dos seus interesses. A simples existência da Comuna implicava, como é evidente, o autogoverno local, mas agora já não como um contrapeso contra o poder estatal já tornado supérfluo.»

«Supressão do poder de Estado», que era uma «excrescência parasitária», a sua «amputação», a sua «destruição», «o poder de Estado já tornado supérfluo» - eis em que termos Marx falava do Estado, avaliando e analisando a experiência da Comuna.

Tudo isto foi escrito há um pouco menos de meio século, e agora é preciso realizar verdadeiras escavações para levar ao conhecimento das amplas massas um marxismo não deturpado. As conclusões tiradas da observação da última grande revolução que Marx viveu foram esquecidas exactamente quando chegava a época das seguintes grandes revoluções do proletariado.

*«... A multiplicidade das interpretações a que a Comuna foi submetida e a multiplicidade dos interesses que nela se viram expressos provam que ela era uma forma política integralmente capaz de expansão, ao passo que todas as formas de governo anteriores tinham sido essencialmente repressivas. O seu verdadeiro segredo era este: ela era essencialmente um **governo da classe operária**, o resultado da luta da classe que produz contra a que apropria, a forma política, finalmente descoberta, na qual se podia realizar a libertação económica do trabalho ...*

Sem esta última condição a Constituição Comunal era uma impossibilidade e um engano ...»

Os utopistas dedicaram-se a «descobrir» as formas políticas sob as quais devia ter lugar a reorganização socialista da sociedade. Os anarquistas esquivavam-se completamente à questão das formas políticas. Os oportunistas da social-democracia actual aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar como um limite intransponível e quebraram a cabeça a prosternar-se diante deste «modelo», classificando de anarquismo qualquer aspiração de **demolir** estas formas.

Marx deduziu de toda a história do socialismo e da luta política que o Estado deverá desaparecer e que a forma transitória do seu desaparecimento (passagem do Estado para o não-Estado) será «o proletariado organizado como classe dominante». Mas Marx não se propunha **descobrir** as **formas** políticas deste futuro. Limitou-se a uma observação precisa da história francesa, à sua análise e à conclusão a que o conduziu o ano de 1851: as coisas aproximam-se da **destruição** da máquina de Estado burguesa.

¹⁹ **Girondinos:** grupo político da burguesia durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII. Os girondinos representavam o interesses da burguesia moderada, vacilavam entre a revolução e a contra-revolução, seguiam a política de compromissos com a monarquia.

E quando o movimento revolucionário de massas do proletariado eclodiu, Marx, apesar do fracasso deste movimento, apesar da sua curta duração e da sua fraqueza evidente, entregou-se ao estudo das formas que ele tinha **descoberto**.

A Comuna é a forma, «finalmente descoberta» pela revolução proletária, na qual se pode realizar a libertação económica do trabalho.

A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária para **quebrar** a máquina de Estado burguesa e a forma política «finalmente descoberta» pela qual se pode e se deve **substituir** o que foi quebrado.

Veremos mais adiante na nossa exposição que as revoluções russas de 1905 e de 1917, noutra situação, noutras condições, continuam a obra da Comuna e confirmam a genial análise histórica de Marx.

CAPÍTULO IV

CONTINUAÇÃO. EXPLICAÇÕES COMPLEMENTARES DE ENGELS

Marx disse o fundamental sobre a questão da importância da experiência da Comuna. Engels voltou muitas vezes a este mesmo tema, explicando a análise e as conclusões de Marx e esclarecendo por vezes **outros** aspectos da questão com tal força e relevo que é necessário determo-nos especialmente nestas explicações.

1. O «PROBLEMA DA HABITAÇÃO»

«Na sua obra sobre o problema da habitação (1872), Engels tem já em conta a experiência da Comuna, detendo-se várias vezes nas tarefas da revolução em relação ao Estado. É interessante que, acerca deste tema concreto, se verificam claramente, por um lado, traços de coincidência do Estado proletário com o Estado actual - traços que dão uma base para falar em ambos os casos de Estado -, e, por outro lado, traços de distinção, ou a passagem para a supressão do Estado.

«Ora como se há-de resolver a questão da habitação? Na sociedade dos nossos dias precisamente como todas as outras questões sociais são resolvidas: por meio do gradual equilíbrio económico de procura e oferta, uma solução que gera sempre de novo a própria questão, e portanto não é solução. Como uma revolução social resolveria esta questão, isso não depende só das circunstâncias em que se realizasse, mas relaciona-se também com questões muito mais amplas, entre as quais é uma das mais essenciais a superação da oposição cidade-campo.

Como não temos de criar sistemas utópicos para a instituição da sociedade futura, seria mais do que ocioso entrar aqui no assunto. Mas uma coisa é certa, já hoje existem nas grandes cidades habitações suficientes para, com um aproveitamento racional das mesmas, se remediar de imediato todas as “carências de habitação” reais. Isto só pode acontecer, naturalmente, por meio da expropriação dos proprietários actuais, ou seja, por meio do alojamento nas suas casas de operários sem habitação, ou de operários até aqui excessivamente apinhados nas suas habitações, e logo que o proletariado tenha conquistado o poder político uma tal medida imposta pelo bem público será tão facilmente executável como o são outras expropriações e ocupações de habitações pelo Estado actual» (p. 22 da ed. alemã de 1887)²⁰.

20 F. Engels, O Problema da Habitação. (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 18, S. 226-227).

Não se encara aqui uma mudança de forma do poder de Estado, mas toma-se apenas o conteúdo da sua actividade. O Estado actual ordena também expropriações e ocupações de habitações. O Estado proletário, do ponto de vista formal, também «ordenará» a ocupação de habitações e a expropriação de casas. Mas é evidente que o antigo aparelho executivo, o funcionalismo ligado à burguesia, seria simplesmente inapto para realizar na prática as disposições do Estado proletário.

*«... De resto, há que constatar que a “efectiva conquista da posse” de todos os instrumentos de trabalho, a tomada de posse de toda a indústria por parte do povo trabalhador, é precisamente o contrário do “resgate” proudhonista²¹. Nesta última, o **operário individual** torna-se proprietário da habitação, da quinta, do instrumento de trabalho; na primeira, é o “povo trabalhador” que fica proprietário colectivo das casas, fábricas e instrumentos de trabalho, e o seu usufruto é cedido, pelo menos durante um período de transição, e dificilmente sem indemnização dos custos, a indivíduos ou sociedades. Precisamente como a abolição da propriedade fundiária não é a abolição da renda, mas a sua transferência, se bem que com modificações, para a sociedade. A efectiva tomada de posse de todos os instrumentos de trabalho pelo povo trabalhador não exclui, portanto, de modo algum, a conservação da relação de arrendamento» (p. 68).*

Examinaremos no capítulo seguinte a questão abordada neste raciocínio, a saber: a das bases económicas da extinção do Estado. Engels exprime-se com extremo cuidado dizendo que «dificilmente» o Estado proletário distribuirá habitações sem pagamento, «pelo menos durante um período de transição». O aluguer das habitações, propriedade de todo o povo, a diferentes famílias em troca de uma renda, pressupõe também a cobrança dessa renda e um certo controlo e estabelecimento de certas normas de repartição das habitações. Tudo isto exige uma certa forma de Estado, mas não requer de modo nenhum um aparelho militar e burocrático especial, com funcionários beneficiando de uma situação especialmente privilegiada. E a passagem para um estado de coisas em que poderão ser distribuídas habitações gratuitamente está ligada à «extinção» total do Estado.

Falando da passagem dos blanquistas, depois da Comuna e sob a influência da sua experiência, para a posição de princípio do marxismo, Engels de passagem formula esta posição da seguinte maneira:

«... Necessidade de acção política do proletariado e da sua ditadura como transição para a abolição das classes e, com elas, do Estado ...» (p. 55).

Certos amadores da crítica literal ou os burgueses «eliminadores do marxismo» verão talvez uma contradição entre este **reconhecimento** da «abolição do Estado» e a negação desta fórmula como anarquista na passagem atrás citada do *Anti-Dühring*. Não seria de estranhar se os oportunistas classificassem também Engels entre os «anarquistas»: agora está cada vez mais divulgada entre os sociais-chauvinistas a acusação de anarquismo aos internacionalistas.

Que com a abolição das classes terá lugar também a abolição do Estado, o marxismo sempre o ensinou. A passagem de todos conhecida do *Anti-Dühring* acerca da «extinção do Estado» acusa os anarquistas não simplesmente de serem pela abolição do Estado, mas de pregarem a possibilidade de abolir o Estado «de hoje para amanhã».

21 **Proudhonismo**: corrente anticientífica do socialismo pequeno-burguês. Recebeu a sua denominação do seu ideólogo, o anarquista francês Proudhon. Este, criticando de um ponto de vista pequeno-burguês a grande propriedade capitalista, sonhava com a perpetuação da pequena propriedade privada e propunha a organização de um Banco “do Povo” e um Banco “de Troca”, com a ajuda dos quais os operários poderiam adquirir meios de produção, transformar-se em artesãos e assegurar a venda “justa” dos seus produtos. Proudhon não compreendia o papel histórico do proletariado e negava a luta de classes, a revolução proletária e a ditadura do proletariado; como anarquista, negava também a necessidade do Estado.

Marx e Engels lutaram intransigentemente contra as tentativas dos proudhonistas de impor as suas ideias à I Internacional.

Dada a completa deturpação pela doutrina «social-democrata» hoje dominante da atitude do marxismo relativamente ao anarquismo na questão da supressão do Estado, é especialmente útil recordar uma certa polémica de Marx e Engels com os anarquistas.

2. A POLÉMICA COM OS ANARQUISTAS

Esta polémica data de 1873. Marx e Engels escreveram artigos contra os proudhonistas, «autonomistas» ou «antiautoritários» para uma colectânea socialista italiana, e foi apenas em 1913 que estes artigos apareceram em tradução alemã na *Neue Zeit*²².

«... *Quando a luta política da classe operária - escrevia Marx, troçando dos anarquistas e da sua rejeição da política - assume forma revolucionária, quando os operários substituem a ditadura da burguesia pela sua ditadura revolucionária, cometem o crime horrível de lesar os princípios, pois, para satisfazerem as suas tristes necessidades profanas do dia-a-dia, para quebrarem a resistência da burguesia, dão ao Estado uma forma revolucionária e transitória em vez de deporem as armas e abolirem o Estado ...*» (*Neue Zeit*, 1913-1914, ano 32, t. I, p. 40).

Foi exclusivamente contra esta «abolição» do Estado que Marx se insurgiu ao refutar os anarquistas! Não foi de modo nenhum contra que o Estado desaparece com o desaparecimento das classes, ou será abolido com a sua abolição, mas contra que os operários recusem o emprego das armas, a violência organizada, **isto é, o Estado**, que deve servir o objectivo de: «quebrar a resistência da burguesia.»

Marx sublinha intencionalmente - para que não se deturpe o verdadeiro sentido da sua luta contra o anarquismo - a «forma revolucionária e **transitória**» do Estado necessário ao proletariado. O proletariado só necessita do Estado durante algum tempo. Não divergimos de modo nenhum dos anarquistas na questão da abolição do Estado como **objectivo**). Afirmamos que, para atingir este objectivo, é necessário utilizar temporariamente os instrumentos, os meios e os métodos do poder de Estado **contra** os exploradores, como, para suprimir as classes, é necessária a ditadura temporária da classe oprimida. Marx escolheu a maneira mais incisiva e mais clara de colocar a questão contra os anarquistas: devem os operários, ao derrubar o jugo dos capitalistas, «depôr as armas» ou utilizá-las contra os capitalistas, a fim de quebrar a sua resistência? E o uso sistemático das armas de uma classe contra a outra classe, que é isto senão uma «forma transitória» de Estado?

Que cada social-democrata pergunte a si mesmo: é **assim** que ele colocou a questão do Estado na polémica com os anarquistas? é **assim** que colocou esta questão a imensa maioria dos partidos socialistas oficiais da II Internacional?

Engels expõe as mesmas ideias de uma maneira ainda mais pormenorizada e ainda mais popular. Em primeiro lugar, ridiculariza a confusão de ideias dos proudhonistas, que se chamavam «antiautoritários», isto é, negavam qualquer autoridade, qualquer subordinação, qualquer poder. Tomai uma fábrica, um caminho-de-ferro, um navio no alto mar - diz Engels -, não é claro que, sem uma certa subordinação, portanto sem uma certa autoridade ou poder, é impossível o funcionamento de qualquer destas empresas técnicas complicadas, baseadas no emprego de máquinas e na colaboração planificada de muitas pessoas?

22 Lénine refere-se ao artigo de K. Marx “*O Indiferencismo Político*” (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 18, S. 299-304) e ao artigo de F. Engels “*Da Autoridade*” (Ibidem, S. 305-308), publicados em Dezembro de 1873 na colectânea Italiana *Almanaco Reppublicano per l'anno 1874* e depois traduzidos para alemão na revista *Die Neue Zeit* em 1913. Mais adiante Lénine cita igualmente estes artigos.

«... Se eu contrapuser estes argumentos - escreve Engels - aos anti-autoritários mais furiosos, eles só me podem dar a seguinte resposta: Ah, isso é verdade, mas aqui não se trata de autoridade por nós conferida aos delegados, **mas sim de um encargo**. Esta gente julga que pode mudar uma coisa se lhe mudar o nome...»

Depois de ter assim mostrado que autoridade e autonomia são noções relativas, que o domínio da sua aplicação varia com as diferentes fases do desenvolvimento social, que é absurdo tomá-las como absolutas, depois de ter acrescentado que o domínio do emprego das máquinas e da grande indústria se alarga cada vez mais, Engels passa dos raciocínios gerais sobre a autoridade à questão do Estado.

«... Se os autonomistas - escreve ele - se tivessem contentado com a afirmação de que a organização social do futuro consentirá a autoridade apenas nos limites que são inevitavelmente traçados pelas relações de produção, poderíamos ter-nos entendido com eles; mas eles são cegos para todos os factos que tornam a autoridade necessária, e lutam apaixonadamente contra a palavra.

Porque não se limitam os antiautoritários a gritar contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas estão de acordo em que o Estado e, com ele, a autoridade política desaparecerão em consequência da futura revolução social; ou seja, em que as funções públicas perderão o seu carácter político e se transformarão em simples funções administrativas que velam pelos interesses sociais. Mas os antiautoritários exigem que o Estado político seja abolido de um golpe ainda antes de estarem abolidas as relações sociais que o produziram. Exigem que o primeiro acto da revolução social seja a abolição da autoridade. Estes senhores alguma vez viram uma revolução? Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que existe, um acto pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra parte por meio de espingardas, baionetas e canhões - meios todos eles muito autoritários; e o partido que triunfou tem de afirmar o seu domínio por meio do medo que as suas armas inspiram aos reaccionários. E, se a Comuna de Paris não se tivesse servido da autoridade de um povo armado contra a burguesia, acaso se teria mantido mais do que um dia? Não podemos, inversamente, censurar-lhe o ter-se servido excessivamente pouco desta autoridade?

Portanto: "ou uma coisa ou outra: ou os próprios antiautoritários não sabem o que dizem, e neste caso apenas criam confusão, ou sabem, e neste caso atraçoam a causa do proletariado. Em ambos os casos servem apenas a reacção» (p. 39).

Neste raciocínio são abordadas questões que convém examinar em ligação com o tema da correlação entre a política e a economia quando da extinção do Estado (a este tema será dedicado o capítulo seguinte). São as questões da transformação das funções públicas de funções políticas em simplesmente administrativas e do «Estado político». Esta última expressão, particularmente susceptível de causar mal-entendidos, aponta para o processo de extinção do Estado: o Estado em extinção, num certo grau da sua extinção, pode chamar-se Estado não político.

O que há de mais notável neste raciocínio de Engels é mais uma vez a maneira como põe a questão contra os anarquistas. Os sociais-democratas, que pretendem ser discípulos de Engels, discutiram milhões de vezes com os anarquistas desde 1873, mas **não** discutiram precisamente como podem e devem discutir os marxistas. A ideia anarquista sobre a abolição do Estado é confusa e **não revolucionária** - eis como Engels punha a questão. É precisamente a revolução, na sua origem e desenvolvimento, nas suas tarefas específicas em relação à violência, à autoridade, ao poder, ao Estado, que os anarquistas não querem ver.

A crítica habitual do anarquismo reduziu-se nos sociais-democratas actuais à mais pura vulgaridade filistina: «nós reconhecemos o Estado, e os anarquistas não!». Compreende-se que uma tal vulgaridade não pode deixar de repugnar aos operários minimamente pensantes e revolucionários. Engels diz outra coisa: sublinha que todos os socialistas reconhecem o desaparecimento do Estado como uma consequência da revolução socialista. Põe em seguida a questão concreta da revolução, precisamente a questão a que os sociais-democratas habitualmente se esquivam por oportunismo, deixando-a, por assim dizer, aos anarquistas para «estudo» exclusivo. E, ao pôr esta questão, Engels agarra o touro pelos cornos: não deveria a Comuna ter-se servido **mais** do poder **revolucionário do Estado**, isto é, do proletariado armado, organizado como classe dominante?

A social-democracia oficial dominante eludia geralmente a questão das tarefas concretas do proletariado na revolução, quer com uma simples troca de filisteu quer, no melhor dos casos, com este sofisma evasivo: «mais tarde veremos.» E os anarquistas tinham o direito de dizer contra tal social-democracia que ela faltava à sua tarefa da educação revolucionária dos operários. Engels aproveita a experiência da última revolução proletária precisamente para estudar, da maneira mais concreta, o quê e como o proletariado deve fazer tanto em relação aos bancos como em relação ao Estado.

3. CARTA A BEBEL

Um dos raciocínios mais notáveis, se não o mais notável, nas obras de Marx e Engels sobre a questão do Estado é a seguinte passagem na carta de Engels a Bebel de 18-28 de Março de 1875. Esta carta, notemo-lo entre parêntesis, foi impressa, tanto quanto sabemos, pela primeira vez por Bebel no tomo segundo das suas memórias (*Da Minha Vida*), publicado em 1911, isto é, passados trinta e seis anos depois da sua redacção e do seu envio.

Engels escrevia o seguinte a Bebel, criticando o mesmo projecto de programa de Gotha que também Marx criticava na célebre carta a Bracke, e falando especialmente da questão do Estado:

*«... O Estado popular livre está transformado no Estado livre. Do ponto de vista gramatical, um Estado livre é aquele em que o Estado é livre face aos seus cidadãos, ou seja, um Estado com um governo despótico. Deveria abandonar-se todo este palavreado acerca do Estado, especialmente depois da Comuna, a qual já não era um Estado no sentido próprio. O “Estado popular” tem-nos sido atirado a cara pelos anarquistas vezes sem conta, embora já o escrito de Marx contra Proudhon²³ e depois o Manifesto Comunista digam expressamente que com a introdução da ordem social socialista o Estado por si mesmo se dissolve (sich auflöst) e desaparece. Ora, como o Estado é, de facto, apenas uma instituição transitória, da qual a gente se serve na luta, na revolução, para reprimir pela força os adversários, é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda **usa** o Estado, usa-o não no interesse da liberdade mas da repressão dos seus adversários, e logo que se pode falar de liberdade o Estado deixa de existir como tal. Nós proporíamos, por isso, a substituição em todos os passos de **Estado** por “comunidade” (Gemeinwesen), uma boa e velha palavra alemã que pode representar muito bem a “Comuna” francesa» (pp. 321-322 do original alemão)²⁴.*

É preciso ter em vista que esta carta se refere ao programa do partido que Marx criticava numa carta datada de apenas algumas semanas depois desta carta (a carta de Marx é de 5 de Maio de 1875), e que Engels vivia então em Londres juntamente com Marx. Por isso, ao dizer «nós» na última frase, é sem dúvida nenhuma em seu próprio nome e no de Marx que Engels propõe ao chefe do partido operário alemão a **exclusão do programa** da palavra «Estado» e a sua substituição pela palavra **«comunidade»**.

23 Trata-se da Obra de K. Marx, *A Miséria da Filosofia*.

24 Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 19, S. 6-7)

Como lançariam gritos sobre o «anarquismo» os chefes do «marxismo» de hoje, falsificado segundo a conveniência dos oportunistas, se lhes fosse proposta tal emenda do programa!

Que gritem. A burguesia louvá-los-á por isso.

Mas nós faremos a nossa obra. Ao rever o programa do nosso partido, deveremos absolutamente ter em conta o conselho de Engels e de Marx, para estarmos mais perto da verdade, para restabelecemos o marxismo depurando-o das deturpações, para melhor orientar a luta da classe operária pela sua emancipação. Entre os bolcheviques é certo que não há adversários do conselho de Engels e de Marx. A dificuldade estará, talvez, apenas no termo. Em alemão existem duas palavras «comunidade», das quais Engels escolheu aquela que designa **não** uma comunidade separada, mas um conjunto delas, um sistema de comunidades. Tal palavra não existe em russo, e será preciso talvez escolher a palavra francesa «**commune**», se bem que isto apresente também os seus inconvenientes.

«A Comuna já não era um Estado no sentido próprio» - eis a afirmação mais importante de Engels do ponto de vista teórico. Depois do exposto atrás esta afirmação é perfeitamente compreensível. A Comuna **deixava** de ser um Estado na medida em que lhe cabia reprimir não a maioria da população mas a minoria (os exploradores); tinha quebrado a máquina de Estado burguesa; em vez de uma força **especial** para a repressão, entrou em cena a própria população. Tudo isso é um afastamento do Estado no sentido próprio. E se a Comuna se tivesse consolidado, «extinguir-se-iam» nela por si próprios os vestígios do Estado, não teria tido necessidade de «abolir» as suas instituições: elas teriam deixado de funcionar à medida que não tivessem mais nada que fazer.

«Os anarquistas atiram-nos à cara o “Estado popular”»; ao dizer isto, Engels tem em vista em primeiro lugar Bakúnine e os seus ataques contra os sociais-democratas alemães. Engels reconhece que estes ataques são justos **na medida em que** o «Estado popular» é tanto um absurdo e tanto um afastamento do socialismo como o «Estado popular livre». Engels esforça-se por corrigir a luta dos sociais-democratas alemães contra os anarquistas, por fazer desta luta uma luta justa nos seus princípios, por a depurar dos preconceitos oportunistas acerca do «Estado». A carta de Engels, infelizmente!, esteve metida numa gaveta durante trinta e seis anos. Veremos mais adiante que, mesmo depois da publicação desta carta, Kautsky repete obstinadamente, em essência, os mesmos erros contra os quais Engels prevenira.

Bebel respondeu a Engels pela carta de 21 de Setembro de 1875, na qual escrevia, entre outras coisas, que «concordava completamente» com o seu juízo sobre o projecto de programa e que censurava Liebknecht pela sua transigência (p. 334 da ed. alemã das memórias de Bebel, t. II). Mas se tomarmos a brochura de Bebel “*Os Nossos Fins*”, encontraremos nela raciocínios absolutamente falsos acerca do Estado:

«*O Estado deve, portanto, ser transformado, de um Estado assente no domínio de classe, num Estado popular*» (ed. alemã de *Unsere Ziele*, 1886, p. 14).

Eis o que está impresso na 9ª (nona!) edição da brochura de Bebel! Não é de admirar que uma repetição tão obstinada dos raciocínios oportunistas sobre o Estado tenha impregnado a social-democracia alemã, especialmente quando as explicações revolucionárias de Engels estavam metidas numa gaveta e que todas as circunstâncias da vida «desabituarão» da revolução para muito tempo.

4. A CRÍTICA DO PROJECTO DE PROGRAMA DE ERFURT

A crítica do projecto de programa de Erfurt enviada por Engels a Kautsky em 29 de Junho de 1891 e publicada apenas dez anos mais tarde na *Neue Zeit* não pode ser ignorada ao analisar a doutrina do marxismo sobre o Estado, porque é principalmente consagrada precisamente à crítica das concepções **oportunistas** da social-democracia nas questões da organização do Estado.

Notemos de passagem que, acerca das questões económicas, Engels fornece igualmente uma indicação das mais preciosas, que mostra quão atenta e reflectidamente seguiu as transformações do capitalismo moderno, e como soube prever, numa certa medida, as tarefas da nossa época, a imperialista. Eis essa indicação: a propósito das palavras «ausência de planificação» (Planlosigkeit) empregues no projecto de programa para caracterizar o capitalismo, Engels escreve:

«... Quando passamos das sociedades por acções para os **trusts**, os quais dominam e monopolizam ramos inteiros da indústria, nesta transição não acaba apenas a **produção privada**, mas também a ausência de planificação» (Neue Zeit, ano 20, t. 1, 1901-1902, p. 8)²⁵.

Temos aqui o que há de mais fundamental na apreciação teórica do capitalismo moderno, isto é, do imperialismo, a saber, que o capitalismo se transforma em **capitalismo** monopolista. Isto deve ser sublinhado, porque o erro mais difundido e a afirmação reformista burguesa de que o capitalismo monopolista ou monopolista de Estado **já não** é capitalismo, já pode ser chamado «socialismo de Estado», e assim por diante. Naturalmente, os **trusts** nunca fizeram, não fazem ainda nem podem fazer uma planificação completa. Mas visto que são eles que fazem a planificação, visto que são os magnates do capital que calculam antecipadamente o volume da produção à escala nacional ou mesmo internacional, visto que são eles que a regulam de uma maneira planificada, nós permanecemos, apesar de tudo, no **capitalismo**, embora numa sua nova fase, mas indubitavelmente no capitalismo. A «proximidade» de tal capitalismo do socialismo deve ser, para os verdadeiros representantes do proletariado, um argumento a favor da proximidade, da facilidade, da exequibilidade, da urgência da revolução socialista, e de modo nenhum um argumento para se referir de modo tolerante à negação desta revolução e ao embelezamento do capitalismo, ao que se dedicam todos os reformistas.

Mas voltemos à questão do Estado. Engels dá aqui três tipos de indicações especialmente preciosas: em primeiro lugar, sobre a questão da república; em segundo lugar, sobre a ligação da questão nacional com a organização do Estado; em terceiro lugar, sobre a auto-administração local.

No que diz respeito à república, Engels fez disto o centro de gravidade da sua crítica do projecto de programa de Erfurt. E se nos lembrarmos da importância que adquiriu o programa de Erfurt em toda a social-democracia internacional e de como se tornou um modelo para toda a II Internacional, poder-se-á dizer sem exagero que Engels critica aqui o oportunismo de toda a II Internacional.

«As reivindicações políticas do projecto - escreve Engels - têm um grande erro. Aquilo que realmente deveria ser dito **não está lá**» (sublinhado de Engels).

E mais adiante explica que a Constituição alemã é propriamente uma cópia da extremamente reaccionária Constituição de 1850, que o Reichstag é apenas, segundo a expressão de Wilhelm Liebknecht, a «folha de parreira do absolutismo», que, na base de uma Constituição que legaliza os pequenos Estados e a união dos pequenos Estados alemães, quer realizar a «transformação de todos os instrumentos de trabalho em propriedade comum» é «um absurdo evidente».

25 F. Engels, «Para a Crítica do Projecto do Programa Social-Democrata de 1891». (In Karl Marx (Friederich Engels, *Werke*, Bd. 22, S. 232). Mais adiante Lênine cita novamente esta obra (Ibidem, S. 233-237).

«Tocar nisso, porém, é perigoso» - acrescenta Engels, que sabe perfeitamente que na Alemanha não se pode apresentar legalmente no programa a reivindicação da república. Mas Engels não se satisfaz pura e simplesmente com esta consideração evidente, com que «todos» se contentam. Engels prossegue: «E, contudo, a coisa tem de ser atacada duma maneira ou doutra. A necessidade disto prova-a precisamente agora o oportunismo que ganha terreno (einreissende) numa grande parte da imprensa social-democrata. Temendo uma restauração da lei anti-socialista²⁶, recordando todas aquelas afirmações precipitadas que caíram sob a alçada dessa lei, deveria agora de repente a actual situação jurídica na Alemanha bastar ao partido para levar a cabo todas as suas reivindicações por via pacífica ...»

Que os sociais-democratas alemães agiam temendo a restauração da lei de excepção, isto é um facto fundamental que Engels põe em primeiro plano e chama, sem hesitar, oportunismo, declarando que, precisamente devido à ausência de república e de liberdade na Alemanha, são absolutamente insensatos os sonhos sobre uma via «pacífica». Engels é suficientemente cuidadoso para não se atar as mãos. Reconhece que, nos países com república ou com uma muito grande liberdade, «se pode conceber» (somente «conceber»!) um desenvolvimento pacífico para o socialismo. Mas, na Alemanha, repete ele,

«... na Alemanha, onde o governo é quase todo-poderoso e o Reichstag e todos os outros corpos representativos não têm poder real, proclamar tal coisa na Alemanha, e ainda por cima sem necessidade, é tirar a parra com que o absolutismo se cobre e atar-se a si mesmo diante de tal nudez ...»

Como encobridores do absolutismo revelaram-se efectivamente, na sua imensa maioria, os chefes oficiais do partido social-democrata alemão, que «arquivou» estas indicações.

«... Uma tal política só pode induzir em erro o próprio partido por longo tempo. Faz-se avançar para primeiro plano questões políticas gerais, abstractas, e encobre-se assim as questões concretas imediatas, as questões que nos primeiros grandes acontecimentos, na primeira crise política, a si mesmas se colocam na ordem do dia. O que é que pode sair daí, a não ser o partido, de repente, no momento decisivo, ficar perplexo, a não ser reinarem a confusão e a desunião sobre os pontos mais decisivos, porque estes pontos nunca foram discutidos ...?»

Esquecer assim os grandes pontos de vista principais para atender aos interesses imediatos do momento, lutar por pretender assim o êxito imediato sem considerar as consequências posteriores, abandonar assim o futuro do movimento em troca do presente do movimento - pode ser feito com “boas intenções”, mas é e será sempre oportunismo, e o oportunismo “bem intencionado” é, talvez, de todos o mais perigoso ...

Se há alguma coisa que seja certa, é que o nosso partido e a classe operária só podem aceder ao poder sob a forma da república democrática. É esta precisamente a forma específica para a ditadura do proletariado, como já o mostrou a grande revolução francesa ...»

26 Trata-se da lei de excepção contra os socialistas, promulgada na Alemanha em 1878 pelo governo de Bismarck para lutar contra o movimento operário e socialista. Em virtude desta lei, foram proibidas todas as organizações do Partido Social-Democrata, as organizações operárias de massas e a imprensa operária; foi confiscada a literatura socialista e os sociais-democratas foram perseguidos e desterrados. Em 1890, sob a pressão do movimento de massas e do movimento operário, que ganhava cada vez mais força, a lei de excepção contra os socialistas foi revogada.

Engels repete aqui com especial relevo aquela ideia fundamental que passa como um fio vermelho através de todas as obras de Marx, a saber, que a república democrática é a via de acesso mais próxima para a ditadura do proletariado. Pois tal república, não eliminando de modo nenhum o domínio do capital e, conseqüentemente, a opressão das massas e a luta de classes, conduz inevitavelmente a um tal alargamento, desenvolvimento, patentização, agravamento desta luta que, uma vez que surge a possibilidade de satisfazer os interesses fundamentais das massas oprimidas, esta possibilidade se realiza inevitável e unicamente na ditadura do proletariado, na direcção destas massas pelo proletariado. Para toda a II Internacional estas são também «palavras esquecidas» do marxismo, e o seu esquecimento foi revelado com extraordinária clareza pela história do partido dos mencheviques durante o primeiro meio ano da revolução russa de 1917.

Sobre a questão da república federativa em relação com a composição nacional da população, Engels escrevia:

«Que deve substituir a Alemanha actual?» (com a sua Constituição monárquica reaccionária e a igualmente reaccionária divisão em pequenos Estados, divisão que perpétua as particularidades do «prussianismo», em lugar de as dissolver na Alemanha como um todo). «Na minha opinião, o proletariado só pode utilizar a forma da república unitária e indivisível. A república federativa ainda é agora, dum modo geral, uma necessidade no território gigantesco dos Estados Unidos, embora na parte oriental se torne já um obstáculo. Seria um progresso em Inglaterra, onde vivem quatro nações nas duas ilhas e já hoje existem, apesar de haver um único parlamento, três sistemas jurídicos a par uns dos outros. Na pequena Suíça já de há muito se tornou um obstáculo, suportável apenas porque a Suíça se contenta em ser um membro meramente passivo do sistema de Estados europeus. Para a Alemanha, o “ensuiçamento” federalista constituiria um enorme retrocesso. Dois pontos distinguem o Estado federal do Estado unitário: cada um dos Estados federados, cada cantão, tem a sua própria legislação civil e criminal e a sua constituição jurídica, e depois, a par do parlamento do cantão, existe o parlamento do Estado, no qual cada cantão, grande ou pequeno, vota como tal.» Na Alemanha o Estado federal é a transição para um Estado plenamente unitário, e não se deve voltar atrás com a «revolução a partir de cima» dos anos de 1866 e 1870, mas completá-la com um «movimento a partir de baixo».

Engels não só não revela indiferença em relação à questão das formas do Estado, como, pelo contrário, se esforça por analisar com o maior cuidado precisamente as formas de transição, para determinar em função das particularidades históricas concretas de cada caso, **de quê e para quê** a dada forma é a transição.

Engels, assim como Marx, defende, do ponto de vista do proletariado e da revolução proletária, o centralismo democrático, a república unitária e indivisível. Considera a república federativa quer como uma excepção e um obstáculo ao desenvolvimento quer como uma transição da monarquia para a república centralizada, como um «progresso» em certas condições especiais. E, entre estas condições especiais, destaca-se a questão nacional.

Em Engels, como também em Marx, apesar da sua crítica implacável do carácter reaccionário dos pequenos Estados e do encobrimento deste carácter reaccionário com a questão nacional em determinados casos concretos, não se encontra em lado nenhum nem sombra de tendência para eludir a questão nacional, tendência de que frequentemente pecam os marxistas holandeses e polacos, partindo da luta legítima contra o nacionalismo estreito e filistino dos «seus» pequenos Estados.

Mesmo em Inglaterra, onde tanto as condições geográficas, como a comunidade da língua, como uma história multissecular pareceriam «ter liquidado» a questão nacional nas diversas pequenas divisões da Inglaterra, mesmo aqui Engels tem em conta o facto evidente de que a questão nacional ainda não foi superada, e por isso reconhece a república federativa como um «progresso». Compreende-se que aqui não há nem sombra de renúncia a crítica dos defeitos da república federativa nem a propaganda e luta mais decididas a favor da república unitária democrática e centralizada.

Mas Engels não concebe de modo nenhum o centralismo democrático no sentido burocrático em que usam este conceito os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses e, entre estes últimos, os anarquistas. O centralismo, para Engels, não exclui de forma alguma a ampla auto-administração local que, defendendo as «comunas» e as regiões voluntariamente a unidade do Estado, elimina absolutamente todo o burocratismo e todo o «comando» vindo de cima.

«... República unitária portanto - escreve Engels, desenvolvendo as concepções programáticas do marxismo sobre o Estado -, mas não no sentido da república francesa dos nossos dias, que não é mais do que o império sem imperador fundado em 1798. De 1792 a 1798 todos os departamentos, todas as comunidades (Gemeinde) francesas possuíam uma completa auto-administração segundo o modelo americano, e nós também temos de tê-la. Como instituir a auto-administração e não cair na burocracia, eis o que nos mostraram a América e a primeira república francesa, e ainda hoje nos mostram a Austrália, o Canadá e as outras colónias inglesas. E uma tal auto-administração provincial e comunal é muito mais livre do que, por exemplo, o federalismo suíço em que o cantão é, de facto, muito independente face à União» (isto é, face ao Estado federativo no conjunto), «mas também face ao distrito (Bezirk) e à comunidade local. Os governos cantonais nomeiam governadores de distrito (Bezirksstatthalter) e prefeitos, os quais são completamente desconhecidos nos países de língua inglesa e que nós, com a maior cortesia, queremos igualmente ver dispensados no futuro, tal como os corregedores e os altos conselheiros administrativos prussianos» (comissários, chefes da polícia municipal, governadores e, em geral, funcionários nomeados de cima). De acordo com isto Engels propõe que se formule o ponto do programa sobre a auto-administração do modo seguinte: «Completa auto-administração na província» (gubérnia ou região), «distritos e comunidades locais por meio de funcionários eleitos por sufrágio universal. Abolição de todas as autoridades locais e provinciais nomeadas pelo Estado».

No Pravda (n.º 68, de 28 de Maio de 1917) fechado pelo governo de Kérenski e de outros ministros «socialistas», já tive ocasião de assinalar como, neste ponto - evidentemente longe de ser o único -, os nossos representantes pseudo-socialistas de uma pseudo-democracia pseudo-revolucionária se afastaram escandalosamente do **democratismo**²⁷. Compreende-se que homens que se ligaram por uma «coligação» com a burguesia imperialista tenham permanecido surdos a estas indicações.

É extremamente importante notar que Engels, com factos na mão, refuta, com base num exemplo muito preciso, o preconceito extraordinariamente divulgado - sobretudo entre a democracia pequeno-burguesa - segundo o qual uma república federativa significa necessariamente mais liberdade do que uma república centralista. Isto é falso. Os factos citados por Engels, relativos à república francesa centralista de 1792-1798 e à república federalista suíça, refutam-no. A república centralista verdadeiramente democrática dava **mais** liberdade que a república federalista, ou, por outras palavras: a **maior** liberdade local, regional e outra conhecida na história foi dada pela república **centralista** e não pela federativa.

A este facto, como em geral a toda a questão da república federativa e centralista e da auto-administração local, foi e é dada insuficiente atenção na nossa propaganda e agitação partidárias.

27 Ver V. I. Lênine, *Obras Completas*, 5ª Edição em russo, t. 32, pp. 218-221 (N. Ed.)

5. O PREFÁCIO DE 1891 À “GUERRA CIVIL” DE MARX

No prefácio à terceira edição de *A Guerra Civil em França* - este prefácio é datado de 18 de Março de 1891 e impresso pela primeira vez na revista *Neue Zeit* - Engels, a par de interessantes observações que faz de passagem sobre questões ligadas à atitude em relação ao Estado, faz um resumo de um relevo notável dos ensinamentos da Comuna²⁸. Este resumo, enriquecido com toda a experiência do período de vinte anos que separava o autor da Comuna, e especialmente dirigido contra a «fé supersticiosa no Estado», tão difundida na Alemanha, pode ser chamado com justiça a **última palavra** do marxismo sobre a questão que estamos a examinar.

Em França, observa Engels, os operários ficaram armados depois de cada revolução; «por isso, para os burgueses que se encontravam ao leme do Estado, o primeiro imperativo era desarmar os operários. Daí uma nova luta depois de cada revolução conquistada pelos operários, luta essa que termina com a derrota dos operários ...»

O balanço da experiência das revoluções burguesas é tão curto como expressivo. O fundo da questão - entre outras coisas também quanto à questão do Estado (**a classe oprimida possui armas?**) - é captado aqui de forma notável. É precisamente este fundo que evitam, a maior parte das vezes, tanto os professores influenciados pela ideologia burguesa como os democratas pequeno-burgueses. Na revolução russa de 1917, coube ao «menchevique», «também marxista», Tsereteli a honra (honra à Cavaignac) de trair este segredo das revoluções burguesas. No seu discurso «histórico» de 11 de Junho, Tseretéli deixou escapar a decisão da burguesia de desarmar os operários de Petrogrado, apresentando naturalmente esta decisão como sua e, em geral, como uma necessidade «de Estado»²⁹!

O discurso histórico de Tseretéli de 11 de Junho será, naturalmente, para qualquer historiador da revolução de 1917 uma das ilustrações mais concretas da maneira como o bloco dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques, dirigido pelo senhor Tseretéli, passou para o lado da burguesia **contra** o proletariado revolucionário.

Outra observação de passagem de Engels, também ligada à questão do Estado, diz respeito à religião. É sabido que a social-democracia alemã, à medida que apodrecia tornando-se cada vez mais oportunista, deslizava cada vez mais frequentemente para uma interpretação errônea e filistina da célebre fórmula: «declarar a religião um assunto privado». Ou seja: esta fórmula era interpretada como se, **também para o partido** do proletariado revolucionário, a questão da religião fosse um assunto privado!! Foi contra esta traição completa ao programa revolucionário do proletariado que se insurgiu Engels, que, em 1891, observava apenas germes **muito fracos** de oportunismo no seu partido e que se exprimia por isso com o maior cuidado:

28 Ver F. Engels, *Introdução à obra de K. Marx “A Guerra Civil em França”*. (In Karl Marx / Friederich Engels, Werke, Bd. 17, S. 613-615). Mais adiante Lênine citará novamente esta obra.

29 Trata-se do discurso de Tseretéli, ministro menchevique do Governo Provisório, na reunião conjunta de 11 (24) de Junho de 1917 do Praesidium do I Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, do Comité Executivo do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, do Comité Executivo do Soviete dos Deputados Camponeses e dos bureaux de todas as fracções do Congresso, durante a discussão da questão da manifestação pacífica dos operários e soldados de Petrogrado marcada pelos bolcheviques para o dia 10 (23) de Junho. A intervenção de Tseretéli foi contra-revolucionária e caluniosa. Acusando os bolcheviques de conspirarem contra o governo e de serem cúmplices da contra-revolução, ameaçou tomar medidas decididas para desarmar os operários que estavam do lado dos bolcheviques.

*«Tal como quase só operários ou reconhecidos representantes dos operários tinham assento na Comuna, assim também as suas decisões tinham um carácter decididamente proletário. Ou decretaram reformas que a burguesia republicana apenas omitira por cobardia, mas que constituíam uma base necessária para a livre acção da classe operária, tal como a concretização do princípio de que a religião, **face ao Estado**, é um assunto meramente privado; ou ela promulgou decisões directamente no interesse da classe operária e que, em parte, atingiram profundamente a velha ordem social...»*

Engels sublinhou intencionalmente as palavras «face ao Estado», vibrando um golpe directo no oportunismo alemão, que declarava a religião assunto privado **face ao partido** e rebaixava deste modo o partido do proletariado revolucionário ao nível do mais vulgar filistinismo «livrepensador», pronto a admitir uma situação de arreligiosidade, mas que abdica da tarefa da luta **de partido** contra o ópio religioso que embrutece o povo.

O historiador futuro da social-democracia alemã, ao estudar as raízes da sua vergonhosa bancarrota em 1914, encontrará não pouco material interessante sobre esta questão, começando com as declarações evasivas nos artigos do chefe ideológico do partido, Kautsky, que abrem de par em par a porta ao oportunismo, e acabando na atitude do partido relativamente ao «Los-von-Kirche-Bewegung» (movimento para a separação da Igreja), em 1913³⁰.

Mas voltemos a como Engels, vinte anos após a Comuna, fazia o balanço das suas lições para o proletariado em luta.

Eis quais as lições que Engels colocava em primeiro plano:

«... Precisamente o poder repressivo do governo até aí centralizado, do exército, da polícia política, da burocracia, que Napoleão criara em 1798 e que desde então todos os novos governos tinham aceitado como instrumento bem-vindo e utilizado contra os seus adversários, precisamente este poder devia cair por toda a parte como em Paris já caíra.

A Comuna teve de reconhecer logo de princípio que a classe operária, uma vez chegada ao domínio, não podia continuar a governar com a velha máquina do Estado; que esta classe operária, para não perder de novo o seu próprio domínio apenas recém-conquistado, tinha, por um lado, de eliminar toda a velha máquina repressiva até aí utilizada contra ela própria, mas, por outro lado, de se assegurar contra os seus próprios deputados e funcionários, declarando-os, a todos sem excepção, destituíveis a cada momento...»

Engels sublinha uma e outra vez que, não só na monarquia **mas também na república democrática**, o Estado continua a ser Estado, isto é, conserva o seu traço distintivo fundamental: transformar os funcionários públicos, «servidores da sociedade», seus órgãos, em **senhores** dela.

30 O Los-von Kirche-Bewegung (movimento para a separação da Igreja) adquiriu um carácter de massas na Alemanha nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em Janeiro de 1914, foi publicado na Revista *Die Neue Zeit* o artigo do revisionista Paul Göre intitulado “*Kirchenaustrittsbewegung und Sozialdemokratie*” (“O Movimento para Sair da Igreja e a Social-Democracia”), que deu início à discussão do problema da atitude do Partido Social-Democrata da Alemanha em relação a esse movimento. Os destacados dirigentes da social-democracia alemã que participaram nessa discussão não combateram Göre, o qual afirmava que o partido devia manter a neutralidade em relação ao movimento pela separação da Igreja e proibir que os militantes do partido fizessem propaganda anti-religiosa e contra a Igreja em nome do Partido.

«... *Contra esta transformação, até aqui inevitável em todos os Estados, do Estado e dos órgãos estatais, de servidores da sociedade em senhores da sociedade, a Comuna aplicou dois meios infalíveis. Em primeiro lugar, preencheu todos os postos - administrativos, judiciais, docentes - por eleição, com direito de voto reconhecido a todos os interessados, e de facto com base na revogação a cada momento pelos mesmos interessados. E em segundo lugar remunerou todos os serviços, elevados ou baixos, apenas com o salário que os outros operários recebiam. O ordenado mais alto que pagava era de 6000 francos³¹. Fechava-se assim a porta à caça aos postos e à ambição carreirista, mesmo sem os mandatos vinculativos entre os delegados a corpos representativos que ainda foram acrescentados em profusão ...»*

Engels chega aqui ao limite interessante em que a democracia consequente, por um lado, **se transforma** em socialismo e, por outro lado, em que **reclama** o socialismo. Pois para suprimir o Estado é preciso transformar as funções do serviço de Estado em operações de controlo e de registo tão simples que sejam acessíveis e realizáveis pela imensa maioria da população e, depois, por toda a população sem excepção. E a completa eliminação do carreirismo exige que o lugarzinho «honroso», ainda que não lucrativo, ao serviço do Estado, **não** possa servir de trampolim para saltar para lugares altamente lucrativos nos bancos e nas sociedades por acções, como acontece **constantemente** em todos os países capitalistas mais livres.

Mas Engels não comete o erro que cometem, por exemplo, certos marxistas sobre a questão do direito das nações à autodeterminação: no capitalismo, dizem, é impossível, no socialismo é supérfluo. Semelhante raciocínio, pretensamente espiritualoso, mas de facto falso, poderia repetir-se a propósito de **qualquer** instituição democrática, incluindo o modesto vencimento dos funcionários, porque um democratismo consequente até ao fim é impossível no capitalismo, e no socialismo toda a democracia se extinguirá.

Isto é um sofisma como aquele velho gracejo de se um homem fica calvo se perder um cabelo.

O desenvolvimento da democracia **até ao fim**, a procura das **formas** desse desenvolvimento, a sua comprovação **na prática**, etc., tudo isso é uma das tarefas integrantes da luta pela revolução social. Tomado em separado, nenhum democratismo dá o socialismo, mas na vida o democratismo nunca será «tomado em separado », antes será «tomado juntamente com», exercerá a sua influência também na economia, impelirá a sua transformação, sofrerá a influência do desenvolvimento económico, etc. Tal é a dialéctica da história viva.

Engels prossegue:

«... *Esta destruição (Sprengung) do anterior poder de Estado e a sua substituição por um novo, verdadeiramente democrático, está pormenorizadamente descrita no cap. III da Guerra Civil. Mas era necessário entrar aqui de novo, e resumidamente, em alguns traços das mesmas, porque precisamente na Alemanha a fé supersticiosa no Estado se transpôs da filosofia para a consciência geral da burguesia e mesmo de muitos operários. Segundo a representação filosófica, o Estado é a “realização da Ideia” ou o reino de Deus na Terra traduzido para a filosofia, a área sobre a qual a verdade e justiça eternas se realizam ou devem realizar. E daqui decorre então uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo aquilo que está em conexão com o Estado, a qual se faz sentir tanto mais facilmente quanto as pessoas, desde crianças, se habituaram a imaginar que os negócios e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser tratados doutra maneira que não*

31 Nota do Autor: Nominalmente, isto dá cerca de 2400 rublos, e, segundo o curso actual, cerca de 6000 rublos. Procedem de uma maneira absolutamente imperdoável aqueles bolcheviques que propõem, por exemplo, vencimentos de 9000 rublos nas dumas da cidade, não propondo estabelecer para todo o estado o máximo de 6000 rublos – soma suficiente. (Nota do Editor: Os números que Lênine indica como salários possíveis estão expressos em papel-moeda do segundo semestre de 1917. O rublo-papel foi consideravelmente desvalorizado durante a Primeira Guerra Mundial.)

aquela em que até aqui foram tratados, ou seja, por meio do Estado e das suas autoridades bem colocadas. E as pessoas acreditam terem já dado um passo tremendamente ousado ao libertarem-se da crença na monarquia hereditária e confiarem na república democrática. Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e de modo nenhum menos na república democrática do que na monarquia; e, no melhor dos casos, um mal deixado em herança ao proletariado triunfante na luta pelo domínio de classe, e cujas facetas mais graves ele, como a Comuna, não poderá deixar de cortar o mais rapidamente possível, até que uma geração formada em novas condições sociais livres seja capaz de se desfazer de toda a tralha do Estado.»

Engels advertiu os alemães para que não esquecessem, no caso de substituição da monarquia pela república, as bases do socialismo na questão do Estado em geral. As suas advertências leem-se hoje como uma lição directa aos senhores Tsereteli e Tchernov, que revelam na sua prática «coligacionista» uma fé supersticiosa no Estado e uma veneração supersticiosa por ele!

Duas observações ainda:

1) Se Engels diz que, numa república democrática, «de modo nenhum menos» do que numa monarquia, o Estado continua a ser uma «máquina para a opressão de uma classe por outra», isto não significa de modo nenhum que a **forma** de opressão seja indiferente ao proletariado, como «ensinam» certos anarquistas. Uma **forma** mais ampla, mais livre, mais aberta, de luta de classes e de opressão de classe facilita de modo gigantesco a luta do proletariado pela supressão das classes em geral.

2) Porque é que só uma nova geração será capaz de se desfazer de toda a tralha do Estado - esta questão está ligada à questão da superação da democracia, a que vamos passar.

6. ENGELS SOBRE A SUPERAÇÃO DA DEMOCRACIA

Engels teve de pronunciar-se sobre isto em ligação com a questão da inexactidão **científica** da denominação «social-democrata».

No prefácio à edição dos seus artigos da década de 1870 sobre diversos temas, principalmente de conteúdo «internacional» (Internationales aus dem «Volksstaat»³²), prefácio datado de 3 de Janeiro de 1894, isto é, escrito um ano e meio antes da morte de Engels, ele escrevia que em todos os artigos se emprega a palavra «comunista», e **não** «social-democrata», porque então se chamavam a si próprios sociais-democratas os proudhonistas em França, os lassallianos³³ na Alemanha.

32 «Sobre temas internacionais do “Estado do Povo”.» (N. Ed.)

33 **Lassallianos:** membros da União Geral Operária Alemã, fundada em 1863 pelo destacado socialista alemão F. Lassalle. A criação de um partido político de massas da classe operária foi indubitavelmente importante passo em frente no desenvolvimento do movimento operário da Alemanha. Não obstante, Lassalle e os seus seguidores tomaram uma atitude oportunista quanto às principais questões da teoria e da prática. A União declarou como seu programa político a luta pelo sufrágio universal e como seu programa económico a criação de associações operárias de produção subsidiadas pelo Estado.

Na sua actividade prática, Lassalle e os seus partidários adaptavam-se à hegemonia da Prússia e apoiavam a política chauvinista de Bismarck. Marx e Engels criticaram forte e repetidamente a teoria, a táctica e os princípios de organização dos lassallianos como corrente oportunista no movimento operário alemão.

«... Para Marx e para mim - prossegue Engels - era, por isso, absolutamente impossível escolher, para designar o nosso ponto de vista especial, uma expressão tão elástica. Hoje as coisas mudaram, e assim a palavra» («social-democrata») «pode passar (mag passieren) ainda que continue a ser inadequada (unpassend, imprópria) para um partido cujo programa económico não é meramente socialista em geral, mas directamente comunista, e cujo objectivo político final é a superação de todo o Estado, portanto também da democracia. Os nomes de partidos políticos **reais**» (sublinhado de Engels) «porém, nunca estão completamente certos; o partido desenvolve-se, o nome permanece »³⁴.

O dialéctico Engels, no ocaso dos seus dias, permanece fiel à dialéctica. Marx e eu, diz, tínhamos um belo nome para o partido, cientificamente preciso, mas não existia um verdadeiro partido proletário, isto é, de massas. Agora (fim do século XIX), existe um verdadeiro partido, mas a sua denominação é cientificamente inexacta. Não interessa, «passa», desde que o partido **se desenvolva**, desde que a imprecisão científica da sua denominação não lhe seja escondida e não o impeça de se desenvolver na direcção justa!

Talvez um espirituoso qualquer se pusesse a consolar-nos também a nós, bolcheviques, à maneira de Engels: temos um verdadeiro partido, ele desenvolve-se admiravelmente; «passa» também uma palavra tão absurda e feia como «bolchevique», que não exprime absolutamente nada, senão a circunstância puramente casual de que no Congresso de Bruxelas-Londres de 1903 tivemos a maioria³⁵... Talvez agora, quando as perseguições de Julho-Agosto contra o nosso partido pelos republicanos e a democracia pequeno-burguesa «revolucionária» tornaram a palavra «bolchevique» tão honrosa entre todo o povo, quando elas marcaram além disso um histórico e imenso passo em frente dado pelo nosso partido no seu desenvolvimento real, talvez eu próprio hesitasse na minha proposta de Abril de mudar a denominação do nosso partido³⁶. Talvez propusesse aos meus camaradas um «compromisso»: chamarmo-nos partido comunista, mas conservar entre parêntesis a palavra bolchevique ...

Mas a questão da denominação do partido é incomparavelmente menos importante do que a questão da atitude do proletariado revolucionário em relação ao Estado.

Nos raciocínios habituais sobre o Estado comete-se constantemente o erro contra o qual Engels adverte aqui e que assinalámos de passagem na exposição anterior. A saber: esquece-se constantemente que a supressão do Estado é também a supressão da democracia, que a extinção do Estado é a extinção da democracia.

À primeira vista tal afirmação parece extremamente estranha e incompreensível; talvez mesmo surja em alguns o receio de que nós esperemos o advento de uma organização social em que não se observe o princípio da subordinação da minoria à maioria, pois não será a democracia precisamente o reconhecimento de tal princípio?

Não. A democracia **não** é idêntica à subordinação da minoria à maioria. A democracia é um **Estado** que reconhece a subordinação da minoria à maioria, isto é, uma organização para exercer a **violência** sistemática de uma classe sobre outra, de uma parte da população sobre outra.

34 F. Engels, Prefácio à brochura “Internationales aus dem ‘Volkstadt’” (1871-1875). (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 22, S. 416-418)

35 Lénine refere-se ao II Congresso do POSDR, que se realizou de 17 (30) de Julho a 10 (23) de Agosto de 1903, inicialmente em Bruxelas e depois em Londres. Na eleição dos organismos centrais do Partido os sociais-democratas revolucionários, dirigidos por Lénine, obtiveram a maioria (bolchinstvó em russo), enquanto os oportunistas ficaram em minoria (menchinstvó); daí as designações “bolcheviques” (maioritários) e “mencheviques” (minoritários).

36 Ver V. I. Lénine, *Obras Completas*, 5ª Edição em russo, t.31, pp. 100-111 (N. Ed.)

Propomo-nos como objectivo final a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a violência sobre os homens em geral. Não esperamos o advento de uma ordem social em que o princípio da subordinação da minoria à maioria não seja observado. Mas, aspirando ao socialismo, estamos convencidos de que ele se transformará em comunismo e, em ligação com isto, desaparecerá toda a necessidade da violência sobre os homens em geral, da **subordinação** de um homem a outro, de uma parte da população a outra parte dela, porque os homens **se habituarão** a observar as condições elementares da convivência social **sem violência e sem subordinação**.

E para sublinhar este elemento de hábito que Engels fala da nova **geração** «formada em novas condições sociais livres que será capaz de se desfazer de toda a tralha do Estado » - de qualquer Estado, incluindo o Estado democrático republicano.

Para esclarecer isto é necessário analisar a questão das bases económicas da extinção do Estado.

CAPÍTULO V AS BASES ECONÓMICAS DA EXTINÇÃO DO ESTADO

A explicação mais pormenorizada desta questão é dada por Marx na sua *Crítica do Programa de Gotha* (carta a Bracke, de 5 de Maio de 1875, impressa apenas em 1891 na *Neue Zeit*, IX, 1, e publicada em russo numa edição separada). A parte polémica desta obra notável, que consiste numa crítica ao lassallianismo, deixou na sombra, por assim dizer, a sua parte afirmativa, a saber: a análise da ligação entre o desenvolvimento do comunismo e a extinção do Estado.

1. A COLOCAÇÃO DA QUESTÃO POR MARX

Numa comparação superficial da carta de Marx a Bracke, de 5 de Maio de 1875, com a carta de Engels a Bebel, de 28 de Março de 1875, atrás examinada, pode parecer que Marx é muito mais «estatista» do que Engels, e que a diferença entre as concepções de ambos os escritores acerca do Estado é muito considerável.

Engels propõe a Bebel que abandone todo o palavreado acerca do Estado, que bana completamente do programa a palavra Estado, substituindo-a pela palavra «comunidade»; Engels declara mesmo que a Comuna já não era um Estado no sentido próprio. Entretanto Marx fala mesmo do «Estado futuro da sociedade comunista», isto é, parece reconhecer a necessidade do Estado mesmo no comunismo.

Mas esta maneira de ver seria radicalmente errada. Um exame mais de perto mostra que as concepções de Marx e de Engels sobre o Estado e a sua extinção coincidem inteiramente e que a expressão citada de Marx se refere precisamente a este Estado **em extinção**.

É claro que nem se pode falar de determinar o momento desta «extinção» **futura**, tanto mais que ela representará em si notoriamente um processo prolongado. A diferença aparente entre Marx e Engels explica-se pela diferença dos temas que abordaram e dos objectivos que perseguiram. Engels colocava-se o objectivo de mostrar a Bebel de forma evidente, incisiva, em grandes traços, todo o absurdo dos preconceitos correntes (e partilhados em grande medida por Lassalle) acerca do Estado. Marx apenas de passagem toca esta questão, interessando-se por outro tema: o **desenvolvimento** da sociedade comunista.

Toda a teoria de Marx é uma ampliação da teoria do desenvolvimento - na sua forma mais consequente, mais completa, mais reflectida e mais rica de conteúdo - ao capitalismo contemporâneo. É natural que a Marx se colocasse a questão da aplicação desta teoria tanto a bancarrota **próxima** do capitalismo como ao desenvolvimento **futuro** do comunismo **futuro**.

Na base de que **dados** se pode, pois, colocar a questão do desenvolvimento futuro do comunismo futuro?

Na base de que ele **provém** do capitalismo, se desenvolve historicamente do capitalismo, é o resultado da acção de uma força social que é **gerada** pelo capitalismo. Não se encontra em Marx nem sombra de tentativa de inventar Utopias, de fazer conjecturas ocas acerca do que não se pode saber. Marx coloca a questão do comunismo como um naturalista colocaria, digamos, a questão do desenvolvimento de uma nova variedade biológica, uma vez que se sabe que ela surgiu desta e desta maneira e se modifica em tal e tal direcção determinada.

Em primeiro lugar, Marx afasta a confusão trazida pelo programa de Gotha na questão da correlação entre o Estado e a sociedade.

«... A “sociedade actual” - escreve ele - é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de apêndices medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. Pelo contrário, o “Estado actual” varia com a fronteira do país. No império prussiano-alemão é diferente do que existe na Suíça, diferente na Inglaterra do que existe nos Estados Unidos. “O Estado actual” é, portanto, uma ficção.

Contudo, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados têm todos em comum, apesar das suas variegadas diferenças de forma, o facto de se erguerem sobre o chão da moderna sociedade burguesa, só que o desenvolvimento capitalista pode ser numa delas maior ou menor. Eles têm, por isso, também certos caracteres essenciais em comum. Neste sentido pode-se falar da “natureza do Estado actual” em oposição ao futuro em que a sua raiz de hoje, a sociedade burguesa, terá morrido.

Pergunta-se, então: que transformação sofrerá a natureza do Estado numa sociedade comunista? Por outras palavras, que funções sociais restarão nela que sejam análogas às funções actuais do Estado? A esta pergunta só se pode responder cientificamente, e não é pela múltipla combinação da palavra povo com a palavra Estado que avançamos um palmo no problema ...»³⁷

Depois de ter ridicularizado desta maneira todo o palavreado acerca do «Estado popular », Marx coloca a questão e como que adverte que, para uma resposta científica a ela, só se pode operar com dados científicos solidamente estabelecidos.

A primeira coisa estabelecida com plena precisão por toda a teoria do desenvolvimento, por toda a ciência em geral - e que esqueceram os utopistas, que esquecem os oportunistas de hoje que temem a revolução socialista - e a circunstância de que historicamente tem de haver, indubitavelmente, um estadio particular ou uma etapa particular de **transição** do capitalismo para o comunismo.

37 Karl Marx, *Crítica do Programa de Gotha* (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 19, S.28). Mais adiante cita igualmente esta obra de Marx.

2. A TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO PARA O COMUNISMO

«... *Entre a sociedade capitalista e a comunista - prossegue Marx - fica o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. Àquele corresponde também um período de transição política cujo Estado não pode ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado...*»

Esta conclusão assenta, em Marx, na análise do papel que desempenha o proletariado na sociedade capitalista actual, nos dados sobre o desenvolvimento dessa sociedade e sobre o carácter inconciliável dos interesses opostos do proletariado e da burguesia.

Dantes a questão colocava-se assim: para alcançar a sua libertação o proletariado deve derrubar a burguesia, conquistar o poder político, estabelecer a sua ditadura revolucionária.

Agora a questão coloca-se de maneira um pouco diferente: a transição da sociedade capitalista, que se desenvolve em direcção ao comunismo, para a sociedade comunista, é impossível sem um «período de transição política», e o Estado deste período só pode ser a ditadura revolucionária do proletariado.

Qual é portanto a relação desta ditadura com a democracia?

Vimos que o *Manifesto Comunista* coloca simplesmente um ao lado do outro dois conceitos: «passagem do proletariado a classe dominante» e «luta pela democracia». Na base de toda a exposição anterior pode-se determinar mais precisamente como se transforma a democracia na transição do capitalismo para o comunismo.

Na sociedade capitalista, nas condições do seu desenvolvimento mais favorável, temos um democratismo mais ou menos completo na república democrática. Mas este democratismo está sempre comprimido nos limites estreitos da exploração capitalista e, por isso, permanece sempre, em essência, um democratismo para a minoria, apenas para as classes possuidoras, apenas para os ricos. A liberdade da sociedade capitalista permanece sempre aproximadamente como era a liberdade nas repúblicas gregas antigas: liberdade para os escravistas. Os escravos assalariados actuais, devido às condições da exploração capitalista, permanecem tão esmagados pela necessidade e pela miséria que «não estão para democracias», «não estão para políticas», que, no curso habitual, pacífico, dos acontecimentos, a maioria da população está afastada da participação na vida político-social.

A justeza desta afirmação é talvez confirmada com a maior evidência pela Alemanha, precisamente porque foi neste país precisamente que a legalidade constitucional se manteve com uma duração e uma estabilidade espantosas durante cerca de meio século (1871-1914) e a social-democracia soube durante este período fazer muito mais do que noutros países para «utilizar a legalidade» e para organizar num partido político uma parte mais considerável dos operários do que em qualquer outra parte do mundo.

Qual é pois esta parte mais considerável observada na sociedade capitalista dos escravos assalariados politicamente conscientes e activos? Um milhão de membros do partido social-democrata - em 15 milhões de operários assalariados! Três milhões organizados sindicalmente - em 15 milhões!

Democracia para uma insignificante minoria, democracia para os ricos, tal é o democratismo da sociedade capitalista. Se se observar de mais perto o mecanismo da democracia capitalista, veremos por todo o lado, tanto nos «pequenos» (pretensamente pequenos) pormenores do direito eleitoral (censo de residência, exclusão das mulheres, etc.) como na técnica das instituições representativas, como nos obstáculos efectivos ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os «miseráveis»!), como na organização puramente capitalista da imprensa diária, etc, etc - veremos restrições e mais restrições ao democratismo. Estas restrições, excepções, exclusões, obstáculos para os pobres parecem pequenos especialmente aos olhos dos que nunca passaram eles próprios pela necessidade nem nunca conheceram de perto as classes oprimidas na sua vida quotidiana (e é o caso de nove décimos, senão de noventa e nove centésimos dos publicistas e políticos burgueses) - mas, no conjunto, estas restrições excluem, eliminam os pobres da política, da participação activa na democracia.

Marx apreendeu magnificamente esta **essência** da democracia capitalista ao dizer na sua análise da experiência da Comuna: autoriza-se os oprimidos a decidir uma vez de tantos em tantos anos qual precisamente dos representantes da classe opressora os representará e reprimirá no parlamento!

Mas partindo desta democracia capitalista - inevitavelmente estreita, que afasta dissimuladamente os pobres e, por isso, inteiramente hipócrita e enganadora - o desenvolvimento para a frente não leva simplesmente, directamente e sem choques «a uma democracia cada vez maior», como apresentam as coisas os professores liberais e os oportunistas pequeno-burgueses. Não. O desenvolvimento para a frente, isto é, para o comunismo, faz-se através da ditadura do proletariado, e não se pode fazer de outra forma, porque não existe mais ninguém e nenhum caminho para **quebrar a resistência** dos capitalistas exploradores.

Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização da vanguarda dos oprimidos como classe dominante para a repressão dos opressores, não pode conduzir a um simples alargamento da democracia. **Juntamente** com uma imensa ampliação do democratismo, que se transforma **pela primeira vez** em democratismo para os pobres, em democratismo para o povo, e não em democratismo para os ricos, a ditadura do proletariado impõe uma série de excepções à liberdade em relação aos opressores, aos exploradores, aos capitalistas. Temos de os reprimir para libertar a humanidade da escravidão assalariada, é preciso quebrar a sua resistência pela força; é claro que, onde há repressão, há violência, não há liberdade, não há democracia.

Engels expressou isto admiravelmente na carta a Bebel ao dizer, como o leitor se recorda, que «o proletariado usa o Estado não no interesse da liberdade mas da repressão dos seus adversários, e quando for possível falar de liberdade não haverá Estado».

Democracia para a maioria gigantesca do povo e repressão pela força, isto é, exclusão da democracia, para os exploradores, para os opressores do povo - tal é a modificação da democracia na **transição** do capitalismo para o comunismo.

Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver definitivamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido, quando não houver classes (isto é, não houver diferenças entre os membros da sociedade quanto à sua relação com os meios sociais de produção) - só então «o Estado desaparece e **se pode falar de liberdade**». Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente plena, verdadeiramente sem nenhuma excepção. E só então a democracia começará a **extinguir-se** devido à simples circunstância de que, libertos da escravatura capitalista, dos inumeráveis horrores, das selvajarias, dos absurdos, das ignomínias da exploração capitalista, os homens **habituar-se-ão** gradualmente a observar as regras elementares da convivência conhecidas ao longo dos séculos e repetidas durante milénios em todas as prescrições, a observá-las sem violência, sem coacção, sem subordinação, **sem o aparelho especial** de coacção que se chama Estado.

A expressão «o Estado **extingue-se**» foi muito bem escolhida porque mostra tanto o carácter gradual do processo como a sua espontaneidade. Apenas o hábito pode exercer e indubitavelmente exerce tal efeito, porque observamos milhões de vezes à nossa volta a facilidade com que os homens se habituam a observar as regras de convivência que lhes são necessárias se não existe exploração, se não existe nada que suscite a indignação, que provoque o protesto e a revolta, que crie a necessidade da **repressão**.

Assim, pois, na sociedade capitalista temos uma democracia truncada, miserável, falsa, uma democracia apenas para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, estabelecerá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, paralelamente à necessária repressão da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de dar uma democracia verdadeiramente plena, e quanto mais plena for mais depressa se tornara supérflua, se extinguirá por si própria.

Por outras palavras: temos no capitalismo o Estado no sentido próprio da palavra, uma máquina especial para a repressão de uma classe por outra, e, além disso, da maioria pela minoria. Compreende-se que, para o êxito de uma coisa como a repressão sistemática da maioria dos explorados pela minoria dos exploradores, é necessária uma crueldade, uma ferocidade extremas da repressão, são necessários mares de sangue através dos quais a humanidade segue o seu caminho nas condições da escravatura, da servidão, do salaríato.

Em seguida, na **transição** do capitalismo para o comunismo, a repressão é **ainda** necessária, mas é já repressão da minoria dos exploradores pela maioria dos explorados. O aparelho especial, a máquina especial para a repressão, o «Estado», é **ainda** necessário, mas é já um Estado de transição, já não é um Estado no sentido próprio, porque a repressão da minoria dos exploradores pela maioria dos escravos assalariados **de ontem** é algo relativamente tão fácil, simples e natural que custará muito menos sangue do que a repressão das insurreições de escravos, de servos, de operários assalariados, que custará muito menos à humanidade. E é compatível com a extensão da democracia a uma maioria tão esmagadora da população que a necessidade de uma **máquina especial** para a repressão começa a desaparecer. Os exploradores, como é natural, não estão em condições de reprimir o povo sem uma máquina muito complicada para a execução desta tarefa, mas o povo pode reprimir os exploradores mesmo com uma «máquina» muito simples, quase sem «máquina», sem aparelho especial, pela simples **organização das massas armadas** (como os Sovietes de deputados operários e soldados - digamos, adiantando-nos).

Finalmente, só o comunismo torna o Estado completamente desnecessário, pois não há **ninguém** para reprimir, «ninguém» no sentido de uma **classe**, no sentido de uma luta sistemática contra uma parte determinada da população. Não somos utopistas e não negamos de maneira nenhuma a possibilidade e a inevitabilidade dos excessos de **determinadas pessoas**, e igualmente a necessidade de reprimir **tais** excessos. Mas, em primeiro lugar, para isto não é necessária uma máquina especial, um aparelho especial de repressão, isto fá-lo-á o próprio povo armado com a mesma simplicidade e facilidade com que qualquer multidão de homens civilizados, mesmo na sociedade actual, separa pessoas envolvidas numa briga ou não permite violência contra uma mulher. E, em segundo lugar, sabemos que a causa social fundamental dos excessos, que consistem na violação das regras da convivência, é a exploração das massas, a sua necessidade e miséria. Com a eliminação desta causa principal, os excessos começarão inevitavelmente a «**extinguir-se**». Não sabemos com que rapidez e gradação, mas sabemos que se extinguirão. Com a sua extinção, **extinguir-se-á** também o Estado.

Sem cair na utopia, Marx determinou mais em pormenor o que se pode determinar **agora** em relação a este futuro, a saber: a diferença entre a fase (grau, etapa) inferior e superior da sociedade comunista.

3. A PRIMEIRA FASE DA SOCIEDADE COMUNISTA

Na *Crítica do Programa de Gotha*, Marx refuta pormenorizadamente a ideia lassalliana de que no socialismo o operário receberá o «produto não reduzido» ou o «produto integral do trabalho». Marx mostra que de todo o trabalho social de toda a sociedade é preciso descontar um fundo de reserva, um fundo para ampliar a produção, para a amortização das máquinas «usadas», etc., e, para além dos artigos de consumo, um fundo para as despesas de administração, para as escolas, hospitais, asilos para velhos, etc.

Em vez da frase nebulosa, obscura e geral de Lassalle («ao operário o produto integral do trabalho»), Marx faz um cálculo sensato de como a sociedade socialista será obrigada a administrar a economia. Marx aborda a análise **concreta** das condições de vida numa sociedade em que não existirá capitalismo, e diz:

*«Aquilo de que aqui estamos a tratar» (no exame do programa do partido operário) «é uma sociedade comunista não como ela se **desenvolveu** na sua própria base, mas, inversamente, como ela **sai** precisamente da sociedade capitalista, e portanto traz ainda agarrados, em todos os aspectos - económicos, morais, espirituais -, os sinais da velha sociedade de cujo seio provém.»*

É a esta sociedade comunista que acaba de sair das entranhas do capitalismo, que traz em todos os aspectos os sinais da velha sociedade, que Marx chama a «primeira» fase ou fase inferior da sociedade comunista.

Os meios de produção deixaram já de ser propriedade privada dos indivíduos. Os meios de produção pertencem a toda a sociedade. Cada membro da sociedade, realizando uma certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe da sociedade um certificado comprovando a quantidade de trabalho que forneceu. Com esse certificado, recebe nos armazéns públicos de artigos de consumo uma quantidade correspondente de produtos. Descontada a quantidade de trabalho que vai para o fundo social, cada operário, por conseguinte, recebe da sociedade tanto quanto lhe deu.

Reina aparentemente a «igualdade».

Mas quando Lassalle diz, tendo em vista tal ordem social (que se chama habitualmente socialismo e a que Marx dá o nome de primeira fase do comunismo), que isto é uma «repartição justa», que isto é o «direito igual de cada um ao produto igual do trabalho», então Lassalle erra, e Marx explica o seu erro.

O «direito igual» - diz Marx - temo-lo aqui, com efeito, mas é **ainda** o «direito burguês», que, como todo o direito, **pressupõe a desigualdade**. Todo o direito é a aplicação de uma medida **idêntica** a pessoas **diferentes**, que, de facto, não são idênticas, não são iguais umas às outras; e por isso o «direito igual» é uma violação da igualdade e uma injustiça. Na realidade, cada um recebe, tendo fornecido uma parte do trabalho social igual à dos outros, uma parte igual do produto social (com os descontos indicados).

Mas, entretanto, os indivíduos não são iguais: um é mais forte, outro é mais fraco; um é casado, outro não, um tem mais filhos, outro menos, etc.

«... Com a mesma realização de trabalho - conclui Marx -, e por isso com a mesma quota-parte do fundo social de consumo, um recebe portanto, de facto, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. Para evitar todos estes males, o direito teria de ser, em vez de igual, desigual...»

A justiça e a igualdade, conseqüentemente, não podem ainda ser dadas pela primeira fase do comunismo: subsistirão diferenças de riqueza, e diferenças injustas, mas a **exploração** do homem pelo homem será impossível, porque ninguém poderá apoderar-se como propriedade privada dos **meios de produção**, fábricas, máquinas, terra, etc. Refutando a frase obscura e pequeno-burguesa de Lassalle acerca da «igualdade» e da «justiça» **em geral**, Marx mostra o **curso do desenvolvimento** da sociedade comunista, que é **obrigada** a começar por suprimir **apenas** essa «injustiça» que é a apropriação dos meios de produção pelos indivíduos, e que **não está em condições** de suprimir imediatamente também a outra injustiça, que consiste na distribuição dos artigos de consumo «segundo o trabalho» (e não segundo as necessidades).

Os economistas vulgares, incluindo os professores burgueses, incluindo o «nosso» Tugan, censuram constantemente os socialistas por esquecerem a desigualdade dos homens e por «sonharem» com a supressão desta desigualdade. Esta censura, como vemos, prova simplesmente a ignorância extrema dos senhores ideólogos burgueses.

Marx não apenas tem em conta do modo mais preciso a inevitável desigualdade dos homens como tem também em conta que a simples passagem dos meios de produção à propriedade comum de toda a sociedade (o «socialismo» na utilização habitual da palavra) **não elimina** os males da distribuição e da desigualdade do «direito burguês», que **continua a dominar**, porquanto os produtos são repartidos «segundo o trabalho».

«... Mas estes males - prossegue Marx - são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista tal como esta saiu, depois de longas dores de parto, precisamente da sociedade capitalista. O direito nunca pode ser superior à construção económica e ao desenvolvimento cultural por ela condicionado da sociedade ...»

Desta forma, na primeira fase da sociedade comunista (a que habitualmente se chama socialismo), o «direito burguês» é abolido **não** completamente mas apenas em parte, apenas na medida da revolução económica já alcançada, isto é, apenas em relação aos meios de produção. O «direito burguês» reconhece a sua propriedade privada por indivíduos. O socialismo faz deles propriedade **comum**. É **nesta medida** - e só nesta medida - que o «direito burguês» caduca.

Subsiste no entanto na sua outra parte, subsiste na qualidade de regulador (definidor) da distribuição dos produtos e da distribuição do trabalho entre os membros da sociedade. «Quem não trabalha não deve comer» - este princípio socialista **já** está realizado; «para igual quantidade de trabalho, igual quantidade de produtos» - também este outro princípio socialista **já** está realizado. Todavia, isto ainda não é o comunismo e isto ainda não elimina o «direito burguês» que, a homens desiguais e por uma quantidade desigual (desigual de facto) de trabalho, dá uma quantidade igual de produtos.

Isto é um «mal», diz Marx, mas ele é inevitável na primeira fase do comunismo, pois não se pode pensar, sem cair no utopismo, que, tendo derrubado o capitalismo, os homens aprendem imediatamente a trabalhar para a sociedade **sem quaisquer normas de direito**; e, além do mais, a abolição do capitalismo **não dá imediatamente** as premissas económicas para **uma tal** mudança.

Mas não existem outras normas além das do «direito burguês». E nesta medida subsiste ainda a necessidade de um Estado que, protegendo a propriedade comum dos meios de produção, proteja a igualdade do trabalho e a igualdade de repartição do produto.

O Estado extingue-se na medida em que já não há capitalistas, já não há classes e por isso não se pode **reprimir** nenhuma **classe**.

Mas o Estado ainda não se extinguiu completamente, pois permanece a protecção do «direito burgues» que consagra a desigualdade de facto. Para que o Estado se extinga completamente é necessário o comunismo completo.

4. A FASE SUPERIOR DA SOCIEDADE COMUNISTA

Marx prossegue:

«... Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a subordinação opressiva dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela também a oposição de trabalho espiritual e manual; depois de o trabalho se ter tornado, não apenas um meio para viver, mas a própria primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento integral dos indivíduos, terem crescido também as forças de produção e jorrarem mais plenamente todas as fontes da riqueza social - só então pode o horizonte estreito do direito burguês ser completamente ultrapassado e a sociedade escrever nos seus estandartes: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!»

Só agora podemos apreciar toda a justeza das observações de Engels quando escarnecia implacavelmente do absurdo da união das palavras «liberdade» e «Estado». Enquanto há Estado, não há liberdade. Quando houver liberdade não haverá Estado.

A base económica da extinção completa do Estado é um desenvolvimento tão elevado do comunismo que nele desaparece a oposição entre o trabalho espiritual e o trabalho manual, desaparece, conseqüentemente, uma das principais fontes da desigualdade **social** actual, e além disso uma fonte tal que a simples passagem dos meios de produção para a propriedade social, a simples expropriação dos capitalistas não pode, de modo nenhum, eliminar imediatamente.

Esta expropriação dará a **possibilidade** de um desenvolvimento gigantesco das forças produtivas. E, vendo como já hoje o capitalismo **retarda** incrivelmente este desenvolvimento e como se poderia avançar na base da técnica actual já adquirida, temos o direito de afirmar, com a mais completa certeza, que a expropriação dos capitalistas provocará necessariamente um desenvolvimento gigantesco das forças produtivas da sociedade humana. Mas qual será a rapidez deste desenvolvimento, com que rapidez atingirá uma ruptura com a divisão do trabalho, a supressão da oposição entre o trabalho espiritual e o trabalho manual, a transformação do trabalho em «primeira necessidade vital», isto não sabemos e **não podemos** saber.

Por isso apenas temos o direito de falar da extinção inevitável do Estado, sublinhando o carácter prolongado deste processo, a sua dependência da rapidez do desenvolvimento da **fase superior** do comunismo e deixando completamente em aberto a questão dos prazos ou das formas concretas da extinção, pois **não há** materiais para resolver tais questões.

O Estado poderá extinguir-se completamente quando a sociedade realizar a regra: «De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades», isto é, quando os homens estiverem tão habituados a observar as regras fundamentais da convivência e quando o seu trabalho for tão produtivo que trabalharão voluntariamente **segundo as suas capacidades**. «O horizonte estreito do direito burguês», que obriga a calcular com a insensibilidade de um Shylock³⁸ se não se trabalhou mais meia hora do que outro, se não se recebeu um salário inferior ao de outro - este horizonte estreito será então ultrapassado. A distribuição dos produtos não exigirá então o estabelecimento de normas da parte da sociedade sobre a quantidade de produtos recebidos por cada um; cada um tomará livremente «segundo as suas necessidades».

38 **Shylock**: personagem da comédia de Shakespeare “*O Mercador de Veneza*”, usurário cruel e insensível que exigia implacavelmente que, de acordo com as condições da letra, fosse cortada uma libra de carne ao devedor insolvente.

Do ponto de vista burguês, é fácil declarar semelhante organização social «pura Utopia» e troçar do facto de os socialistas prometerem a cada um o direito de receber da sociedade, sem qualquer controlo do trabalho de cada cidadão, qualquer quantidade de trufas, de automóveis, de pianos, etc. É a troças destas que se limitam hoje ainda a maioria dos «sábios» burgueses, que revelam com isto a sua ignorância e a sua defesa interesseira do capitalismo.

Ignorância - pois não passou pela cabeça de nenhum socialista «prometer» a chegada da fase superior do desenvolvimento do comunismo, e a **previsão** dos grandes socialistas de que ela chegará pressupõe uma produtividade do trabalho que não é a actual, e um homem **que não é o actual** filisteu, capaz, como os seminaristas de Pomialóvski³⁹, de dilapidar «à toa» a riqueza social e de exigir o impossível.

Até que chegue a fase «superior» do comunismo, os socialistas exigem **o mais rigoroso** controlo por parte da sociedade e **por parte** do Estado sobre a medida do trabalho e a medida do consumo, mas este controlo deve **começar** com a expropriação dos capitalistas, com o controlo dos capitalistas pelos operários, e deve ser exercido não por um Estado de funcionários mas pelo Estado dos **operários armados**.

A defesa interesseira do capitalismo pelos ideólogos burgueses (e seus acólitos tais como os Srs. Tseretéli, Tchernov e C.^a) consiste precisamente em que eles substituem por discussões e conversas acerca de um futuro longínquo a questão de premente actualidade da política de **hoje**: a expropriação dos capitalistas, a transformação de **todos** os cidadãos em trabalhadores e empregados de **um** só grande «consórcio», a saber: de todo o Estado, e a subordinação completa de todo o trabalho de todo este consórcio a um Estado verdadeiramente democrático, **ao Estado dos Sovietes de deputados operários e soldados**.

No fundo, quando um sábio professor, e atrás dele um filisteu, e atrás dele os Srs. Tseretéli e Tchernov falam de Utopias insensatas, de promessas demagógicas dos bolcheviques, da impossibilidade de «introduzir» o socialismo, eles têm em vista precisamente o estádio ou fase superior do comunismo, que nunca ninguém prometeu nem pensou sequer em «introduzir» porque «introduzi-lo» é completamente impossível.

Abordamos aqui a questão da distinção científica entre socialismo e comunismo, que Engels aflorou na passagem citada anteriormente acerca da incorrecção da denominação de «sociais-democratas». No plano político, a diferença entre a primeira fase ou fase inferior e a superior do comunismo será provavelmente enorme com o tempo, mas agora, no capitalismo, seria ridículo tomá-la em conta, e só talvez alguns anarquistas poderiam colocá-la em primeiro plano (se é que subsistem ainda entre os anarquistas pessoas que nada tenham aprendido depois da transformação «plekhanoviana» dos Kropótkine, de Grave, de Cornelissen e outras «estrelas» do anarquismo em sociais-chauvinistas ou em anarquistas-das-trincheiras, segundo a expressão de Gué, um dos poucos anarquistas que conservaram a honra e a consciência).

39 Lénine refere-se aos alunos dos seminários, cuja vida, caracterizada pela extrema ignorância e pelos costumes bárbaros, é descrita pelo escritor russo G. G. Pomialóvski na sua obra “*Diário de Um Seminarista*”.

Mas a diferença científica entre socialismo e comunismo é clara. Aquilo a que se chama habitualmente socialismo, chamou Marx a «primeira» fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade **comum**, a palavra «comunismo» pode aplicar-se também aqui, se não se esquecer que isto **não é** o comunismo completo. A grande importância das explicações de Marx consiste em que aplica conseqüentemente, também aqui, a dialéctica materialista, a doutrina do desenvolvimento, considerando o comunismo como qualquer coisa que se desenvolve **do** capitalismo. Em vez de definições «inventadas», escolasticamente imaginadas e de estereis discussões sobre palavras (o que é o socialismo, o que é o comunismo), Marx analisa o que se poderia chamar os graus da maturidade económica do comunismo.

Na sua primeira fase, no seu primeiro grau, o comunismo **não** pode ainda, no plano económico, estar completamente maduro, completamente liberto das tradições ou dos vestígios do capitalismo. Daí um fenómeno tão interessante como a conservação do «horizonte estreito do direito **burguês**» - no comunismo na sua primeira fase. O direito burguês em relação à distribuição dos produtos **de consumo** pressupõe, como é natural, também inevitavelmente um **Estado burguês**, pois o direito nada é sem um aparelho capaz de **obrigar** à observação das normas do direito.

Daí decorre que no comunismo subsiste durante um certo tempo não só o direito burguês mas também o Estado burguês - sem burguesia!

Isto pode parecer um paradoxo ou simplesmente um jogo dialéctico do espírito, do que frequentemente culpam o marxismo as pessoas que não fizeram o menor esforço para estudar o seu conteúdo extraordinariamente profundo.

Na realidade, a vida mostra-nos a cada passo vestígios do velho no novo, tanto na natureza como na sociedade. E Marx não enfiou arbitrariamente um pedacinho do direito «burguês» no comunismo, antes tomou aquilo que, económica e politicamente, é inevitável numa sociedade saída **das entranhas** do capitalismo.

A democracia tem uma importância enorme na luta da classe operária contra os capitalistas pela sua libertação. Mas a democracia não é de modo nenhum um limite intransponível, mas apenas uma das etapas no caminho do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o comunismo.

Democracia significa igualdade. Compreende-se a grande importância que tem a luta do proletariado pela igualdade e a palavra de ordem de igualdade se a compreendermos correctamente no sentido da supressão das classes. Mas democracia significa apenas igualdade **formal**. E imediatamente depois da realização da igualdade de todos os membros da sociedade **em relação** à propriedade dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho, a igualdade do salário, levantar-se-á inevitavelmente perante a humanidade a questão de avançar da igualdade formal para igualdade de facto, isto é, para a realização da regra: «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades.» Por que etapas, através de que medidas práticas a humanidade chegará a este fim supremo, não sabemos nem podemos saber. Mas o que importa é compreender como é imensamente falsa a concepção burguesa habitual segundo a qual o socialismo é qualquer coisa morta, cristalizada, dada de uma vez para sempre, quando na realidade **apenas** com o socialismo começa um movimento de avanço rápido, verdadeiro, efectivamente de massas, com a participação da **maioria** e depois de toda a população, em todos os domínios da vida social e individual.

A democracia é uma forma de Estado, uma das suas variedades. E, conseqüentemente, ela representa em si, como qualquer Estado, a aplicação organizada, sistemática, da violência sobre as pessoas. Isto por um lado. Mas, por outro lado, significa o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a organização do Estado e de o dirigir. E isto, por seu turno, liga-se ao facto de que num certo grau de desenvolvimento da democracia, ela, em primeiro lugar, une a classe revolucionária que está contra o capitalismo, o proletariado, e permite-lhe quebrar, demolir completamente, fazer desaparecer da face da terra a máquina de Estado burguesa, mesmo que republicana-burguesa, o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e substituí-los por uma máquina de Estado **mais** democrática, mas ainda uma máquina de Estado, sob a forma das massas operárias armadas que passam à participação de todo o povo na milícia.

Aqui «a quantidade transforma-se em qualidade»: **este** grau do democratismo está ligado à saída do quadro da sociedade burguesa, ao começo da sua reorganização socialista. Se **todos** participam realmente na administração do Estado, então o capitalismo já não poderá manter-se. E o desenvolvimento do capitalismo cria, por sua vez, as **premissas** para que «todos» **possam** realmente participar na administração do Estado. Entre estas premissas conta-se a alfabetização geral já realizada por uma série dos países capitalistas mais avançados, em seguida o «educar e disciplinar» milhões de operários pelo grande, complexo e socializado aparelho dos correios, dos caminhos-de-ferro, das grandes fábricas, do grande comércio, dos bancos, etc., etc.

Com tais premissas **económicas** é perfeitamente possível, depois de derrubados os capitalistas e os funcionários, passar imediatamente à sua substituição de um dia para o outro - em matéria de **controlo** da produção e da distribuição, em matéria de **registo** do trabalho e dos produtos - pelos operários armados, por todo o povo armado. (Não se deve confundir a questão do controlo e do registo com a questão do pessoal com formação científica, dos engenheiros, dos agrónomos, etc.: estes senhores trabalham hoje subordinando-se aos capitalistas e trabalharão ainda melhor amanhã subordinando-se aos operários armados.)

Registo e controlo - eis o **principal**, o que é necessário para a organização, para o funcionamento regular da **primeira fase** da sociedade comunista. Aqui **todos** os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado constituído pelos operários armados. **Todos** os cidadãos se tornam empregados e operários de **um único** «consórcio» estatal, nacional. Tudo está em que trabalhem por igual, observando exactamente a medida do trabalho, e recebam por igual. O registo disto, o controlo disto **foram simplificados** em extremo pelo capitalismo, até operações extraordinariamente simples de vigilância acessíveis a qualquer pessoa alfabetizada, até ao conhecimento das quatro operações da aritmética e à entrega dos recibos correspondentes⁴⁰.

Quando a **maioria** do povo começar a realizar autonomamente e por toda a parte tal registo, tal controlo dos capitalistas (transformados agora em empregados) e dos senhores intelectuaizinhos que conservem os hábitos capitalistas, então esse controlo será verdadeiramente universal, geral, de todo o povo, então ninguém se poderá esquivar a ele, «não haverá para onde fugir».

Toda a sociedade será um único escritório e uma única fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.

40 Nota do Autor: Quando um Estado se reduz na parte principal das suas funções a este registo e controlo por parte dos próprios operários, então deixa de ser um “Estado político”, então “as funções públicas transformam-se de políticas em funções simplesmente administrativas”. (Ver atrás, cap. IV, ponto 2, sobre polémica de Engels com os anarquistas.)

Mas esta disciplina «fabril» que o proletariado, depois de ter vencido os capitalistas e derrubado os exploradores, tornará extensiva a toda a sociedade, não é de forma alguma nem o nosso ideal nem o nosso objectivo final, mas apenas um **degrau** necessário para limpar radicalmente a sociedade da baixeza e das ignomínias da exploração capitalista e **para continuar** o movimento para a frente.

A partir do momento em que todos os membros da sociedade, ou pelo menos a sua imensa maioria, tenham aprendido a administrar **eles próprios** o Estado, tenham tomado eles próprios as coisas nas suas mãos, tenham «organizado» o controlo sobre a insignificante minoria dos capitalistas, sobre os senhoritos que desejam conservar os hábitos capitalistas, sobre os operários profundamente corrompidos pelo capitalismo - a partir desse momento começa a desaparecer a necessidade de toda a administração em geral. Quanto mais completa for a democracia mais próximo está o momento em que se tornará desnecessária. Quanto mais democrático for o «Estado» constituído pelos operários armados, e que «já não é um Estado no sentido próprio da palavra», mais depressa começará a extinguir-se **todo** o Estado.

Pois quando **todos** tiverem aprendido a administrar e administrarem de facto autonomamente a produção social, realizarem autonomamente o registo e o controlo sobre os parasitas, os fidalgotes, os vigaristas e os outros «depositários das tradições do capitalismo» - então esquivar-se a este registo e controlo de todo o povo tornar-se-á inevitavelmente tão incrivelmente difícil e de uma raridade tão excepcional, acarretará provavelmente um castigo tão rápido e sério (pois os operários armados são pessoas práticas e não intelectuaizinhos sentimentais, e dificilmente permitirão que brinquem com eles), que a **necessidade** de observar as regras simples, fundamentais, de toda a convivência humana se tornará muito depressa um **hábito**.

E então abrir-se-á de par em par a porta para passar da primeira fase da sociedade comunista para a sua fase superior e, ao mesmo tempo, para a extinção completa do Estado.

CAPÍTULO VI A VULGARIZAÇÃO DO MARXISMO PELOS OPORTUNISTAS

A questão da atitude do Estado para com a revolução social e da revolução social para com o Estado ocupou muito pouco os teóricos e os publicistas mais destacados da II Internacional (1889-1914), como também a questão da revolução em geral. Mas o mais característico no processo de crescimento gradual do oportunismo, que conduziu a bancarrota da II Internacional em 1914, e que, mesmo quando abordaram de perto esta questão, **esforçaram-se por eludi-la** ou não a notaram.

De uma maneira geral, pode-se dizer que do **esquivar-se** à questão da atitude da revolução proletária para com o Estado, esquivar-se vantajoso para o oportunismo e que o alimentava, resultou a **deturpação** do marxismo e a sua completa vulgarização.

A fim de caracterizar, mesmo brevemente, este lamentável processo, tomemos os teóricos mais destacados do marxismo, Plekhánov e Kautsky.

1. A POLÉMICA DE PLEKHÁNOV COM OS ANARQUISTAS

Plekhánov consagrou à questão da atitude do anarquismo para com o socialismo uma brochura especial: *Anarquismo e Socialismo*, que foi publicada em alemão em 1894.

Plekhánov arranjou maneira de tratar este tema eludindo completamente o que é mais actual, mais candente e politicamente mais essencial na luta contra o anarquismo, a saber: a atitude da revolução para com o Estado e a questão do Estado em geral! Na sua brochura destacam-se duas partes: uma histórico-literária, com material valioso acerca da história das ideias de Stirner, de Proudhon, etc.

Outra parte: filistina, com raciocínios de mau gosto sobre o tema de que um anarquista não se distingue de um bandido.

A combinação dos temas é extremamente divertida e extremamente característica de toda a actividade de Plekhánov em vésperas da revolução e durante o período revolucionário na Rússia: com efeito, Plekhánov revelou-se em 1905-1917 semi-doutrinário, semi-filisteu, que em política seguia na cauda da burguesia.

Vimos como Marx e Engels, polemizando com os anarquistas, esclareciam com o maior cuidado as suas concepções acerca da atitude da revolução para com o Estado. Engels, editando em 1891 a *Crítica do Programa de Gotha* de Marx, escrevia que «nós (isto é, Engels e Marx) nos encontrávamos então no próprio apogeu da luta contra Bakúnine e os seus anarquistas - mal tinham passado dois anos depois do Congresso de Haia da (primeira) Internacional»⁴¹.

Os anarquistas tentavam declarar «sua», por assim dizer, precisamente a Comuna de Paris, como uma confirmação da sua doutrina. Mas não compreenderam absolutamente nada das lições da Comuna e da análise destas lições por Marx. O anarquismo não deu nada que se aproxime sequer da verdade quanto às questões políticas concretas: será preciso **quebrar** a velha máquina de Estado? e **pelo quê** substituí-la?

Mas falar de «anarquismo e socialismo» eludindo toda a questão do Estado, **sem notar** todo o desenvolvimento do marxismo antes e depois da Comuna, significava cair inevitavelmente no oportunismo. Pois o que o oportunismo necessita acima de tudo é precisamente que as duas questões que acabamos de indicar **não** sejam postas de maneira nenhuma. Isto é **já** uma vitória do oportunismo.

2. A POLÉMICA DE KAUTSKY COM OS OPORTUNISTAS

Na literatura russa está traduzida sem dúvida uma quantidade incomensuravelmente maior de obras de Kautsky do que em qualquer outra. Não é sem razão que alguns sociais-democratas alemães dizem gracejando que Kautsky é mais lido na Rússia do que na Alemanha (seja dito entre parêntesis, há neste gracejo um conteúdo histórico muito mais profundo do que suspeitam os que o lançaram, a saber: os operários russos, tendo procurado, em 1905, de uma forma extraordinariamente forte, nunca vista, as melhores obras da melhor literatura social-democrata do mundo, e tendo recebido uma quantidade, inaudita nos outros países, de traduções e edições destas obras, transferiram, por assim dizer, para o solo jovem do nosso movimento proletário, de um modo acelerado, a enorme experiência do país vizinho, mais avançado).

Kautsky é especialmente conhecido entre nós, além da sua exposição popular do marxismo, pela sua polémica contra os oportunistas, com Bernstein à cabeça. Mas é quase desconhecido um facto que não se pode deixar de lado se nos propomos a tarefa de estudar como é que Kautsky caiu numa confusão e numa defesa incrivelmente vergonhosa do social-chauvinismo durante a gravíssima crise de 1914-1915. É precisamente o facto de que, antes de se manifestar contra os representantes mais destacados do oportunismo em França (Millerand e Jaurès) e na Alemanha (Bernstein), Kautsky revelou vacilações muito grandes. A revista marxista *Zariá*⁴², que foi publicada em Estugarda em

41 F. Engels, *Prefácio à obra de Marx "Crítica do Programa de Gotha"* (in Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 19, S. 521). O Congresso de Haia da I Internacional realizou-se de 2 a 7 de Setembro de 1872, Marx e Engels dirigiram directamente os trabalhos do Congresso. O Congresso culminou a luta travada durante longos anos por Marx e Engels e pelos seus adeptos contra todo o tipo de sectarismo pequeno-burguês no movimento operário. A actividade cisionista dos anarquistas foi condenada e os seus dirigentes (Bakúnine, Guillaume e outros) foram expulsos da Internacional.

42 *Zariá (Aurora)*: revista político-científica marxista, editada legalmente pela redacção do Iskra em Estugarda em 1901-1902. A revista criticou o revisionismo russo e internacional, defendendo os princípios teóricos do marxismo.

1901-1902 e que defendia as concepções proletárias revolucionárias, foi obrigada a **polemizar** com Kautsky, a chamar «elástica» à sua resolução hesitante, evasiva, conciliadora em relação aos oportunistas no Congresso Socialista Internacional de Paris de 1900⁴³. Foram publicadas na literatura alemã cartas de Kautsky que revelam vacilações não menores antes de começar a campanha contra Bernstein.

Tem um significado incomensuravelmente maior, entretanto, a circunstância de que, na sua própria polémica com os oportunistas, na sua maneira de colocar a questão e na maneira de tratar a questão, notamos agora, quando estudamos a **história** da mais recente traição de Kautsky ao marxismo, um desvio sistemático para o oportunismo precisamente na questão do Estado.

Tomemos a primeira obra importante de Kautsky contra o oportunismo, o seu livro *Bernstein e o Programa Social-Democrata*. Kautsky refuta minuciosamente Bernstein. Mas eis o que é característico.

Bernstein, nas suas *Premissas do Socialismo*, célebres à maneira de Heróstrato, acusa o marxismo de «**blanquismo**» (acusação repetida mil vezes, desde então, pelos oportunistas e pelos burgueses liberais da Rússia contra os representantes do marxismo revolucionário, os bolcheviques). Aqui Bernstein detém-se especialmente na *Guerra Civil em França* de Marx e tenta - como vimos, sem nenhum êxito - identificar o ponto de vista de Marx acerca das lições da Comuna com o ponto de vista de Proudhon. Desperta uma atenção especial em Bernstein a conclusão de Marx que este último sublinhou no prefácio de 1872 ao *Manifesto Comunista* e que diz: «a classe operária não pode limitar-se a tomar conta da máquina de Estado que encontra montada e a pô-la em funcionamento para atingir os seus objectivos próprios.»

Esta sentença «agradou» de tal modo a Bernstein que ele a repete não menos de três vezes no seu livro, interpretando-a no sentido mais deturpado, oportunista.

Como vimos, Marx quer dizer que a classe operária deve **quebrar, demolir, fazer explodir** (Sprengung, explosão - é a expressão usada por Engels) toda a máquina de Estado. Mas, segundo Bernstein, pareceria que Marx, com estas palavras, advertiria a classe operária **contra** um revolucionarismo excessivo na tomada do poder.

Não é possível imaginar deturpação mais grosseira e escandalosa do pensamento de Marx.

E como é que Kautsky procedeu na sua refutação tão minuciosa da bernsteiniada?

Evitou a análise de toda a profundidade da deturpação do marxismo pelo oportunismo neste ponto. Reproduziu a passagem citada atrás do prefácio de Engels à *Guerra Civil* de Marx dizendo que, segundo Marx, a classe operária não pode **simplesmente** apoderar-se da máquina de Estado **que encontra montada**, mas, em geral, **pode** apoderar-se dela, e só. Sobre o facto de Bernstein ter atribuído a Marx **exactamente o contrário** do verdadeiro pensamento de Marx, sobre o facto de desde 1852 Marx ter destacado a tarefa da revolução proletária de «quebrar» a máquina de Estado, sobre tudo isto Kautsky não diz uma palavra.

43 Trata-se do V Congresso da II Internacional, realizado em Paris de 23 a 27 de Setembro 1900. Sobre a questão principal, “A conquista do poder político e as alianças com os partidos burgueses”, ligada com a entrada de Millerand no governo contra-revolucionário de Waldeck-Rousseau, a maioria do congresso votou pela resolução proposta por K. Kautsky. Nela afirmava-se que “a participação de um socialista num governo burguês não pode ser considerada como o começo normal da conquista do poder político, mas como um meio imposto, temporário e excepcional, na luta contra circunstâncias difíceis”. Posteriormente, os oportunistas invocaram frequentemente este ponto da resolução para justificar a sua colaboração com a burguesia. Na revista *Zariá* nº1, de Abril de 1901, foi publicado o artigo de G.V.Plekhánov “*Breves Palavras sobre o Último Congresso Socialista Internacional de Paris (Carta Aberta aos Camaradas Que Me Investiram de Poderes)*” em que se fazia uma crítica acerba da resolução de Kautsky.

Daí resulta que a própria distinção essencial entre o marxismo e o oportunismo sobre a questão das tarefas da revolução proletária é escamoteada por Kautsky!

«A decisão sobre o problema da ditadura proletária - escrevia Kautsky «**contra**» Bernstein - podemos deixá-la muito tranquilamente ao futuro» (p. 172 da edição alemã).

Isto não é uma polémica **contra** Bernstein, mas, no fundo, uma concessão a ele, uma entrega de posições ao oportunismo, pois, de momento, os oportunistas não precisam de nada mais do que «deixar muito tranquilamente ao futuro» todas as questões fundamentais das tarefas da revolução proletária.

De 1852 a 1891, no decurso de quarenta anos, Marx e Engels ensinaram ao proletariado que devia quebrar a máquina de Estado. Mas Kautsky, em 1899, perante a traição total ao marxismo pelos oportunistas neste ponto, **substitui** a questão de se é necessário quebrar esta máquina pela questão das formas concretas de a quebrar, refugia-se à sombra da «incontestável» (e estéril) verdade filistina de que não podemos conhecer antecipadamente as formas concretas!!

Entre Marx e Kautsky há um abismo na sua atitude para com a tarefa do partido proletário de preparar a classe operária para a revolução.

Tomemos a obra seguinte, mais madura, de Kautsky, consagrada também em medida significativa à refutação dos erros do oportunismo. É a sua brochura sobre *A Revolução Social*. O autor tomou aqui como seu tema especial a questão da «revolução proletária» e do «regime proletário». O autor deu muitas coisas extremamente valiosas mas **eludiu** exactamente a questão do Estado. Na brochura fala-se constantemente da conquista do poder de Estado, e só, isto é, é escolhida uma formulação tal que faz uma concessão aos oportunistas, na medida em que **admite** a conquista do poder **sem** a destruição da máquina de Estado. Kautsky ressuscita em 1902 exactamente aquilo que, em 1872, Marx declarava «obsoleto» no programa do *Manifesto Comunista*.

Na brochura dedica-se um parágrafo especial às «Formas e armas da revolução social». Aqui fala-se tanto da greve política de massas, como da guerra civil, como desses «instrumentos de força do grande Estado moderno, como a burocracia e o exército», mas sobre o que a Comuna já ensinou aos operários nem uma palavra. Evidentemente, não era por acaso que Engels advertia, especialmente os socialistas alemães, contra a «veneração supersticiosa» do Estado.

Kautsky expõe a coisa assim: o proletariado vitorioso «realizará o programa democrático» e expõe os seus parágrafos. Quanto ao que 1871 deu de novo sobre a questão da substituição da democracia burguesa pela democracia proletária, nem uma palavra. Kautsky escapa-se com estas banalidades de aparência «sólida»:

«E, contudo, é evidente que, nas circunstâncias actuais, não chegamos ao domínio. A própria revolução pressupõe lutas longas e profundas, as quais já transformarão a nossa actual estrutura política e social.»

É indubitável que isto é «evidente», como a verdade de que os cavalos comem aveia e que o Volga corre para o mar Cáspio. Só é de lamentar que por meio de uma frase sonora e oca sobre as lutas «longas e profundas» **se eluda** a questão vital para o proletariado revolucionário de **em que precisamente** se exprime a «profundidade» da **sua** revolução em relação ao Estado, em relação à democracia, diferentemente das revoluções anteriores não proletárias.

Eludindo esta questão, Kautsky faz **de facto** uma concessão ao oportunismo acerca deste ponto fundamental, declarando-lhe uma guerra terrível **em palavras**, sublinhando a importância da «ideia de revolução» (valerá muito esta «ideia» se se teme propagandear entre os operários as lições concretas da revolução?), ou dizendo: «o idealismo revolucionário antes de mais nada», ou declarando que hoje os operários ingleses são «pouco mais do que pequeno-burgueses».

«As formas mais diversas de empresas - escreve Kautsky -, burocráticas (??), sindicais, cooperativas, individuais ... podem existir lado a lado numa sociedade socialista ... Há, por exemplo, empresas que não podem passar sem uma organização burocrática (??), como os caminhos-de-ferro. Nelas a organização democrática pode assumir uma forma tal que os operários elejam delegados que constituirão uma espécie de parlamento, o qual estabelecerá as regras do trabalho e fiscalizará a administração do aparelho burocrático. Outras empresas podem ser entregues à administração dos sindicatos, e outras ainda podem ser exploradas por meio de cooperativas» (pp. 148 e 115 da tradução russa, edição de Genebra de 1903).

Este raciocínio é errado, representando um passo atrás em relação aquilo que Marx e Engels esclareceram nos anos 70 baseando-se nas lições da Comuna.

Do ponto de vista da necessidade de uma organização pretensamente «burocrática», os caminhos-de-ferro não se distinguem absolutamente em nada de todas as empresas em geral da grande indústria mecanizada, de qualquer fábrica, de um grande armazém, de uma grande empresa agrícola capitalista. Em todas estas empresas a técnica prescreve incondicionalmente uma disciplina rigorosíssima, a maior precisão na observância da parte de trabalho indicada a cada um, sob perigo de paralisação de toda a empresa ou de deterioração do mecanismo, de deterioração do produto. Em todas estas empresas, naturalmente, os operários «elegerão delegados que constituirão uma **espécie de parlamento**».

Mas tudo está em que esta «espécie de parlamento» **não** será um parlamento no sentido das instituições parlamentares burguesas. Tudo está em que esta «espécie de parlamento» **não** se limitará a «estabelecer as regras do trabalho e a fiscalizar a administração do aparelho burocrático», como imagina Kautsky, cujo pensamento não sai dos limites do parlamentarismo burguês. Naturalmente, na sociedade socialista uma « espécie de parlamento» de deputados operários «estabelecerá as regras do trabalho e fiscalizará a administração» do «aparelho», **mas** este aparelho **não** será «burocrático». Os operários, tendo conquistado o poder político, quebrarão o velho aparelho burocrático, demoli-lo-ão até aos fundamentos, não deixarão dele pedra sobre pedra, substituí-lo-ão por um novo consistindo nesses mesmos operários e empregados, **contra** cuja transformação em burocratas serão tomadas imediatamente as medidas minuciosamente estudadas por Marx e Engels: 1) não apenas elegibilidade mas também amovibilidade em qualquer momento; 2) um salário não superior ao salário operário; 3) passagem imediata para a realização por **todos** das funções de controlo e de fiscalização, de modo a que **todos** se tornem durante algum tempo «burocratas» e que, por isso, **ninguém** se possa tornar «burocrata».

Kautsky não reflectiu absolutamente nada nas palavras de Marx: «A Comuna era não um corpo parlamentar, mas um corpo de trabalho, que simultaneamente adopta as leis e as aplica.»

Kautsky não compreendeu absolutamente nada da diferença entre o parlamentarismo burguês, que une a democracia (**não para o povo**) ao burocratismo (**contra o povo**), e o democratismo proletário, que tomará imediatamente medidas para cortar o burocratismo pela raiz e que estará em condições de levar estas medidas até ao fim, até à supressão completa do burocratismo, até à introdução completa da democracia para o povo.

Kautsky revelou aqui a mesma «veneração supersticiosa» em relação ao Estado, a mesma «fé supersticiosa» no burocratismo.

Passemos à última e melhor obra de Kautsky contra os oportunistas, a sua brochura **O Caminho para o Poder** (parece que não foi editada em russo, porque apareceu no auge da reacção no nosso país, em 1909). Esta brochura é um grande passo em frente na medida em que nela se fala não do programa revolucionário em geral, como na brochura de 1899 contra Bernstein, nem das tarefas da revolução social independentemente da época do seu começo, como na brochura *A Revolução Social* de 1902, mas das condições concretas que nos obrigam a reconhecer que a «era das revoluções» **começa**.

O autor indica explicitamente o agravamento das contradições de classe em geral e o imperialismo, o qual desempenha a este respeito um papel especialmente importante. Depois do «período revolucionário de 1789 a 1871» na Europa ocidental, começa em 1905 um período análogo no Leste. A guerra mundial aproxima-se com uma rapidez ameaçadora. «O proletariado não pode já falar de uma revolução prematura.» «Entramos no período revolucionário.» «A era revolucionária começa.»

Estas declarações são absolutamente claras. Esta brochura de Kautsky deve servir de medida de comparação entre o que a social-democracia germânica **prometia ser** antes da guerra imperialista e quão baixo ela caiu (incluindo o próprio Kautsky) ao rebentar a guerra. «A situação actual - escrevia Kautsky na brochura analisada - comporta o perigo de facilmente nos poderem tomar (isto é, à social-democracia germânica) por mais moderados do que de facto somos.» Verificou-se que de facto o partido social-democrata germânico era incomparavelmente mais moderado e oportunista do que parecia!

Tanto mais característico é que a par de uma tal precisão das declarações de Kautsky acerca da era já iniciada das revoluções, ele, numa brochura consagrada, segundo as suas próprias palavras, à análise da questão precisamente da «revolução **política**», mais uma vez eludiu completamente a questão do Estado.

Da soma destas fugas à questão, destes silêncios e evasivas resultou inevitavelmente essa passagem completa para o oportunismo, de que vamos falar a seguir.

A social-democracia germânica, na pessoa de Kautsky, parecia declarar: mantenho-me nas minhas concepções revolucionárias (1899). Reconheço em particular a inevitabilidade da revolução social do proletariado (1902). Reconheço que começa uma nova era de revoluções (1909). Mas, apesar de tudo isto, recuo em relação aquilo que Marx disse já em 1852, logo que se coloca a questão das tarefas da revolução proletária em relação ao Estado (1912).

Foi precisamente assim que a questão foi posta de frente na polémica de Kautsky com Pannekoek.

3. A POLÉMICA DE KAUTSKY COM PANNEKOEK

Pannekoek interveio contra Kautsky como um dos representantes da corrente «radical de esquerda» que contava nas suas fileiras Rosa Luxemburg, Karl Rádek e outros, e que, defendendo a táctica revolucionária, se unia na convicção de que Kautsky passava para uma posição de «centro», que vacilava sem princípios entre o marxismo e o oportunismo. A justeza desta concepção foi plenamente demonstrada pela guerra, quando a corrente do «centro» (erradamente chamada marxista) ou «kautskianismo» se revelou em toda a sua repugnante mediocridade.

No artigo *As acções de massas e a revolução* (*Neue Zeit*, 1912, XXX, 2), que trata da questão do Estado, Pannekoek caracterizou a posição de Kautsky como uma posição de «radicalismo passivo», como uma «teoria da espera inactiva». «Kautsky não quer ver o processo da revolução » (p. 616). Colocando a questão desta maneira, Pannekoek abordou o tema que nos interessa das tarefas da revolução proletária em relação ao Estado.

«A luta do proletariado - escrevia ele - não é simplesmente uma luta contra a burguesia pelo poder de Estado como objecto, mas uma luta contra o poder de Estado ... O conteúdo desta revolução é a aniquilação e dissolução (literalmente: decomposição, Auflosung) dos meios de força do Estado pelos meios de força do proletariado ... A luta só cessará quando se verificar, como resultado final, a completa destruição da organização estatal. A organização da maioria terá então provado a sua superioridade pelo facto de ter aniquilado a organização da minoria dominante» (p. 548).

A formulação em que Pannekoek exprime o seu pensamento sofre de defeitos muito grandes. Mas a ideia é clara, e é interessante ver **como** Kautsky a refutou.

«Até aqui - escrevia ele - a oposição entre sociais-democratas e anarquistas residiu no facto de que aqueles querem conquistar o poder de Estado e estes destruí-lo. Pannekoek quer ambas as coisas» (p. 724).

Se a exposição de Pannekoek carece de clareza e não é suficientemente concreta (não falando aqui dos outros defeitos do seu artigo que não se relacionam com o tema que tratamos), Kautsky tomou precisamente a essência de **princípios** da questão, levantada por Pannekoek e, **nesta fundamental questão de princípio**, Kautsky abandonou inteiramente a posição do marxismo, passou completamente para o oportunismo. A distinção entre sociais-democratas e anarquistas é definida por ele de um modo completamente falso, o marxismo é definitivamente deturpado e vulgarizado.

A distinção entre os marxistas e os anarquistas consiste em que (1) os primeiros, colocando como seu objectivo a completa supressão do Estado, reconhecem que este objectivo só é realizável depois da supressão das classes pela revolução socialista, como resultado da instauração do socialismo que leva à extinção do Estado; os segundos querem a supressão completa do Estado de um dia para o outro, sem compreenderem as condições da realização de tal supressão. (2) Os primeiros reconhecem a necessidade para o proletariado, depois de ter conquistado o poder político, de destruir inteiramente a velha máquina de Estado, de a substituir por uma nova, que consiste na organização dos operários armados, segundo o tipo da Comuna; os segundos, defendendo a destruição da máquina de Estado, tem uma ideia absolutamente confusa de **pelo quê** o proletariado a substituirá e **como** usará o poder revolucionário; os anarquistas negam mesmo o emprego do poder de Estado pelo proletariado revolucionário, a sua ditadura revolucionária. (3) Os primeiros exigem a preparação do proletariado para a revolução por meio do emprego do Estado moderno; os anarquistas negam isto.

Nesta discussão é precisamente Pannekoek que representa o marxismo contra Kautsky, pois exactamente Marx ensinou que o proletariado não pode simplesmente conquistar o poder de Estado no sentido da passagem para novas mãos do velho aparelho de Estado, mas deve quebrar, demolir este aparelho, substituí-lo por um novo.

Kautsky passa do marxismo para os oportunistas, pois nele desaparece em absoluto precisamente esta destruição da máquina de Estado, totalmente inaceitável para os oportunistas, e deixa-lhes uma saída no sentido de interpretar a «conquista» como uma simples obtenção da maioria.

Para encobrir a sua deturpação do marxismo, Kautsky age como um exegeta: tira uma «citação» do próprio Marx. Marx escrevia em 1850 sobre a necessidade de uma «centralização decidida da força nas mãos do poder de Estado »⁴⁴. E Kautsky pergunta com solenidade: não quererá Pannekoek destruir o «centralismo»?

Isto já é um simples malabarismo, semelhante a identificação bernsteiniana do marxismo com o proudhonismo quanto às concepções acerca da federação em vez do centralismo.

A «citação» tomada por Kautsky é despropositada. O centralismo é possível tanto com a velha máquina de Estado como com a nova. Se os operários unirem voluntariamente as suas forças armadas, isto será centralismo, mas este assentará na «destruição completa» do aparelho de Estado centralista, do exército permanente, da polícia, da burocracia. Kautsky age absolutamente como um trapaceiro ao eludir os raciocínios bem conhecidos de Marx e de Engels acerca da Comuna e ao extrair uma citação que não tem relação com a questão.

«*Quererá ele*» (Pannekoek) «*talvez suprimir as funções estatais dos funcionários?* - prossegue Kautsky. - *Mas no partido e no sindicato não podemos passar sem funcionários, quanto mais na administração do Estado. O nosso programa também não reivindica a supressão dos funcionários estatais, mas a eleição das autoridades pelo povo... Na nossa presente discussão não está em causa a forma que o aparelho administrativo do 'Estado do futuro' assumirá, mas sim se a nossa luta política dissolve (literalmente: decompõe, auflost) o poder de Estado **ainda antes de o termos conquistado** (sublinhados de Kautsky). *Que ministério poderia ser suprimido com os seus funcionários ?*» São enumerados os ministérios da Educação, da Justiça, das Finanças e o Ministério da Guerra. «*Não, nenhum dos actuais ministérios será eliminado pela nossa luta política contra os governos... Repito, para evitar mal-entendidos: não estamos aqui a falar da construção do Estado do futuro pela social-democracia triunfante, mas sim da do Estado do presente pela nossa oposição*» (p. 725).*

É uma clara falsificação. Pannekoek colocava a questão precisamente da **revolução**. Isto é dito claramente tanto no título do seu artigo como nas passagens citadas. Saltando para a questão da «oposição», Kautsky substitui exactamente o ponto de vista revolucionário pelo oportunista. Nele as coisas aparecem assim: agora a oposição, **e depois** da conquista do poder logo se vê. **A revolução desaparece!** Isto é exactamente o que exigem os oportunistas.

Não se trata nem da oposição nem da luta política em geral, mas precisamente da **revolução**. A revolução consiste em que o proletariado **destrói** o «aparelho administrativo» e **todo** o aparelho de Estado, substituindo-o por um novo, constituído pelos operários armados. Kautsky mostra uma «veneração supersticiosa» pelos «ministérios», mas porque é que não podem ser substituídos, digamos, por comissões de especialistas junto dos Sovietes soberanos e todo-poderosos de deputados operários e soldados?

A essência da questão não está de modo nenhum em saber se subsistirão os «ministérios» ou se haverá «comissões de especialistas» ou qualquer outras instituições, isto não tem absolutamente nenhuma importância. A essência da questão está em saber se a velha máquina de Estado (ligada à burguesia por milhares de fios e impregnada até à medula de rotina e inércia) será mantida ou se será **destruída** e substituída por uma **nova**. A revolução deve consistir não em que a nova classe comande e administre com a ajuda da **velha** máquina de Estado mas em que ela **quebre** esta máquina e comande, administre, com a ajuda de uma máquina **nova** - é esta ideia **fundamental** do marxismo que Kautsky escamoteia ou que não compreendeu de modo nenhum.

44 K. Marx e F. Engels, *Mensagem do Comité Central à Liga dos Comunistas de Março de 1850* (In Karl Marx / Friederich Engels, *Werke*, Bd. 7, S. 306)

A sua pergunta relativa aos funcionários mostra com toda a evidência que não compreendeu as lições da Comuna e a doutrina de Marx.«No partido e no sindicato não podemos passar sem funcionários...»

Não passamos sem os funcionários **sob o capitalismo**, sob **a dominação da burguesia**. O proletariado é oprimido, as massas trabalhadoras são escravizadas pelo capitalismo. Sob o capitalismo o democratismo é limitado, comprimido, truncado, mutilado por todo o ambiente de escravatura assalariada, de necessidade e miséria das massas. Por isso, e só por isso, nas nossas organizações políticas e sindicais os funcionários se corrompem (ou tem tendência para ser corrompidos, falando mais precisamente) pelo ambiente do capitalismo e mostram uma tendência para se transformar em burocratas, isto é, em pessoas privilegiadas, desligadas das massas, colocadas **acima** das massas.

Nisto reside a **essência** do burocratismo, e, enquanto os capitalistas não forem expropriados, enquanto a burguesia não for derrubada, até esse momento é inevitável uma certa «burocratização» **mesmo** dos funcionários proletários.

Em Kautsky as coisas aparecem assim: uma vez que subsistirão funcionários públicos eleitos, isto significa que subsistirão também funcionários no socialismo, subsistirá a burocracia! É isso precisamente que é falso. Precisamente com o exemplo da Comuna, Marx mostrou que no socialismo os que ocupam funções públicas deixam de ser «burocratas», de ser «funcionários », deixam de o ser **à medida** que, além da elegibilidade, se introduz **também** a amovibilidade em qualquer momento, e **também** a redução dos vencimentos ao nível operário médio, e **também** a substituição das instituições parlamentares por instituições «de trabalho, isto é, que adoptam as leis e as levam à prática».

No fundo, toda a argumentação de Kautsky contra Pannekoek, especialmente o argumento notável de Kautsky de que tanto nas organizações sindicais como nas do partido não se pode passar sem funcionários, mostra que Kautsky repete os velhos «argumentos» de Bernstein contra o marxismo em geral. No seu livro de renegado *As Premissas do Socialismo*, Bernstein combate as ideias de democracia «primitiva», aquilo que chama o «democratismo doutrinário» - mandatos imperativos, funcionários não remunerados, representação central impotente, etc. Para demonstrar a inconsistência deste democratismo «primitivo», Bernstein invoca a experiência das trade-unions inglesas na interpretação dos esposos Webb. Em setenta anos do seu desenvolvimento, diz, as trade-unions, que se teriam pretensamente desenvolvido «em plena liberdade» (p. 137 da edição alemã), convenceram-se precisamente da inutilidade do democratismo primitivo e substituíram-no pelo habitual: o parlamentarismo combinado com o burocratismo.

De facto, as trade-unions desenvolveram-se não «em plena liberdade» **mas em plena escravatura capitalista**, na qual, certamente, «não se passa» sem uma série de concessões ao mal reinante, a violência, a mentira, a exclusão dos pobres dos assuntos da administração «superior». No socialismo, muito da democracia «primitiva» reviverá necessariamente, pois, pela primeira vez na história das sociedades civilizadas, a **massa** da população se elevará até à participação **autónoma** não só nas votações e eleições **mas também na administração quotidiana**. No socialismo **todos** administrarão por turno e se habituarão depressa a que ninguém administre.

Com a sua genial inteligência crítico-analítica, Marx viu nas medidas práticas da Comuna aquela **viragem** que os oportunistas temem e não querem reconhecer por cobardia, porque não querem romper definitivamente com a burguesia, e que os anarquistas não querem ver quer por pressa quer por incompreensão das transformações sociais de massas em geral. «Não se deve sequer pensar em destruir a velha máquina de Estado, pois como passar sem ministérios e sem funcionários?» - raciocina o oportunista impregnado até à medula de filistinismo e que, no fundo, não só não acredita na revolução, na actividade criadora da revolução, como tem um medo mortal dela (como têm medo dela os nossos mencheviques e os nossos socialistas-revolucionários).

«Deve-se pensar **apenas** na destruição da velha máquina de Estado, é inútil aprofundar as lições **concretas** das revoluções proletárias anteriores, e analisar **pelo quê** e **como** substituir o que é destruído» - raciocina o anarquista (o melhor dos anarquistas, naturalmente, e não aquele que, atrás dos Srs. Kropotkine e C.^a, se arrasta atrás da burguesia); e daqui decorre no anarquista uma tática de **desespero**, e não um trabalho revolucionário com objectivos concretos, implacável e audacioso e que tem em conta ao mesmo tempo as condições práticas do movimento de massas.

Marx ensina-nos a evitar ambos os erros, ensina-nos uma audácia sem limites na destruição de toda a velha máquina de Estado, e ao mesmo tempo ensina a colocar a questão de uma forma concreta: a Comuna pôde, em algumas semanas, **começar** a construir uma máquina de Estado **nova**, proletária, desta e daquela maneira, tomando as medidas indicadas para assegurar o maior democratismo e extirpar o burocratismo. Aprendamos pois com os communards a audácia revolucionária, vejamos nas suas medidas práticas um esboço das medidas praticamente urgentes e imediatamente possíveis, e então, **seguindo este caminho**, chegaremos à completa destruição do burocratismo.

A possibilidade desta destruição é assegurada pelo facto de que o socialismo reduzirá o dia de trabalho, elevará **as massas** a uma vida nova, colocará **a maioria** da população em condições que permitam a **todos** sem excepção desempenhar as «funções públicas», e isto conduzirá à **extinção completa** de todo o Estado em geral.

«A sua tarefa» (da greve de massas) - prossegue Kautsky - *«não pode ser a de **destruir** o poder de Estado, mas tão-só a de forçar um governo à transigência numa questão determinada ou de substituir um governo hostil ao proletariado por um que vá ao seu encontro (entgegenkommende) ... Mas nunca, de modo nenhum, poderá isto»* (ou seja, a vitória do proletariado sobre o governo hostil) *«conduzir a uma **destruição** de poder de Estado, mas sempre apenas a uma **modificação** (Verschiebung) das relações de força **no seio** do poder de Estado ... E o objectivo da nossa luta política continua, assim, a ser o que foi até aqui: conquistar o poder de Estado obtendo a maioria no parlamento e elevar o parlamento a senhor do governo»* (pp. 726, 727, 732).

Isto é já o oportunismo mais puro e mais vulgar, a renúncia de facto à revolução, embora reconhecendo-a em palavras. O pensamento de Kautsky não vai além de um «governo que vá ao encontro do proletariado», é um passo atrás na direcção do filistinismo em comparação com 1847, quando o *Manifesto Comunista* proclamava a «organização do proletariado como classe dominante».

Kautsky terá de realizar a «unidade» preferida por ele com os Scheidemann, os Plekhánov, os Vandervelde, todos de acordo em lutar por um governo «que vá ao encontro do proletariado».

Mas nós romperemos com estes traidores ao socialismo e lutaremos pela destruição de toda a velha máquina de Estado, para que o próprio proletariado armado **seja o governo**. Isto são «duas coisas muito diferentes».

Kautsky terá de ficar na agradável companhia dos Legien e dos David, dos Plekhánov, dos Potréssov, dos Tseretéli e dos Tchernov, que estão completamente de acordo em lutar por uma «modificação da relação de forças no seio do poder de Estado», pela «obtenção da maioria no parlamento e o poder absoluto do parlamento sobre o governo», objectivo nobilíssimo, em que tudo é aceitável para os oportunistas, tudo permanece no quadro da república parlamentar burguesa.

Mas nós romperemos com os oportunistas; e todo o proletariado consciente estará connosco na luta não por uma «modificação da relação de forças» mas pelo **derrubamento da burguesia**, pela **destruição** do parlamentarismo burguês, por uma república democrática do tipo da Comuna ou uma república dos Sovietes de deputados operários e soldados, pela ditadura revolucionária do proletariado.

Mais à direita do que Kautsky no socialismo internacional estão correntes como os *Cadernos Mensais Socialistas*⁴⁵ na Alemanha (Legien, David, Kolb e muitos outros, incluindo os escandinavos Stauning e Branting), os jaressistas⁴⁶ e Vandervelde na França e na Bélgica, Turati, Treves e outros representantes da ala direita do partido italiano, os fabianos e os «independentes» (o partido trabalhista independente, que na realidade esteve sempre na dependência dos liberais) em Inglaterra, e outros que tais. Todos estes senhores, que desempenham um papel enorme, muitas vezes preponderante, no trabalho parlamentar e na publicística do partido, negam abertamente a ditadura do proletariado e praticam um oportunismo descarado. Para estes senhores, a «ditadura» do proletariado «contradiz» a democracia!! No fundo nada de sério os diferencia dos democratas pequeno-burgueses.

Tomando em consideração esta circunstância temos o direito de concluir que a II Internacional, na esmagadora maioria dos seus representantes oficiais, caiu completamente no oportunismo. A experiência da Comuna foi não só esquecida mas deturpada. Não só não se incutiu nas massas operárias que se aproxima o momento em que deverão agir e quebrar a velha máquina de Estado substituindo-a por uma nova e transformando deste modo a sua dominação política na base da reorganização socialista da sociedade, como se incutiu nas massas o contrário, e a «conquista do poder» foi apresentada de tal maneira que ficaram abertas mil brechas ao oportunismo.

A deturpação e o silenciamento da questão da atitude da revolução proletária em relação ao Estado não podiam deixar de desempenhar um papel enorme quando os Estados, com um aparelho militar reforçado em consequência da competição imperialista, se converteram em monstros guerreiros que exterminam milhões de homens para resolver o litígio de quem, a Inglaterra ou a Alemanha, um ou outro capital financeiro, dominará o mundo⁴⁷.

45 *Cadernos Mensais Socialistas (Sozialistisches Monatshefte)*: revista, órgão principal dos oportunistas alemães e um dos órgãos do revisionismo internacional; publicou-se em Berlim de 1897 a 1933. Durante a Primeira Guerra Mundial adoptou uma posição social-chauvinista.

46 **Jaressistas**: partidários do socialista francês Jean Jaurès, que defendiam uma revisão das teses fundamentais do marxismo e pregavam a colaboração de classes do proletariado com a burguesia. Em 1902 os jaressistas fundaram o Partido Socialista Francês, que seguiu uma política reformista. Em 1905 este partido uniu-se com o Partido Socialista de França dirigido por Jules Guesdes, criando-se assim um só partido – o Partido Socialista Francês. Durante a Primeira Guerra Mundial, os jaressistas, que contavam com a maioria na direcção do Partido Socialista Francês, tomaram uma posição social-chauvinista e defenderam abertamente a guerra imperialista.

47 No Manuscrito segue-se: Capítulo VII – A Experiência das Revoluções Russas de 1905 e 1917.

O tema indicado no título deste capítulo é tao imensamente grande que sobre ele se pode e se deve escrever tomos. Na presente brochura, temos de nos limitar, naturalmente, às lições mais importantes da experiência que dizem respeito directamente às tarefas do proletariado na revolução em relação ao poder de Estado.» (Interrompe-se aqui o manuscrito. - N. Ed.)

POSFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A presente brochura foi escrita em Agosto e Setembro de 1917. Tinha já estabelecido o plano do capítulo seguinte, o VII: *A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917*. Mas, além do título, não tive tempo para escrever uma única linha deste capítulo: «impediu-me» a crise política, a véspera da Revolução de Outubro de 1917. Só podemos alegrar-nos com tal «impedimento». Mas o segundo fascículo da brochura (consagrado à *Experiência das revoluções russas de 1905 e 1917*) deverá provavelmente ser adiado por muito tempo; é mais agradável e mais útil viver a «experiência da revolução» do que escrever sobre ela.

O Autor

Petrogrado.

30 de Novembro de 1917.